

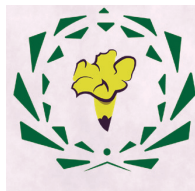


REVISTA DA
ACADEMIA BRASILIENSE DE
LETRAS - ABrL

ANO II, FASE 2, Nº 4, 2022



REVISTA DA ACADEMIA BRASILENSE DE LETRAS
ANO II , FASE 2 , N º 4 – 2 0 2 2



DIRETORIA DA ABR^L
(BIÊNIO 2021/2023)

PRESIDENTE
Fabio de Sousa Coutinho

VICE-PRESIDENTE
Roberto Rosas

SECRETÁRIO GERAL
Edmílson Caminha

1º SECRETÁRIO
Ronaldo Costa Fernandes

2º SECRETÁRIO
Danilo Gomes

TESOUREIRO
Afonso Ligório

COMISSÃO DE CONTAS
Anderson Braga Horta, Napoleão Valadares e José Jeronymo Rivera

SUMÁRIO

A P R E S E N T A Ç Ã O	6
--------------------------------------	----------

Fabio de Sousa Coutinho

P O E S I A

Domingos Carvalho da Silva

Lirismo	8
Poema Terciário	9
Canto em louvor da poesia	11
Com a poesia no cais	13
Apocalipse	16
A uma operária jovem	18
Ode matinal	19

Joanyr de Oliveira

Nelson Mandela.....	20
---------------------	----

Alan Viggiano

O poema	24
Satiricon	24

CONTOS E CRÔNICAS

Anderson Braga Horta

Visões da outra margem.....27

Danilo Gomes

Antiga estampa37

Jorge Sá Earp

História de Fantasma41

ARTIGOS E RESENHAS

Antonio Carlos Esteves Torres

Preto não entra51

Rumen Stoyanov

Mais Brasil na Bulgária.....82

Vera Lúcia de Oliveira

O Fascismo segundo Umberto Eco.....85

HOMENAGENS

Francisco José dos Santos Braga

Em memória de Pedro Aleixo91

ORAÇÕES ACADÊMICAS

Discurso de Posse – **Hugo Napoleão** 106

Discurso de Recepção – **Carlos Fernando Mathias de Souza** 114

Discurso de Posse – **Gilmar Duarte Rocha** 123

Discurso de Recepção – **Danilo Gomes** 140

Discurso de Posse – **Cristovam Buarque**..... 146

Discurso de Recepção – **Vamireh Chacon**..... 158

QUADRO ACADÊMICO E PATRONOS..... 162

APRESENTAÇÃO

Este número da Revista da Academia Brasileira de Letras, em sua fase eletrônica, assinala os 40 anos do número I de nossa publicação oficial.

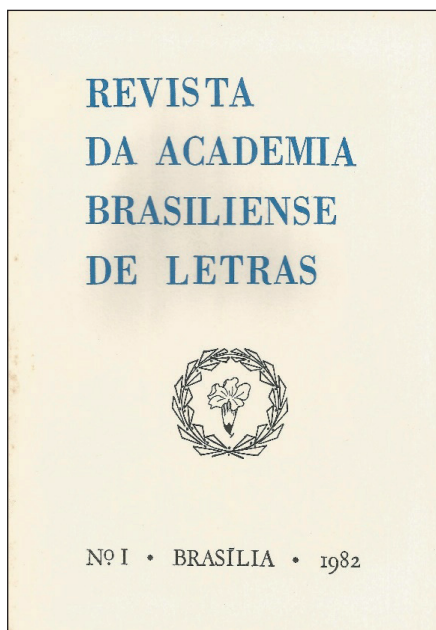
Por iniciativa do presidente Domingos Carvalho da Silva, a Revista veio a lume pela primeira vez em 1982 (capa ao lado), iniciando uma trajetória de 25 anos, até 2007, quando, após a publicação do nº 19, deixou de circular.

Na seção de Poesia deste número 4, Domingos Carvalho da Silva é homenageado, com a publicação de uma seleção de seus poemas, a cargo do acadêmico Anderson Braga Horta, confrade e amigo de Domingos. Nas outras seções, contos, crônicas, ensaios e as orações acadêmicas correspondentes às 3 pos-ses realizadas neste ano de 2022.

Desejo a todos uma boa e prazerosa leitura, na expectativa de que a Revista da ABrL vá ao encontro dos justos anseios de qualidade literária de seus leitores.

Brasília, DF, 2 de dezembro de
2022

Fabio de Sousa Coutinho
Presidente





POESIA

DOMINGOS CARVALHO DA SILVA

LIRISMO

Ela subiu à montanha
com uma rosa na mão.

Contemplou o mundo à distância
com uma rosa na mão.

Depois se atirou no abismo
com uma rosa na mão.

E foi sepultada ontem
com uma rosa na mão.

(*O Livro de Lourdes*, São Paulo: 1952)

POEMA TERCIÁRIO

Cavalos já foram pombos
de asas de nuvem. Um rio
banhava o rosto da aurora.
Cavalos já foram pombos
na madrugada do outrora.

Onde há florestas havia
golfos oblongos por onde
tranquilos peixes corriam.
Uma lua alvissareira
passava à noite. E deixava
reticências de cometa
vagalumando na relva
das margens, até à aurora
da Idade de Ouro do outrora,
quando cavalos alados
tinham estrelas nas crinas
alvas como asas de pombo.

O Verbo não existia.
Deus era incriado ainda.
Só as esponjas dormitavam
trespassadas por espadas
de água metálica, impoluta.
E as gaivotas planejavam
etapas estratosféricas
próximo às praias ibéricas.
E as montanhas desabavam
em estertores terciários,
em agonias de estrondo,

nas manhãs de sol atlântico,
quando cortavam as nuvens
— alvos garbosos equinos —
esquadrões marciais de pombos.

Teu cabelo era ainda musgo.
Teus olhos o corpo frio
de uma ostra semiviva.
E tua alma sempre-viva
sobrenadava o oceano
qual uma estrela perdida.
Teu coração era concha
fechada e sem pulsação.
E teu gesto — que é teu riso —
era um mineral estático
ainda não escavado
pelo mar duro e fleumático.

Cavalos já foram pombos.
E a prata que anda na garra
dos felinos reluzia
em vibrações uterinas
no ventre da terra fria
quando o dia era só aurora
e Deus sequer existia
na madrugada do outrora.

(*Girassol de Outono*, Rio de Janeiro: A Noite, 1952)

CANTO EM LOUVOR DA POESIA

Quero a poesia em essência
abrindo as asas incólumes.
Boêmia perdida ou tísica,
quero a poesia liberta,
viva ou morta, amo a poesia.

Poesia lançada ao vento
quero em todos os sentidos.
Despida de forma e cor,
repudiada, incompreendida,
quero a poesia sem nome,
feita de dramas humanos.

Quero ouvir na sua voz
o canto dos oprimidos:
usinas estradas campos,
quero a palavra do povo
transfigurada num poema.

Que o meu canto sobrenade
ondas revoltas do mar
e alcance todos os portos
e beije todas as praias.
Quero a poesia sem pátria,
banida pobre extenuada,
a poesia dos proscritos,
negra ou branca, amo a poesia.

Quero a palavra fluente,
viva e inquieta como o sangue.
Pura ou impura eu reclamo
a poesia do momento,
filtrada exata constante.

COM A POESIA NO CAIS

De macacão operário
e chave inglesa na mão,
convocarei a poesia
para um passeio ao crepúsculo.

A Esfinge me escutará
No seu palácio de nuvens.
E sentirá a minha voz
acelerar o compasso
do seu coração de sol.
E descera pela escada
dos raios rubros do poente.
E o seu hálito, como a brisa,
agitará meus cabelos.

Eu a olharei face a face,
em sua alvura de morte.
E beijarei, como um tísico,
sua boca de esperança.
Depois tomarei seu braço
e a levarei — fria sombra! —
ver as pupilas sem luz
dos que naufragam na dor.

De macacão operário
traspassarei os portais
de velhos bairros obscuros
e mostrarei à poesia

cortiços e lupanares.
Eu quero ver a Arte-Pura
estender sua mão à fome.
Que chegue às suas narinas
o aroma das privações.
Que sinta e aspire o hálito
da negra boca da noite,
dormindo nas casas tristes
onde a miséria desmaia.

Oh! A suprema poesia
que mora na flor de lótus!
A ninfa valeriana,
a pura, a perfumadíssima!
Deixai-a ver esses negros
que puxam café no cais!
Deixai-a ver os tropeiros,
aradores, ferroviários!
Deixai-a entrar numa usina,
andar no trem de subúrbio
E ver saltar do andaime
para a morte, um operário.

Então a poesia pura,
de pés banhados em sangue,
sentirá que a luz da aurora
lhe circunda a fronte loura.
A brisa lhe afaga os seios
num sopro de humanidade.
E ela abrirá seus braços
de olhos fixos em Gomorra,

com o seu corpo de sal
suspense acima da terra
que está gerando à distância
o dia novo que nasce.

(*Rosa Extinta*, São Paulo: Martins, 1945)

APOCALIPSE

Porque a lua é branca e a noite
é simples anúncio da aurora;
e porque o mar é o mar apenas
e a fonte não canta nem chora;

e porque o sal se decompõe
e são de água e carvão as rosas,
e a luz é simples vibração
que excita células nervosas;

e porque o som fere os ouvidos
e o vento canta na harpa eólia;
e porque a terra gera as áspides
entre a papoula e magnólia;

e porque o trem já vai partir
e o corvo nos diz *never more*;
e porque devemos sorrir
antes que o crepúsculo descore;

e porque ontem já não existe
e o que há de vir não mais virá,
e porque estamos num *ballet*
sobre o estopim da Bomba H:

não marcharemos contra o muro
das lamentações, prantear
a frustração de tudo o que
sonhamos ousar, sem ousar.

Títeres mudados em gnomos,
enfrentemos o Apocalipse
como pilotos da tormenta
entre o terremoto e o eclipse.

Vamos dançar sobre o convés
enquanto o banco não aderna;
vamos saudar o sol que morre
e a noite que vem fria e eterna.

Vamos zombar deste universo
em nossos olhos refletido;
quando os fecharmos, será como
se nunca houvesse existido.

Vamos crepitar entre as chamas
nosso último arrebatamento;
porque amanhã seremos só
um pouco de cinza no vento.

A UMA OPERÁRIA JOVEM

Como a árvore que pode
dar apenas seu fruto,
floresces. E sobre a terra
amplias o horizonte de tua sombra.

Na fábrica as engrenagens
multiplicam o movimento
e as polias giram como vento
em remoinho.

Na fábrica os fatos
repetem-se como as estações,
as estrelas iguais de cada noite,
o pão fresco de todas as manhãs.

Teu sangue circula como a abelha
na órbita da rosa
e, como a água dos estanques,
há de voltar
à fonte.

Na fábrica
os espelhos sonham com teu riso.

ODE MATINAL

Tua mão liberta as fontes e tuas palavras
voam nítidas como garças.

Estremece, às vezes, em teus olhos
a aurora do mundo
e tuas pupilas falam de árvores,
antes do germinar da semente.

Reduzes, de súbito, o mundo à pureza do caos,
Onde as hastes de trigo descem das nebulosas
e os rios correm entre nuvens
como aquedutos em voo.

Na limpidez total da manhã
responde o mar às asas de teu canto
como se de novo balouçasse nas ondas
a cabeça errante de Orfeu.

(À *Margem do Tempo*, São Paulo: Clube de Poesia, 1963)

POEMA DE JOANYR DE OLIVEIRA COM VERSÃO CASTELHANA DE

ANDERSON BRAGA HORTA

NELSON MANDELA

Estas ruas, negro prisioneiro,
não me fazem livre. As gaiotas
buscam a paz do azul, pombos flutuam,
mas cadeias em meus pulsos
sangram o rosto da manhã inútil.

As velhas mordanças em tua voz
afogam minhas melhores palavras.
Faz frio em mim, negro prisioneiro:
estou a beijar tua história
em brancas mãos sufocantes.

Não estou hoje para a Primavera
nem para as luzes e os anjos.
Sou um poeta de sangue e nervos
e a liberdade é minha sede.

Não estou para a antiga brisa,
estou sim para as ventanias.
Estou para os abismos à espreita
de punhos liberticidas.
Nelson Mandela, converso contigo

do coração de um pássaro em chamas.
Chego ao fundo de teu silêncio
no âmago desta noite indignada.

*(Poema escrito em Boston, em 1988,
três anos antes da libertação de N.M.)*

NELSON MANDELA

Estas calles, negro prisionero,
no me hacen libre. Las gaviotas
buscan la paz del azul, palomos flotan,
pero cadenas en mis pulsos
sangran el rostro de la mañana inútil.

Las viejas mordazas en tu voz
ahogan mis mejores palabras.
Hace frío en mí, negro prisionero:
voy a besar tu historia
en blancas manos sofocantes.

Hoy no estoy para la Primavera
ni para las luces ni los ángeles.
Soy un poeta de sangre y nervios
y la libertad es mi sed.

No estoy para la antigua brisa,
sí estoy para ventoleras.
Estoy para los abismos al acecho
de puños liberticidas.

Nelson Mandela, converso contigo
del corazón de un pájaro en llamas.
Llego al fondo de tu silencio
en lo íntimo de esta noche indignada.

*(Poema escrito en Boston, en 1988,
tres años antes de la liberación de N.M.)*

Nota – O professor universitário José Pérez, notável poeta, narrador e ensaísta venezuelano, que é também um grande difusor da literatura brasileira contemporânea, publicou no *site Aporrea*, de seu país, em 15.7.2022, sua tradução de artigo sobre o autor do poema aqui estampado. Introduzindo a matéria, diz Pérez, sob o título “El Poeta Joanyr de Oliveira Visto por Anderson Braga Horta”: “Como parte de mis ejercicios literarios para aprender la lengua portuguesa, por la que siento una gran admiración, me he dedicado a leer, traducir y escribir algunas notas sobre poetas brasileños contemporáneos, como Ronaldo Cagiano, Anderson Braga Horta, Antonio Miranda, Alice Spíndola, Hilda Hilst, Fernando Mendes Vianna

y José Antonio Pereira, entre otros. Encuentro así la grande obra del poeta Joanyr de Oliveira, a quien he seguido de la mano de mi buen amigo Anderson Braga Horta. El siguiente artículo, escrito en enero de 2010, es de la autoría del poeta Anderson, y sólo me corresponde la autoría de su traducción, por ello dejo igualmente, para el goce del lector, la versión portuguesa del mismo. Como se verá, corresponde a una nota de afecto, de amistad y de aprecio por parte del poeta Braga Horta hacia un compañero de luchas, en los caminos de la vida y de la literatura —que son los de nuestros sueños—, en el momento de su vuelo, de su despedida física; porque la grande voz de Joanyr de Oliveira es presencia sensible de su pueblo, de su gran nación y de nuestro continente americano.

Ao fim de sua tradução do artigo, J. Pérez transcreve o poema de Joanyr na versão original e na versão espanhola de ABH, que nos é grato reproduzir, secundando a homenagem ao nosso grande e saudoso poeta.

ALAN VIGGIANO **(☆1932 †2022)**

O POEMA

Denso
como um pássaro que voa,
o poema nasce.
Nasce e sucumbe
sem que o grafite
o evangelize.

SATIRICON

Em nenhuns extremos
vejo poesia,
se não forem teus pés
e tua cabeça.

Da viagem aos teus seios
pequenos e macios,
escrevo a saga
da nossa ancestralidade.

Perdi-me nos nossos tempos
africanos, muçulmanos,
e de lá trouxe cantigas,
cantoções, paso-dobles,
para ouvir

em noite de chuva.

Juntemos a eles
e a nós,
os lamentemos atuais:
teus gritos orientais
que lembram desveladas
odaliscas da infância;
meus suspiros milenares,
demorados, tardios, tardoengos,
no portal da noite.
Lembrando minaretes
e filmes de Robbe-Grillet
e rezas em direção a Meca.

Nem a nebrina noturna
os ouvirá, creio.



CONTOS E CRÔNICAS

VISÕES DA OUTRA MARGEM

Anderson Braga Horta*

Cada um de nós tem, estou convicto, com maior ou menor intensidade e frequência, algum vislumbre do que, sem originalidade nenhuma, vou chamando de a outra margem. Assim, não serei réu de soberbia com afirmar que tenho tido o meu quinhão, parcimonioso, é certo, desses instantes de percepção, dessas fagulhas muitas vezes brevíssimas que nos permitem um descortino, quando nada a ilusão de ver ou adivinhar algo do que se passa do outro lado, do lado oculto da vida, ou do mistério, ou do simplesmente tolhido, ou do que quer que se queira, afinal. Alguns por convencimento (num sentido ou noutro), por implicarem com a metáfora ou rejeitarem a existência de outra margem, outros por birra mesmo, não reconhecem indícios nem evidências. Num momento em que a própria fria Ciência dá sinais de quântico namoro com o Mistério, imaginar-se um acólito da verdade única do materialismo é que é ser supersticioso, dogmático e arrogante. Em ponto extremo, afigura-se a adoração de um subdeus.

Vejo nesses vislumbres prova particular e intransferível da existência do mundo espiritual. Vale dizer: um orbe que integra o dia a dia do nosso mundo, mas o transcende. Provas não oponíveis a terceiros, para dizê-lo em jargão jurídico; não obstante, cabais para mim, ainda que não me atreva a tirar delas todas as conclusões prováveis.

Dito isso, passo à minha exposição, começando pelos níveis mais elementares desse tipo de experiência.

No grau mais denso desse universo fica a telepatia, por sua natureza praticamente material, no sentido em que possamos aplicar o adjetivo às ondas de rádio, por exemplo. Chega a ser trivial, nos patamares mais baixos, de modo que me causa estranheza haver ainda quem insista em negá-la, apesar de até as potências polares, ao menos durante a guerra fria, procurarem desvendar-lhe o “segredo”, o “mecanismo”, para usá-la como arma. O dar de ombros terá sua origem na exploração do fato como espetáculo – talvez invariavelmente fraudulento.

Na adolescência, eu e um amigo de profundas afinidades mentais –começamos a escrever poesia na mesma época, apreciávamos os mesmos autores, adorávamos música, dos *hits* mais populares da época aos mais refinados clássicos– nos espantávamos e nos divertíamos o tempo todo com as banais, mas frequentíssimas, coincidências de começarmos a assobiar ou cantarolar a mesma música a um só tempo, ou fazermos o mesmo gesto, ou começarmos com a mesma palavra análogas frases. Anos mais tarde, já em Brasília, foi-me dado vivenciar o fenômeno em amplitude maior. Só que naquele caso havia bilateralidade, e agora a via era de mão única.

Lecionava eu na Escola Normal, por essa época instalada, provisoriamente, na escola-classe da SQS 311. Telefonou-me um poeta premiado, juntamente comigo, num concurso largamente prestigiado pela revista *Manchete*, com fotografias do grupo, e até pela televisão. Era o vate e artista plástico Ivanir Geraldo Vianna. Morava perto daquele endereço. Fui visitá-lo. Recebeu-me de cara com uma demonstração insólita e vertiginosa de seus dotes telepáticos, *lendo* coisas de um “caderno azul” – de versos meus, percebi após um instante de hesitação. Ele os via em minha mente! O caderno era novo, os versos eram inéditos, não os havia mostrado a ninguém. Daí por diante, nosso encontro foi uma exibição avassaladora de seus dons; até o momento em que eu, tomado de um sentimento poderoso, experimentei a sensação de dificilmente segurar o punho ansioso de

lhe acertar com violência a cara. Confuso o confessei ao amigo, que me explicou singelamente:

– Eu ousei penetrar o seu imo, invadir o seu sacrário. Sua reação foi de puro ódio.

Estremeci à palavra. Então era *isso* o que se entendia por ódio? Feia coisa.

O segundo caso que lembrarei agora foi, cronologicamente, o primeiro. Morávamos em Vila Boa de Goiás. Entre o quarto do casal e o dos três filhos maiores (havia uma menina, e o caçula ainda não tinha autonomia para ficar entre aqueles) havia uma parede, com uma porta ao canto, comunicando-os. Deitávamo-nos os três na mesma cama, lateral a essa porta. Cobria-nos até o pescoço uma leve manta, eu ao meio. A lâmpada permanecia acesa, e eu acordado, de modo que não cabe falar em pesadelo. (E eu os tinha em profusão: apavoradores, como esqueletos em chusma a me perseguir –eu corria a mais não poder, me escondia num vão qualquer e eles passavam; mas, vendo o logro, logo voltavam...–, ou aterrorizantes, como escorpiões voadores.) Este segundo quarto tinha uma abertura ampla, de mais que meia parede, para uma sala provavelmente de jantar ou de visitas. De repente eu vi –sim, vi!– três vultos femininos pairando na sala, a girar lenta, graciosa e harmoniosamente. Os vestidos eram compridos e rodados, diria que de baile, e todo o grupo tinha uma cor acinzentada, muito esmaecida. Arregalei os olhos, mas não tive força para chamar meus pais ou, ao menos, cutucar meus irmãos. Puxei devagar a coberta e não quis saber de ver mais nada. Durante muitos anos pensei em fantasmas, almas que, por qualquer razão, resistiam a abandonar seu ambiente vital. Só bem mais tarde vi a explicação, dada por espiritualistas mesmo, de que se trataria de meras “carcaças”, “cascas”, restos de *matéria astral* persistentes no espaço e no tempo.

Ainda no âmbito visual, quero relatar uma experiência que teve o menino de cinco aos em Resplendor, Minas Gerais. Ao lado de nossa casa ficava um barranco rasgado numa colina, crivado de faiscante pedraria.

Nada de alto valor venal, que pena, mas de enfeitiçar olhos infantis. Dele ou das adjacências extraíamos límpidas pedras de cristal, algumas maiores que nossos punhos. Um dos cômodos da casa parecia subtilizado. Fechávamos-lhe a janela e, para feerizar a noite assim produzida, batíamos cristal contra cristal, produzindo centelhas que não só iluminavam a treva, mas relampejavam o transparente coração das pedras, prodigando-nos o que seria, talvez, o nosso primeiro íntimo e vero contacto com a beleza, a nossa vera iniciação na poesia. Um dia, nesse recinto obscurecido, o menino, agachado, a cabeça meio emparelhada com o tampo de uma cadeira, dormitava e, ao abrir os olhos, viu sobre ele um carrinho de corrida, uma baratinha de sonho, vermelha, com respiradouros pintados lateralmente no capô, em amarelo, maravilha como não veria outra igual, nem décadas depois, em pleno fastígio da tecnologia e da arte automobilística. O menino, rápido, escancarou o olhar e estendeu a mão para empolgá-la, mas a visão se esvaneceu de súbito. Claro que a evoco para mostrar que bem sei a diferença entre a visão onírica (no caso, fronteira à alucinação) e a percepção, digamos, transmaterial.

O próximo exemplo pode até parecer da mesma linhagem, mas tem diferenças flagrantes. De uma de minhas coletâneas pré-históricas (assim chamo especialmente as anteriores a 1957, que enfeixam poemas não aproveitados em livro, com a volumosa exceção de parte do *Soneto Antigo*) trago à cena o seguinte poema:

*Quando minha avó morreu, / vi-lhe o busto num círculo de fogo,
/ ilha em oceano de treva. // Seu rosto, amargurado, / olhava fixo
para mim, / como se quisesse revelar o mistério. // Depois o mar ab-
sorveu a ilha, / e em vão sondei-lhe a face / em busca de continentes
invisíveis. // Retive na lembrança / o símbolo de um medalhão anti-
go, / um círculo, uma ilha. // Submerso, o segredo queda inviolado.*

Agora, seus antecedentes. Estávamos em 1950, era eu interno do Colégio Leopoldinense, em Minas. O dormitório dos maiores era bem

grande. Na hora, quase todos dormiam profundamente. Eu, como de hábito, curtia minha insônia com a imaginação girando em torno do primeiro amor e dos primeiros versos. Corriam os meus quinze anos. Quando chamado à sala de Monsenhor Guilherme de Oliveira, o diretor, não fiquei surpreso. Fui-lhe dizendo logo que já sabia de que se tratava, só não me lembro de lhe ter relatado a visão.

São claras as diferenças: não vi uma “sombra”, mas a projeção de alguém que vivia até aquele momento e se mostrava em transe de passagem; não era um sonho, pois estava desperto e lúcido, com o pensamento em outro lugar; havia a coincidência do fato fúnebre, que logo depois me foi relatado, o que afasta a hipótese de alucinação; havia a minha ignorância de qualquer mal-estar anterior. Sim, a experiência pode ser explicada à luz de conceitos como telepatia, televidência, sem o recurso ao espiritismo; trata-se, entretanto, de fenômeno merecedor do rótulo *espiritual*, pelas implicações de sentimento, transe e passagem expostas, pela distância (centenas de quilômetro) entre emissor e receptor, pela subentendida empatia entre um e outro, por toda a complexidade que a faz transcender as anteriores.

Passo a um exemplo que poderia ser considerado maior, dada sua natureza premonitória, mas que se patenteia ridículo, em face de seu objeto. Foi um sonho. Nele, via uma caneta-tinteiro de uso ordinário e de valor não mais que mediano. Era uma Parker-51 de tampa dourada e corpo cinza-claro; este me aparecia rachado, com a fenda, muito escura, em forma de raio partido em dois segmentos, percorrendo-o no sentido da altura, mas mantendo, nesses termos, a improvável coesão das partes. A caneta, afinal, perdi-a ou me foi furtada. Ouço alguém redarguir que o sonho condicionou a perda, o que soa talvez ainda mais difícil de esclarecer. Não creio. Todos me dirão, contudo, que é inadmissível desperdiçar-se um possível dom antecipatório com coisa tão ínfima. Concordo! Observação semelhante fiz eu mesmo, na ocasião, e venho-a repetindo, perplexo.

Em matéria de sonho premonitório, tenho, porém, coisa mais forte a oferecer. Residia, por então, na casa de D. Maria Tedeschi, onde também moravam seus filhos. O quarto de Aldo e esposa era vazado no terço superior, que abria para o corredor interno. Antes de sua morte, em acidente de moto que lhe deformaria o semblante, vi um corpo jacente no estreito patamar formado por esse pedaço de parede, deitado à sinistra e de costas, tronco e membros com a musculatura aparente, como em ilustrações de livros de anatomia (Aldo era estudante de Medicina). Aliás, a casa de D. Maria era de mais. Alguém lá seria médium – diria que ela. De outra feita, vi um braço descer solto no ar e, o punho bem cerrado, com violência, chantar no parapeito da janela uma vela acesa. Chega, e, agora sim, já é de mais!

Por sorte, há outro sonho, infinitamente melhor, em cores fortes, digo mesmo que em *technicolor*. Já o tenho transcrito em poema (“Semáforo”, de *Quarteto Arcaico*), e assim o evoco:

Sob o heráldico azul de um céu sem nuvens
o duplo azul do mar pacificado.

Dourada areia.

Ao largo a caravela
paíra,
madura de contidos ventos.

Sobre a areia dourada eis que flutua,
não mais terra, nem céu nem mar ainda,
grave, solene, armado, o Cavaleiro.

Já contra o rosto o sal da travessia.

Volto às recordações de infância. Aproveito uns versos bem prosaicos (tanto que prefiro lançá-los em composição corrida); não por virtude deles, mas por preguiça, afinal já estão escritos:

Defronte à casa, um sobrado onde havia três meninos, amiguinhos nossos. Iniciados em coisas misteriosas, ensinavam-nos brincadeiras de ar-repiar. Por exemplo, a do copo. Solitário, de borco, no centro da mesa, rodeavam-no plaquinhas de papelão com as letras do alfabeto. Movido pela aura de dedos treinados, ele dançava autônomo no círculo restrito e, tocando de leve uma e outra letra, compunha respostas ao que lhe perguntávamos.

Outra, a do tamborete. Também pela sutil imposição de uns dedos ele corria a sala, aos saltos e pancadas no assoalho. Os toques davam resposta numérica às perguntas.

Para o fim, o melhor: estendido no chão um dos meninos, quatro tocavam, leve, com a ponta dos dedos ombros e calcanhares. Ao som de ingênua litania em responsório, — Leve como chumbo — Pesado como palha, o corpo, erguido sem esforço, teso, no ar, suportava o sexto menino sentado em seu ventre.

Coisa de infância, já disse. E vamos adiante.

Hermê era o apelido carinhoso de um primo de meu compadre. Estivera antes de nós em Leopoldina; acabou, como nós, dando com os costados em Brasília. Amigo, demonstrava especial carinho por meu filho, que, ostentando então cabelos alourados e encaracolados, era por ele chamado de Pequeno Príncipe. Hermê, Compadre e eu gostávamos de jogar um pôquer regado a um bom uísque e ao som de boa música. Cardíaco, porém, sua situação se agravou a ponto de ter de buscar ajuda em São Paulo, onde pontificava o Dr. Zerbini, pioneiro dos transplantes cardíacos no Brasil. Ao nos despedirmos, no aeroporto, ele, vestido num casacão à inglesa, pesado, mas elegantíssimo, mostrou-se reticente, solene, dando a entender, se não dizendo-o francamente, que estava a iniciar uma viagem sem volta. E assim foi.

Antes de sua partida, falávamos eu e meu compadre, em minha casa, sobre essa viagem, prevista para breve. Havia, no cômodo, um aparelho elétrico acoplado por um longo fio a uma tomada na parede. Ape-

nas acoplado, não ligado. Eis senão quando, interrompendo a conversa, o plugue se destacou da tomada e voou com violência, atravessando o espaço e indo chocar com a parede do outro lado. Meu compadre, convictamente céptico, sempre se recusou a comentar o inexplicável.

Um pouco de humor, neste contexto, não há de fazer mal. Vinha eu penando, *in illo tempore*, com pertinaz problema de coluna, que me levou a peregrinar, inutilmente, por médicos, terapeutas e charlatães. O chuveiro do apartamento era conjugado a uma banheira, em cuja borda oposta à parede corria uma cortina. Nesse dia, estando esta fechada, e para não a manipular desnecessariamente, entrei na banheira por uma das extremidades. Droga! escorrego na superfície inclinada e lisa, e de repente me vejo estatelado na brancura do esmalte. Fico uns instantes ali parado, a tomar tento na ossatura atingida. Percebendo-a ilesa, me levanto bonzinho da silva. Daí por diante, curti uns belos tempos livre do problema. Costumo dizer que não caí, fui empurrado por meu anjo da guarda.

Ah! este derrame de alma, sublime floração de afinidade anímica, a que chamei provisoriamente “Momento Cósmico”, vai como o lancei no papel, sob color de poema:

De repente / seus íntimos se abriram / e houve um derramamento de alma. / Sem se verem, / as auras, escorrendo / pelos ares, / no chão do templo, / acima, / se encontraram, / se tocaram, / se reconheceram, / em comunhão de puro espanto. / Ofício / religioso e pagão. / Eucaristia / fortuita? / Etéreo ofício, / ofício astral, de puro / amor.

Curiosamente, os súbitos parceiros nunca se encontraram, nem antes nem depois, em *articulo amoris*. Nem jamais falaram a respeito.

Não me lembra ter feito dessas coisas objeto de conversa com pessoas não envolvidas. Com estranhos não haveria por quê; e meus amigos poderiam passar a me olhar de banda. Que vão dizer, agora, os que me leem até o fim! Porque ouço vozes. Nem sempre, me apresso a amenizar, mas ouço vozes. Concedo que não as ouço fisicamente, mas nem por isso deixo de entendê-las com inteira clareza, eu que já tenho

considerável perda auditiva. Em verdade, é uma voz única, tem a sua personalidade, tem uma identidade, o que não quer dizer que eu possa identificar o emissor. Voz que às vezes me vem espontaneamente e que outras vezes provoco, pedindo ajuda ou, ai de mim, pedindo privilégios. O que ela me diz nem sempre é positivo. A uma solicitação ela respondeu-me admoestando: “Ora, Anderson, você acha mesmo que devia pedir isso? Não acha que deveria fazer alguma coisa a respeito, tentar conseguir por seus próprios meios?” Enfiei a carapuça, fiquei ressabido, envergonhado por bastante tempo. Mas acabei sendo atendido! Ca-bisbaixo pronuncio diante de todos este mea-culpa: inconscientemente, espero, usei de uma espécie de chantagem, ao trazer à mente as palavras – “Pedi, e ser-vos-á dado”.

Forte é o que me vem agora à lembrança: a casa para onde nos mudáramos havia apenas umas duas semanas foi assaltada. (Culpa minha – podia ter contratado logo uma empresa de segurança, um alarme.) Estávamos todos na rua, e ao chegar deparamos com a porta arrombada e, perto, um pé de cabra esquecido pelos ladrões, que levaram uma penca de aparelhos elétricos, além de miudezas mais ou menos valiosas. A voz me disse, tranquilizadora: – “Não se preocupe, não haverá outra vez.”

Não me ponham contra a parede, não posso responder o que não sei. Ignoro de quem é a voz. De meu anjo da guarda? de uma alma amiga? de um espírito protetor? de meu mestre interior ou de meu eu superior? Só tenho perguntas. As hipóteses são vagas, mas a voz é sempre clara e, mesmo na reprimenda, amiga.

Já outro dia, em casa do mano caçula, onde se comemorava um aniversário, eu, ele e o vice-mais velho, reunidos na sala em meio a música e conversas cruzadas, e embalados por uns copos de cerveja, conversávamos animadamente sobre isto e aquilo. Em dado momento começamos a falar sobre nosso pai. Recordávamos fatos e papos e me lembro perfeitamente de que um dos assuntos foi o livro *Quando Eu Era Vivo*, de Medeiros e Albuquerque. Era um livro que Papai apreciava

e muito me recomendava. Acabei ficando com ele e também me tornei seu fã. Finda a festa, já entrada a noite, voltei para casa e resolvi olhar alguma coisa no escritório. Mal entrei, vi que algo estava errado: um volume jazia no chão, caído da estante onde se apertava entre outros, todos bem enfiados, para dar espaço aos bibelôs e porta-retratos com que minha mulher faz questão de enfeitar as prateleiras. Peguei-o e... adivinhe qual era! Do jeito que estava arquivado, era impossível que deslizesse espontaneamente. Não vou especular sobre comos e quando, mas convido o leitor a me ajudar.

Natural que me lembre agora de Mamãe. Por um lado a lembrança é sofrida, mas por outro, gloriosa. Em seus últimos meses de vida, sofreu intensamente com um câncer de pulmão. Pouco antes de morrer, prostrada no leito, disse uma frase que me pareceu mero desvario: – “No domingo é o concerto.” Saí dali, todavia, pensando nessas palavras. Concluí que não havia mesmo como lhe atribuir algum sentido, naquelas condições.

Alguns dias depois, em casa, com meu velho amigo e compadre, trocávamos ideias sobre não sei quê. Pusemos um disco a tocar. De repente me calei. O ar se tornara grave, talvez solene. E eu vi, só não posso jurar se com os olhos da cara ou por uma sorte de visão interna, um grupo que se movia lento à minha frente, como que levitando. Os traços não eram tão nítidos, o tom era esmaecido, mas reconheci claramente minha mãe, meu avô e minha avó, e junto alguns vultos que não pude identificar, mas que adivinhei serem parentes próximos que já tinham feito a travessia. Nenhum deles me encarou – mas eles apareceram *para mim!* (ou não? ou simplesmente eu estava ali, naquele momento, e pude vê-los?). Ninguém disse palavra, porém seguiam todos em frente, em procissão, rumo à direita de mim. Era um domingo, dia do Senhor, 6 de abril de 1980. A orquestra executava a *Ode à Alegria*.

* Titular da Cadeira nº XXXIV da ABrL

ANTIGA ESTAMPA

Danilo Gomes*

“A noite não estava muito escura, mas não havia lua. Viam-se algumas estrelas, mas não muitas. Quando chegaram ao fim da alameda, viram o espectro.” (Daniel Defoe, “O adivinho na feira de Bristol”, no livro Contos de fantasmas)

De repente, no meio da noite de sábado, começo da madrugada, com minha cerveja e meu charuto Suerdieck (da Bahia) , lendo uma crônica de Lourenço Diaféria (o grande cronista de São Paulo), me veio uma súbita, nostálgica vontade de comprar um chapéu na “talvez mais antiga (1914) chapelaria em atividade em São Paulo, a Chapelaria Paulista, na Quintino Bocaiúva, 94, na veia do Centro Velho.” São, como se nota, palavras do notável cronista Lourenço Diaféria, com quem conversei uma vez, por telefone, em São Paulo, ele com uma gripe danada.

Sou adepto de chapéus e de bengalas, que uso nos fins de semana (as bengalas, só em casa). Na casa (melhor diria, no rancho) dos 54 anos, nestes tempos de avanços tecnológicos vertiginosos, me sinto um homem de décadas passadas, quase de volta à época da vacina obrigatória, da gripe espanhola, da peste amarela, da peste bubônica e do cinema mudo, com Buster Keaton e Carlitos, mais O Gordo e o Magro e Os Três Patetas... No mínimo – e é verdade –, sou do tempo da tabuada, do bilboquê, do emplastro Sabiá, do Biotônico Fontoura, da Emulsão de Scott, das pílulas de vida do Dr. Ross, do óleo de fígado de bacalhau, do horrível óleo de rícino e do prestante Almanaque

Capivarol.

Como se deduz, já estou meio gasto, meio sambado, com problemas na coluna cervical, um pouco de artrose e muita saudade dos tempos que se foram.

Vim ao mundo numa cidade antiga, Mariana, MG. De tanto ali ver, na minha meninice (e depois em Belo Horizonte), homens de bengalas, chapéus e guarda-chuvas (mesmo em dias de sol), tornei-me um deles, por mimetismo meio nostálgico, meio melancólico.

Comprando mais um chapéu, dessa vez na tradicional Chapelaria Paulista, talvez eu queira repetir meu pai, Daniel (1904-1965), que usava chapéus das marcas (ainda não se dizia **griffe**) Cury e Ramenzoni. Para falar a verdade, não dispensei nem o lenço branco no bolso frontal do paletó, o que era moda antigamente.

Às vésperas do ano 2.000, tempos de informática (que já se delineou como robótica e cibernética), do raio laser, da internet, das viagens espaciais, sou, na verdade, um homem atrelado à década de 1940, 1950, saudoso dos bondes, dos footings nos jardins e nas avenidas, de retretas de bandas de música nas praças arborizadas a capricho, do popular cine-grátis, do perfume das damas-da-noite nos jardins das casas belle-époque de Belo Horizonte, antiga Curral del Rey. Podem me chamar de nostálgico, de velhusco. Não me avexo.

À noite, o ronco rumor do bonde Pernambuco deslizando sob a vigilância dos guardas-noturnos, no então tranquilo Bairro dos Funcionários, que virou Savassi, por causa da padaria dos três irmãos Savassi, um deles xará meu.

Conheci minhas avós Sinhá (materna) e Maricota (paterna), mulheres do século passado, mães de tantos filhos e filhas, heroínas de tantos desassossegos. Um avô (o materno) não conheci: morreu em 1928; o outro, recatado, foi apenas uma sombra me olhando do alto da escada de seu sobrado marianense: morreria em 1947.

Sou um tipo antigo, com meu chapéu e minha bengala de madeira. Meus mortos me circundam o tempo todo, seus rostos vão se esmaecendo com o esgarçar do tempo.

E agora, com essa conversa retrô, me tomou uma vontade de ir beber cerveja no antigo Bar do Izidoro, na Praça da Igreja da Boa Viagem, bar que conheço desde eu rapazote. Será uma volta ao passado, uma breve viagem no tempo. O dono, por certo já enrugado, cabelos bem brancos e um pano, uma toalha, no braço, ainda se lembrará de mim, nas primeiras calças compridas, o menino-moço da Rua dos Inconfidentes, 1041, casa de minha rígida avó Sinhá e meu liberal tio Aldo Hildo Motta, vulgo Laspinho? Ainda estará lá, comandando seu velho barco boêmio? Depois de tantos anos? Eu frequentemente ia lá buscar cervejas para tio Laspinho, freguês de caderno. Levava uma sacola com cascos vazios.

Adentro o antigo Bar do Izidoro. Sou um senhor de meia-idade, de chapéu marrom Ramenzoni. Pai de dois filhos, morador de Brasília, passando três dias em Belo Horizonte. O bar não perdeu seu ar antigo. Ainda é um reduto de boêmios. Peço uma cerveja casco-escuro. O relógio da Boa Viagem bate o velho carrilhão: são apenas 7 da noite. Uma noite clara, sem lua e de poucas estrelas. O viajante do tempo como que vê chegar, devagarinho, o primeiro fantasma da noite. São fantasmas mansos, já se foram há um bom tempo. Talvez ainda sintam alguma sede da cerveja e uma saudade daqueles inesquecíveis torresmos de outrora...Encosto a bengala no espaldar da cadeira ao lado. Contrariando o manual de civilidade e boas maneiras e a tradição do bom-tom, mantenho na cabeça o velho chapéu Ramenzoni. É como se o antigo menino estivesse em casa. Do ar puro que vem de fora, do sossego da praça, chega um cheiro bom de dama-da-noite...Peço outra cerveja. Dessa vez, o próprio Izidoro vem me servir. Olho-o com um certo espanto. Há quanto tempo não o vejo! Está pálido, com ar de cansado. O tempo passa para todos e sobre todos. Mas me olha paternalmente,

como se me dissesse: “Ah, o sobrinho do Laspinho!”. Há quantos anos não o vejo, meu Deus! Pela porta da frente, entra um frio tão frio que parece não ser deste mundo... Izidoro destampa a garrafa, com um leve sorriso. Como está pálido! Izidoro Soveral, me lembro do sobrenome. Agradeço. Tomo os primeiros goles. A friagem que vem de fora parece penetrar a alma do antigo rapazote. Sinto um arrepio de cerveja muito gelada...O velho Izidoro, homem educado, faz uma leve reverência, em cumprimento. E, antes que eu puxasse conversa, se vai, rumo ao balcão, ao seu posto de comando, na grande caixa registradora de fabricação inglesa. Olho para o balcão. Lá já não estava a velha e grande caixa registradora. O que havia era um computador, com um homem quarentão no comando. Pouco depois, ouvi o carrilhão da igreja anunciando as 8 da noite. Uma noite não muito escura, sem lua e com poucas estrelas. Chamei pelo garçom. Pedi a última cerveja, gelada de arrepiar...

*Titular da Cadeira nº VI da ABrL

HISTÓRIA DE FANTASMA

Jorge Sá Earp

Era uma mulher duas vezes rosa: rosa-mate no vestido e rosa negra na lapela. Entrou, se sentou diante de mim, depôs sem cerimônia um maço de papeis na minha escrivaninha, encadernados em espiral e cobertos de plástico e acomodou a bolsa no colo. Com o olhar firme disse:

- Quero que o senhor publique o meu livro.

Pigarreei e lhe expliquei que primeiramente teria de submeter seus originais ao conselho editorial; que era esse o procedimento da casa. Meus olhos então baixaram para o cartão de visita pregado com clipe na capa de plástico do caderno: Ágata Amarante. Tinha-a recebido graças à intermediação de um amigo comum. Em geral, costume receber originais pelo correio. Raramente autores se apresentam no escritório da editora. Atribuo essa atitude à timidez, ao medo de receberem uma recusa de imediato. Há exceções, claro, como para tudo. Há os afoitos, os caras-de-pau, aqueles que estão pouco ligando para a rejeição intempestiva, possibilidade remota pois tenho por método de trabalho dar-lhes a mesma resposta concedida à Sra. Amarante, salvo em casos tais como arrogância do requerente, título evidentemente de mau gosto que denuncia o conteúdo reles do livro ou verborragia do mesmo denotando megalomania às raias da loucura. Já vi de tudo. Uma casa editorial, no fim das contas, é quase um teatro que recebe todo tipo de candidatos ao estrelato. Sem modéstia posso afirmar que elevei algumas figuras condenadas ao anonimato e inconformadas com essa situação ao pódio da fama. Não sei se esse era o caso da bela senhora que tinha

à minha frente naquela quarta-feira ensolarada e fresca de julho. Contudo seu semblante, que a princípio transparecia determinação, recebeu minha rotineira resposta com uma expressão que patenteava orgulho ferido e profunda decepção. Naturalmente trazia no caminho para a editora a convicção de que tendo sido indicada por um amigo comum, escutaria de minha parte uma aceitação sem restrições, o que não deixa de ser um disparate, mesmo se fosse minha editora uma casa de menor porte, sem querer com isso negar a existência das puramente mercenárias.

Rompi então o silêncio embaraçoso formado após a resposta e diante de sua expressão angustiada, reiterei com:

- É o nosso procedimento.

- E quanto tempo dura esse exame..., quer dizer,... – e aqui Ágata que dali puxaria um lenço para secar possíveis lágrimas ou simplesmente o suor em volta dos lábios marcados com um vermelho sanguíneo -, quando o senhor acha que vai poder me dar uma resposta?

Dei-lhe um prazo aproximado e amigável de seis meses. Sem se mostrar satisfeita, a Sra. Amarante levantou-se, agradeceu polidamente e se retirou. Uma nuvem de perfume refinado foi deixado pelo rastro. Funguei, comentando com meus botões que devia ser francês e sem a menor boa vontade – confesso – abri a primeira página do romance.

A leitura me prendeu de um golpe só. Devo dizer que durante o final da manhã e a tarde inteira não consegui desprender os olhos da história escrita por Ágata Amarante, apesar das inúmeras interrupções de meus assessores e chamadas telefônicas. Depois de fechar o escritório, às sete da noite, pus o romance debaixo do braço e o levei para casa, o que raramente faço pois ali no aconchego do lar prefiro me dedicar à família e depois do jantar ler o livro que estava à minha espera na mesinha circular ao lado da poltrona de couro. Pois naquela noite e nas subsequentes, abandonei-o sem piedade ou fidelidade para

mergulhar no romance de Ágata Amarante. Minha mulher mesmo chegou a perceber o fascínio que me despertava aquela leitura e tive de me desvencilhar por diversas vezes dos pequenos para poder me concentrar na leitura.

Terminei-o num domingo de manhã, uma semana e três dias depois da visita da Sra. Ágata. Ao fechar a contracapa de papelão, senti o impulso de telefonar para ela sob o efeito do entusiasmo provocado pelo romance. Minha primeira vontade foi dizer-lhe que iria editar o seu livro, 100 % bancado por mim dada não só a sua enorme qualidade literária como também o apelo comercial do enredo. No entanto, mantive o gancho do telefone erguido alguns segundos no ar. Minha mulher me perguntou para quem eu ia ligar. Desliguei então o aparelho e fiquei refletindo ainda com os olhos na invenção de Graham Bell: afinal, quem era essa mulher? Tinha sido recomendada pelo Bastos, que não era tão grande amigo meu e até me devia dinheiro. Além disso, tinha escrito uma resenha descendo o pau no livro de um autor meu. Bem verdade, que isso anos atrás, mas que desceu desceu. Me deve dinheiro, não é tão amigo meu assim... Nunca vi a Sra. Ágata mais gorda... essas ponderações foram turbilhonando na minha cabeça enquanto dividia o olhar entre o telefone – aquele bicho preto – e as samambaias sendo regadas por minha mulher; escutava a sua voz me perguntando em que eu estava pensando e comentando minha servidão à leitura do livro e o vozerio da garotada lá dentro no quarto.

Liguei então para o Geraldo. Chamou, chamou, esse idiota continua fazendo farra nos sábados à noite, foi o que pensei quando ele atendeu com voz rouca. Convidei-o para almoçar. De cara recusou. Insisti dizendo se tratar de um assunto muito importante, vital mesmo para nós dois. A contragosto e incrédulo aceitou e fomos nos encontrar num restaurante equidistante entre minha casa e a dele, quer dizer, dos nossos apartamentos, apesar das reclamações de minha mulher e ao argumento de que podia ter convidado o Geraldo para comer conosco

pois a empregada deixara comida farta. Mas era assunto confidencial. Sem confessá-lo, dei uma desculpa, acho que aludi a outro problema sentimental do Geraldo, bati a porta e peguei o elevador.

Nos encontramos no tal restaurante, meio botecoso – para usar o qualificativo de um amigo meu. Como de hábito, Geraldo demorou a chegar. Conhecendo a pontualidade dele, comprei um jornal. Lá pelo meio do terceiro artigo político, apareceu com as roupas amarfanhadas como se as tivesse enfiado às pressas e os cabelos grisalhos despenteados. Era o seu estilo. Sempre o vi assim. Alinhado mesmo só nos lançamentos dos seus livros e quando recebeu o prêmio do Pen Clube.

Contei-lhe a visita de Ágata Amarante à editora, da entrega dos seus originais, da sua intenção – é claro – de vê-los publicados e da minha impressão de leitura. Antes, contudo, de iniciar meu relato o Geraldo pediu um chope e assim foi sorvendo os seus seguidos copos enquanto me escutava às vezes com o olhar atento às vezes dispersivo, como se se entediasse enormemente com a esperada história do seu editor e não compreendesse a necessidade de tê-lo chamado para almoçar. Por fim, revelei-lhe o meu plano: como tinha adorado a história, queria propor ao Geraldo que a assinasse. Aqui ele ergueu alto as sobrancelhas peludas e seus olhos lampejaram de surpresa e indignação. Antes, porém, que contestasse com sua boca nevada de espuma, contei-lhe minha decisão de recusar o romance de Ágata Amarante.

- Tem muito tempo que você não publica nada. Aliás, que você não consegue escrever nada. Foi você mesmo que me confessou várias vezes por telefone e pessoalmente. Olha, Geraldo, eu sei que você está passando um perrengue. Criativo e econômico. Tou a fim de te dar esse livro. Olha aqui: tá aqui o livro. Lê e depois me diz o que você achou. Eu achei genial. Simplesmente genial. Não dá pra parar de ler. Além disso, é bem escrito. Espetacularmente bem escrito. Com finura, tem estilo, a mulher conhece literatura, sabe bem o que é o fazer literário...

- Isso é roubo, Hércio! Além do mais... e o meu estilo? A minha maneira de ver o mundo, os meus assuntos, os meus temas recorrentes... Não, não, de maneira nenhuma! Você tá é louco! Não... eu entendo. Muito obrigado por querer me ajudar mas...

- Lê. Pelo menos, lê, Geraldo. Olha: eu disse pra ela que ia mandar pro meu conselho editorial. Pronto: o meu conselho editorial fica sendo você. Sem ela saber, claro.

- Isso não é honesto, Hércio! Pra não chamar de filha da putice.

Insisti muito para que lesse. O Geraldo resistiu até eu lhe oferecer dinheiro em paga como leitor. A bem da verdade, ele já tinha desempenhado esse papel diversas vezes na minha editora e em outras, mas ultimamente deixara de fazê-lo. A princípio graças a seus êxitos de vendagem e de crítica. Depois, no entanto, suas ideias foram minguando, a inspiração enfraquecendo, o ânimo de encetar esforços para começar um novo livro arrefecendo, estacou. Há dois anos que não escrevia uma linha. Não tinha família, é verdade, mas seus gastos escoavam na boemia e, nos últimos meses, no amor platônico por uma garota mais nova. Queria ajudá-lo; o grande Geraldo Harpa a se reerguer.

Voltei pra casa pensando que o livro da Sra. Amarante poderia, por outro lado, ao contrário da minha intuição de editor, redundar num imenso fracasso. Nesse caso, a trapaça contra Ágata iria se virar contra mim com a vítima ganhando o processo de plágio, a editora manchada em sua reputação e o Geraldo se recolhendo em frustração, dilapidando os seus últimos cobres em álcool e musas inalcançáveis.

Ruminei a possibilidade, que por vezes se inclinava para o lado positivo da balança, do sucesso do livro. A ferocidade do processo movido por Ágata contra mim seria inevitável e massacrante, mesmo contando com as sugeridas modificações a serem feitas pelo Geraldo. Sugeridas é maneira diplomática de escrever: instadas, insistidas. Se o Geraldo não as fizesse, a perda no processo judicial de plágio seria certa.

Duas semanas mais tarde o Geraldo me telefonou. Como eu, tinha submergido na leitura com intensidade e ficara fascinado com a história. Só que hesitava ainda muito em aceitar a minha proposta. O livro diferia demasiado do tipo de literatura que fazia. Não dava nem – segundo ele – para mascarar o enredo de um modo próprio que parecesse a um leitor seu como escrito por Geraldo Harpa. A trama tampouco parecia – também de acordo com as palavras um tanto modorrentas do meu amigo do outro lado do fone - ter sido costurada por uma senhora tal como eu a descrevera já que se tratava de um drama vivido por uma mulher negra de classe média baixa vivendo num subúrbio. Talvez a Sra. Amarante tenha escutado essa história de alguém – aventei a possibilidade subestimando a capacidade de invenção daquela mulher elegante que entrara arrebatadamente em meu escritório há coisa de um mês.

Não; não; definitivamente não – foi a frase final do Geraldo ao telefone. Desliguei pensando o quanto tinha sido canalha com relação a Ágata e, ao mesmo tempo, solidário com meu amigo. Decidi-me então a ligar para a Sra. Amarante dando-lhe a boa nova, porém uma voz conhecedora do temperamento oscilante do meu amigo Geraldo me conteve o braço. Não estava errada: meia hora depois ele me ligou concordando com a farsa. Seu bolso preponderou sobre a ética.

Executo agora um salto de sete botas para oito meses depois desse acórdão: a mesma mulher que entrara de inopino em meu escritório voltou a prorromper porta adentro investida de uma indignação patente e esperada. Aos gritos brandia o livro publicado, cujos títulos tanto o original quanto o modificado omito revelar, proclamando a ameaça de me levar aos tribunais pelo crime de plágio. Ergui-me e tentei acalmá-la. Inútil: Ágata Amarante fincava em mim olhos arregalados, vermelhos e úmidos de cólera e cuspiam torrencialmente palavras ofensivas que se não chegavam a calão serviram para atrair minha secretária e dois assessores para dentro da sala. Mesmo protegido por minha escrivãzinha, tive a

real sensação de que Ágata iria apertar-me o pescoço, ela que já não se vestia tão elegantemente como da primeira vez parecendo ter enfiado o primeiro vestido tirado do armário depois que reconhecera o seu original no volume publicado.

Lancei mão dos poucos recursos psicológicos adquiridos com a experiência a fim de tranquilizá-la, tendo conseguido não graças a eles mas à inibição causada pela presença de meus assessores. O mais eficiente argumento foi, entretanto, a oferta de polpuda soma, o que representaria uma espécie de pagamento de direitos autorais levado a efeito a portas fechadas. Além disso, ponderei que a história sob o seu nome poria em risco sua reputação social, tendo em vista certas cenas ali contidas de caráter algo libidinoso. Ao mencioná-lo vi a Sra. Amarante ruborizar não de raiva como minutos antes ao escancarar a porta do meu gabinete mas de legítima vergonha, chegando mesmo a ter seus olhos embaçados de lágrimas. Por fim, ousei (um homem de negócios tem que fazê-lo para sobreviver) propor-lhe continuar a escrever histórias (“A sra. tem muito talento; deve ter outras já escritas, guardadas nas gavetas ou planeçadas, flutuando no limbo da sua mente criadora inquieta – suponho...”), continuar a escrever histórias que eu com toda certeza publicaria desde que... (aqui Ágata arregalou os olhos perplexos) assinados por Geraldo Harpa.

A Sra. Amarante então voltou a perder a linha: se levantou e desferiu um soco na minha mesa com os olhos flamejantes de raiva: queria ser famosa; queria seu nome reconhecido pelo público; jamais aceitaria o papel humilhante de uma *ghost-writer*.

Foram precisos alguns minutos a mais e o aumento da soma antes prometida para que sua vaidade consentisse em fornecer histórias ao nome famoso de Geraldo Harpa. Sugeri então um encontro entre os dois. Como reação esperada, a princípio Ágata Amarante recusou: escreveria histórias, umas já prontas e outras por executar, ao meu amigo, o que dispensaria absolutamente o encontro mútuo. Concordei, ela se

foi com o mesmo aprumo com que entrara da primeira vez e três meses depois jantávamos num restaurante melhor do que o boteco onde almoçara naquela remota tarde com o Geraldo, o próprio, Ágata e eu. Ela tendo trazido, conforme o combinado, um envelope com seu último romance. Passamos uma noite agradabilíssima, regada com muitas taças de vinho. O Geraldo chegou a folhear ali mesmo algumas páginas e demonstrou agrado. Ágata, por sua vez, exprimiu dúvida, de maneira sutil, sobre o interesse do meu amigo por um tratamento que não lhe devia parecer adequadamente literário mas que decerto traria lucros. Geraldo ignorou o *remark*, porém percebi sua expressão algo tristonha, ruminando – eu sabia – a frustração de seu esgotamento criador.

Geraldo e Ágata tornaram-se bons amigos – pelo que vim a saber. Costumavam almoçar juntos. Geraldo deixou de beber – pelo que vim também a saber. Não sei, contudo, se sua relação com Ágata ia além da mera amizade. Contou-me que esqueceu por completo a garotinha fútil da Barra. Talvez com Ágata houvesse uma relação meio que materno-filial. Ignoro se Ágata teria um perfil de Jocasta – e aqui estou sendo maldoso ao extremo. O que sei é que os livros seguiam vendendo muito bem (num total de seis) até um telefonema ribombante do Geraldo: Ágata o tinha estimulado a voltar a escrever; convidava-o amiúde para passar os fins de semana em sua casa em Teresópolis (aí minhas dúvidas cresceram sobre a tal relação materno-filial, assim como me surpreendeu o talento não só literário da velha senhora – nem tão velha assim; digamos, madura). Contudo, o que mais me deixou perplexo foi que ela mesma propusera assinar a última história do Geraldo. Ou seja: o romance do meu amigo teria para o público a autoria de Ágata Amarante!

- Mas e o estilo, Geraldo? O estilo é o seu!

- O estilo já não é mais o meu há muito tempo, ô Hércio... Desde que você me deu Ágata Amarante de presente.

- Mas e os seus temas recorrentes?

- Você quer ou não quer editar?

É verdade que a autora Ágata Amarante já não vendeu tantos exemplares quanto o Geraldo Harpa renovado, depurado, com um estilo ágil, vibrante. E essa recepção acanhada de uma autora desconhecida abateu tremendamente o ânimo do meu amigo. Para não falar da crítica que tratou a obra de maneira distante, glacial. Geraldo voltou a beber. Tive a má sorte de vê-lo um dia nadando em cachaça naquele mesmo boteco onde almoçáramos anos atrás e onde lhe propusera a farsa urdida por esta cabeça maquiavélica, que veio dar no que deu: Geraldo pior do que naqueles dias de pouca ou nenhuma inspiração; Ágata rica e anônima ou quase. Mas desprezada pelo público e pela crítica.

Alguns meses se passaram antes de eu receber da boca da própria Ágata a triste notícia do falecimento do meu amigo. “Agora Ágata será Ágata” – foi o que ela me disse depois de uns minutos de certa consternação. Aconteceu, no entanto, que o novo livro com a sua assinatura vendeu menos do que o primeiro. E o fracasso de vendas persistiu nos subsequentes, um total de três. Vi-me então obrigado a não renovar mais o contrato com a Sra. Amarante. Ainda tentamos textos póstumos do Geraldo, sem sucesso. A crítica ressaltava uma evidente influência de Geraldo Harpa sobre o estilo de Ágata. Corriam rumores sobre o relacionamento íntimo entre os dois.



ARTIGOS E RESENHAS

PRETO NÃO ENTRA

Antonio Carlos Esteves Torres

EPISÓDIOS DA VIDA NACIONAL

Preto não entra! A voz determinativa da portuguesinha fez baixar a cabeça o rejeitado, que já se afastava, quando o som indignado de menina loura de origem italiana indagou, já ao estilo de ordem e ameaça: não entra por quê!? E comandou: Vai entrar sim.

Inhaúma, subúrbio carioca, numa escola particular chamada Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, por volta de 1950, ou um pouco antes, assistia a um ato discriminatório e um avanço corajoso a lhe dar combate.

A loura de origem italiana e o quase rejeitado, ambos, então, com seus cinco ou seis anos, foram amigos para sempre.

1863 -Ponta das Baleias ao Catu, Bahia, que “...tinha acontecido a menina tão bem-criada, tão mimada, tão bonita, parecendo quase branca de tanto trato? Ninguém sabia..., somente o Inimigo arrastaria uma mulher a vida tão erçada de lutas e percalços”. (João Ubaldo Ribeiro - Viva o Povo Brasileiro, 5ª edição, Ponto de Leitura – Rio de Janeiro, 2009, pág. 434).

Afonsinas – Fundação Calouste Gulbenkian – 1998, Livro II, Título XXII – Dom Joham, &c. – pág.194. A quantos esta Carta Virem fazemos saber ... que a ditas Cortes ... nos disseram que muitos Clérigos

e Religiosos tinham barregãs em suas casas, às vistas dos Prelados e de todo o povo... E nós, querendo a isto pôr remédio, determinamos que os Prelados de nossos Reinos que ponham os clérigos e religiosos que barregãs tivessem pena de excomunhão e suspensão e outras penas que entendessem de impor.

Queiram perceber que os fatos, postos ao léu, e em resumo desorganizado, envolvem atos e costumes de épocas distanciadas em séculos e décadas que, embora passados, permanecem em suas imagens históricas. Apenas, com desenhos aligeirados de linhas eufêmicas, que, em algumas circunstâncias, a delicada hipocrisia dos dias atuais denomina “politicamente corretos”.

Como expõe a Desembargadora Cristina Gaulia, no pórtico da Revista Direito em Movimento, que coordena, a obra figura como uma ferramenta institucional..., que objetiva construir uma relação de proximidade do DIREITO com as demais CIÊNCIAS SOCIAIS, reunindo-os à história, à filosofia, à antropologia, à sociologia jurídica, dentre outras disciplinas, na busca da relação de que se servem para fazer justiça.

Efetivamente, o ordenamento jurídico, a partir da Lei Fundamental, municia as gentes e os operadores do direito com instrumentos capazes de guiá-los pelos caminhos das condutas que asseguram o respeito aos princípios gerais, de ampla aceitação na ordem jurídica e moral: não fazer mal a ninguém, dar a cada um o que é seu, e viver honestamente. Entre 533, ano do Digesto Justiniano, incluída a posterior organização de Ulpiano, passaram-se séculos, até a queda de Constantinopla, quando no hemisfério norte a luta pelo poder disciplinar da Magna Carta, em 1215, já impunha outra fórmula de controle de domínio.

Estes saltos históricos são para mostrar que, como está na publicação, o Direito se movimenta. E, ao se movimentar, exige de seus usuários, protegidos, operadores, dupla adaptação: pessoal e profissional.

A lei é a regra geral justa e permanente, que exprime a vontade imperativa do Estado, a que todos estão submetidos. Deste conceito elementar, extrai-se que ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece, porque os princípios que regem a Lei Principal dispensam técnica jurídica ou especialização em direitos sociais; individuais, o gozo da plena liberdade e segurança; a igualdade, a justiça, a dignidade, a cidadania, a fraternidade, a composição pacífica de conflitos, a propriedade, a iniciativa, o trabalho.

A leitura deste último parágrafo, do qual se retiram os valores igualdade e dignidade como temas participantes dos três relatos inaugurais, ajuda a entender o propósito da apresentação da revista cujo “...intuito é viabilizar a expressão de pontos de vista diversos, de forma a construir uma ambiência favorável a um tipo de reflexão que contribua sob duas perspectivas: em primeiro plano, como base para o surgimento de rupturas que se fazem necessárias em um mundo cada vez mais líquido e, em segundo plano, colocando em debate as “permanências” que remanescem enraizadas no nosso universo jurídico contemporâneo.” Tudo para, como se conclui, em contracapa “...intensificar um novo paradigma: de que o Direitos só será justo na medida em que seus operadores consigam multiplicar as lentes sob as quais o examinam.”

Ou o menino preto ingressou no grupo do brinquedo; ou a loura italiana retirou-se com ele, ou, ainda, não se terá realizado o folguedo. O que é certo é que hoje, entre adultos, depara-se com o crime de racismo ou de injúria, embora, na ocasião, há setenta anos, o mal-estar tenha ficado no ar, talvez esquecido, aceito, natural.

O direito se movimenta em direção à verdade que, nesta circunstância, envolve história, antropologia, sociologia e muito, muito cinismo. O racismo tem raízes filosóficas e doutrinárias, com resultados danosos permanentes ao direito ao trabalho, à liberdade, à paz, aos direitos fundamentais, finalmente. A injúria é a ofensa, o xingamento, geralmente mo-

mentâneo, episódico. Ao profissional cabe distinguir os efeitos da Lei nº 7.716/89 e as consequências do art. 140, do Código Penal.

A referência ao ano de 1863, na baiana Ponta das Baleias, é um resumo da formação demográfica nacional, com que Ubaldo Ribeiro conta a história do Brasil. Embora com estatísticas repetidas sobre a mestiçagem brasileira, o fato inegável é que o país se fragmenta em classes hierarquizadas, em cujos desencontros trazem à tona esta circunstância irrevogável. Em trabalho de Charles Ralph Boxer, *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire 1415-1825, Relações Raciais No Império Colonia Português 1415/1825*, publicado em 1963, em Edições Afrontamento, Porto, mantém-se a ilusão de que “é um artigo de fé para muitos portugueses que seu país nunca tolerou uma segregação de cor nas possessões ultramarinas e que os seus compatriotas tiveram sempre uma inclinação natural para contatos com povos de cor... (pág. 7).” Mais adiante, na verdade mais complexa, “... as relações raciais no velho império colonial português não apresentavam um tal quadro de integração harmoniosa como as citações poderiam fazer supor. (Pág.7/8). Quem não leu, não deixe de fazê-lo. Quem o tiver feito, faça-o já mais uma vez: o Cortiço, do maranhense Aluísio de Azevedo, em que se confirma a canalhice de Romão, que explora a negra Bertoleza, nos resultados de sua quitanda, para, depois, aplicando-lhe o mais duro golpe de traição, levou-a ao suicídio.

Raramente, quem começou sua vida de magistrado por volta da década de 1970 terá deixado de se guiar por obras como a do Ministro Mário Guimarães (*O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL - FORENSE - RIO*, 1958, PÁG. 19/20, 33/34), que, ainda hoje, são de larga serventia. Com a simplicidade de quem ostentou sapiência, o grande magistrado lembrava: “11. Juiz é a autoridade a que compete, no Estado, o encargo de administrar justiça”. Mas lembra da obrigação de fazer justiça que cabe a autoridades administrativas, por cuja intervenção, “... em certos casos se opera a restauração de direitos”. Em resumo, no “...juiz, o fazer Justiça é o alvo, a tarefa, a missão, o sacerdócio”.

Em recente evento levado a efeito pela EMERJ, o Professor Eric Hilgendorf foi em direção ao propósito da finalidade da Revista Direito Em Movimento, ao abordar aspectos do uso de veículo automóvel sem condutor. A responsabilidade envolve a empresa que dá acesso ao instrumento bem como ao operador da máquina. Na ocasião, o mestre, que se reunira em obra de vários autores, sob a direção de Ettore Dezza, Diretor do Departamento de Direito da Universidade, com os outros em Pavia, na Itália, nos cedeu um exemplar do resultado dessa reunião sobre a filosofia do direito no iluminismo penal, no século XVIII, em que os especialistas abordaram aspectos referentes aos estudos introdutórios que, a nosso ver, também se aplicam aos outros ramos do direito. Estenderam comentários sobre a lei, a razão, a proporção e a humanização (opto pela forma traduzida – não como está no original – *humanity* - para efeitos de configuração semântica – *Strafrechtsphilosophie der Aufklärung*, Pavia 19/21 Juni 2015 pág 7).

Anteriormente, na ordem metodológica análoga a esta que os estudiosos empregaram, Cernelutti (*Arte del Derecho* – Ed. Jur. Europa-America – Buenos Aires) desvendou mistérios filosófico-metafóricos sobre direito, lei, fato, juízo, sanção e dever, que acabam por se encontrar com as repartições pedagógicas do Livro organizado por Ettore Dezza.

A intenção de Cernelutti era, além de estudar espanhol, língua que usou, em lugar do Italiano, tornar visível o conceito de direito, através da estreita conexão com o conceito de Estado, enquanto a lei (em inglês, no mais das vezes, só se sabe de que se está a falar pelo sentido do texto, visto que a palavra é a mesma, *law*) necessita, para conceituação, compará-la com as de ordem natural e as eminentemente jurídicas.

Esta forma resumida de expor as dificuldades teóricas da ciência (ou arte?) do direito e da lei é para que se aprofunde a utilização de outros ramos do conhecimento, na estrutura da convivência, especialmente, a filosofia e a sociologia, para a concretização da finalidade do

ofício de fazer justiça, através de um direito possível. É como se subtitula no Volume 16 – Número 2, do Segundo semestre do ano passado na Revista Direito Em Movimento: ” o Direito só será justo na medida em que seus operadores consigam multiplicar as lentes sob as quais o examinam”.

A releitura do preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil, nos seus trinta anos, presta valioso serviço de análise. O que faz falta é expandir o sentido do desenho que alicerça a obra, em abertura à necessidade de compreensão dos que dela mais precisam na defesa de seus direitos, cujo sentido raramente chega à definição teórica do valor dos sentimentos: não ser maltratado; manter a disposição do que lhe pertença; receber e conceder honestidade.

Em termos genéricos, não se duvida que haja uma certa consciência do que seja Estado Democrático, mas teoricamente é diluído o entendimento dogmático, embora o cidadão, com algum conhecimento, reconheça o direito social, de todos; o individual, como a liberdade e a segurança, sob aspectos perceptíveis; a igualdade, porque, em decorrência da alma do preâmbulo constitucional, como reza o caput do art. 5º, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, em especial, raça, sexo, cor e idade (art. 3º, IV, da CRFB).

As ideias acerca desses princípios são difusas, às vezes, confusas, embora, fortemente sentidas. Mandela, num determinado momento de sua pacífica indignação disse quatro palavras que explodiram no universo sul-africano e alhures, a convocar o desfavorecido a uma reação cujos instrumentos não eram conhecidos ou suficientes: *That is not right (isto não é direito)*.

O preto podia brincar; a igualdade teria que ser respeitada, mesmo que se usassem os meios e modos dos que exerciam o domínio; seu poder não pode apagar o meu direito porque eu sou fraco. A mulher não pode ser obrigada a fazer o que não quer porque quem o quer é um homem.

Agora, voltem ao início deste trabalho e, com toda franqueza e firmeza de propósito, reexaminem a consciência e respondam: o preto pode, em qualquer lugar, brincar livremente, sem olhares desconfiados? O disfarce mestiço de clareza apenas amorenada e cabelo menos encapinhados serve para efeitos de uma falsa igualdade? Algum respeitoso prelado pode não se ter aproveitado de seu coroinha sob os auspícios da magnitude litúrgica?

A conformação étnica do país responde as dúvidas e indagações. Para a lembrança desta forma de atuar, por ocasião de uma ocorrência da espécie, alguns periódicos e o CEDES cumpriram com o seu dever, ao publicar comentários da seguinte ordem:

A MENTECAPTA RENITENTE E O COMPORTAMENTO NATURAL

O mundo artístico transborda palcos e telas, para ingressar na ópera da vida. Há muitos anos, ao participar de uma conversa com alguns representantes de diversos setores do nosso mundo teatral, literário e cinematográfico, externei observação sobre o principal papel do agente da criação, no ramo, então, em voga: arautos da mensagem social.

Não creio seja necessário especificar o aprendizado que uma peça, um filme ou um livro incutem no campo da percepção humana, municiando o estoque de conhecimento de qualquer pessoa. É o óbvio.

Num certo novembro de um biênio passado, dois fatos que envolveram expoentes da arte cênica desafiavam consciências e estimulavam a revisão de conceitos, ambos em primeira página do jornal mais lido do País: através de rede social, a lindíssima atriz Taís Araújo sofre ataque racista, e o excelente ator Wagner Moura escreve sobre a permanência do estigma da escravidão na alma do país.

São temas recorrentes. Batidos. Superconhecidos. A ralé estúpida a se manifestar e o grito insistente que não quer calar.

A diferença, ainda pequena, modesta, está na análise sincera e incisiva que cientistas e o povo, em geral, passaram a fazer. Nossa colaboração ficou com o texto sobre a mentecapta (Dívida Com a Mentecapta publicação do CEDES), torcedora sulina, a xingar, com ódio de proporções assustadoras, de macaco, um atleta de uma equipe de futebol. O estudo asseverava, lá se vão mais de dois anos:

De toda sorte, não utilizemos de radicalismos neste episódio. De certa forma, é-nos favorável. Entusiasma o debate. Revela instâncias ocultas do trato acadêmico. Estimula o estudo mais franco de nossa sociologia. Tudo a crédito do comportamento desprezível da hinha (não por acaso odio o enemistad, em espanhol), que se serve do partidarismo futebolístico para vomitar suas frustrações e dificuldades psicossociais.

Desculpe-nos, torcedora inconformada por ter de dividir seu espaço vital com tão inferiores pseudo-humanos. Obrigado, cidadã, (cujo direito de se manifestar está garantido, desde que constitucionalmente assuma as consequências de sua prerrogativa, que a Carta Magna preserva) pela oportunidade de nos fazer ver a realidade tão de perto. O rei está nu.

Pois é. Nesta altura, definiram-se os tipos penais de racismo, de previsão constitucional, inafiançável e imprescritível, art. 5º, XLII, e injúria (com base em aspectos raciais, § 3º, do art. 140, do Código Penal, de acordo com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.459/97 e conceitos do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/2.010. Tudo sob a égide principiológica dos objetivos da República Federativa do Brasil (CF, art.3º, IV, e 4º, VIII).

Como se vê, ao menos em grau institucional, a hipocrisia vem recebendo golpes certos. Não é de hoje. A denominada Lei Afonso Arinos, Lei nº 1.390/51, desde a era Vargas, já punia manifestação públi-

ca – e isso é muito importante – contra a discriminação, desde que em flagrante e fora da ambiência da intimidade ou interior do lar.

Desta forma, tinha-se em mente a preservação do pensamento discriminatório nas salas de jantar ou alcova matrimonial, que a mentecapta, por erro de cálculo, externou em público. Alguns entenderam que o Estado não poderia se imiscuir em questões meramente privadas. Daí a aceitação do tratamento diferenciado destinado aos trabalhadores domésticos, na forma do parágrafo único, do art. 7º, resquício invenível da condescendência com os suspiros escravocratas. A renitência mentecapta tem base sociológica e jurídica.

Nossa lindíssima atriz está momentaneamente atendida no seu desejo expresso de que o episódio sirva de exemplo. Todos (nem todos) se demonstram indignados. As manifestações são sinceras e prontas. Já o nosso ator de ponta, no seu escrito, lembra a frase de Joaquim Nabuco, *“a escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil”*. É verdade. O artista deplora a contradição entre a economia brasileira, oitava (ainda?), entre os demais países do mundo, diante do mais cruel IDH, 79º, no mesmo universo.

Não sei quanto tempo é o muito tempo da frase de Joaquim Nabuco. Mas posso afiançar, sem medo de erro, que haverão de passar algumas gerações, não sei quantas, até que os efeitos desta chaga sejam diminuídos consistente, consciente e significativamente.

Enquanto não se definir o que se fará com a população brasileira mestiça, frente à dicotomia fascista branco/negro (e os misturados, com um pezinho na África? E os amarelos, índios ou orientais?), a política de estado – evidentemente não é de governo – se entregará aos eternos erros de identificação e de projetos, sem grandes possibilidades de enfrentar os resultados maléficos. Assegurar a educação, de verdade, sem paliativos de cotas; garantir emprego. Quem sabe ajudando as prefeituras a contratar (ainda que terceirizados e com indispensáveis procedimentos licitatórios) agentes de limpeza, tudo mediante contas

aritméticas elementares? Corta, mas corta mesmo, essa farra indecente de ministérios (assim mesmo, com minúscula) inúteis, para abrigo de apaniguados dos canalhas do mensalão e do lava-jato. Que se garanta a permanência do aluno na escola, para aprender e se alimentar. Antes que venha a sofrer críticas, devo lembrar que, em fins da década de cinquenta, fazia parte da estratégia de estado garantir ocupação neste estilo. A experiência de vida e profissional recomenda lembrar que, embora possível, o expediente não é tão simples. Mas é possível. E apenas um entre tantos outros. Os magistrados saberão o a que me refiro.

Meu caro magistrado. É neste cenário que seu mister se desenvolve. É esse o povo que lhe bate às portas e o desafia a pôr em prática seus indispensáveis critérios de análise jurídica, com o entorno sociológico a figurar como instrumento de sua ação. Examine, com o peso de seu grau o episódio da Taís e o desabafo do Wagner. Tire as suas conclusões de julgador. Que o gesto de nossos artistas não caia no frio e decepcionante vazio da indiferença.

Nesta altura, vale a pena trazer ao debate pedaços de segredos que dormem inquietos no fundo de tantas almas. Para quem não sabe, e não há quem o saiba completamente, os negros escravizados eram “caçados” por outros negros de tribos inimigas, que os vendiam aos negociantes escravocratas. Esta forma de comportamento deu margem a episódios que entremeias a discrição machadiana a este respeito. O “menino diabo”, Nhonhô Cubas, tinha por diversão usar “Prudêncio, um moleque de casa, “como o seu “cavalo de todos os dias”... ”com uma varinha na mão, fustigava-o... e ele obedecia, algumas vezes gemendo, - mas obedecia sem dizer, ou, quando muito, um – ai, nhonhô – ao que eu retorquia: -cala boca, besta!”

Homem feito, sofrendo com ardores apaixonados, ao descer o Valongo, deparou-se com “... um preto que vergalhava um outro na praça. O outro não se atrevia a fugir; gemia somente... Não, perdão, meu senhor; meu senhor, perdão... O primeiro não fazia caso e, a cada súplica, respondia com uma vergalhada nova. –Toma, diabo!... – Meu senhor!

gemia o outro – Cala boca, besta! replicava o vergalho. Nada Menos que o moleque Prudêncio, - que meu pai libertara alguns anos antes”. Apanhava porque bebia. “Está bom, perdoa-lhe, disse eu. Pois não, nhonhô. Nhonhô manda...” (Machado de Assis - Memórias Póstumas de Brás Cubas - Ed. Globo, 1997, págs. 21 E 109/110).

Desses episódios, retira-se uma pouca de humanidade do escravocrata e o ódio do semelhante que fazia retornar o passado (vejam mais adiante a reprodução da obra de Jessé de Souza). Esta mágoa inadmitida, irreconhecida, persiste, só abrandada, de forma semioculta, via de mestiçagem embranquecedora, por exemplo, na beleza das mulatas carnavalescas ou domésticas assediadas, em jogos de iniciação sexual de modernos nhonhozinhos.

Reconheça-se o enfraquecimento desta desgraça, embora vagarosa e ainda existente, na dependência do nível intelectual dos personagens. A consciência plena do resquício escravocrata não está fora de cogitação e não têm sido poucos os casos de redução à condição análoga à de escravo, art.149, do Código Penal, quanto mais para o interior do país o fato se der.

PSICOLOGIA E DIREITO

TESE PARA UM ENUNCIADO – PALAVRAS DE ORGANIZAÇÃO DO PENSAMENTO

Hoje, as combinações econômicas apontam para um resultado negativo vestido com a indumentária de uma patologia chamada alta do dólar. Os jornais imediatamente fazem repercutir os efeitos dessa doença no órgão mais sensível da estrutura metafísica dos indivíduos conhecido como bolso. Sobra espaço nessa cavidade para o pouco de seu principal conteúdo, dinheiro.

Com a necessária escusa pela metáfora desavisada, lembrem-se de que o fato econômico ganha dimensões tão contundentes que transborda os limites da mera expressão da ciência a que pertence. Com efeito, de econômico, meramente, o fato atinge os bordões psicossociológicos, preços em alta para menos produtos e, daí, menos bem-estar, mais dificuldade, menos felicidade.

Essa equação passa a figurar como o principal protagonista da ópera da vida. Em muito pouco tempo, as relações sociais entram em ebulição e para apagar o incêndio, em cena o Judiciário. A impossibilidade de cumprimento das obrigações, diante da sistêmica estratégia da manutenção das condições contratuais (o famoso *pacta sunt servanda*), das manobras conhecidas de todos, como, por exemplo, diminuição de quantidade, mal ostentada na embalagem inespecífica, para o preço mesmo ou até aumentado. Todos sabem disso.

Para ilustrar a certeza absoluta de que a canalhice ainda está aos serviços dos poderosos, abram os jornais de ontem e de hoje e verifiquem como a gigantesca Volkswagen faz, no mundo todo, mandando às favas a proteção ambiental para vender seus veículos movidos a diesel. Máfias, Camorras, Ndrangheta são multinacionais, que o digam os cultores das *pizzolatices* e *marinesices* exacerbadas.

Notem que a circundar o relato está a ciência comportamental. Parte do “aumento” do valor da moeda norte-americana que, por si, já não é “aumento” do valor da moeda norte-americana e sim “desvalor” do Real, é proveniente de um fator intangível, quase imperceptível, a “corrida” aquisitiva do dinheiro alienígena, para evitar perdas da expressão monetária nacional. É um fator psicológico. Daí psicossociológico, pelo espectro das consequências.

Antes que se possa pensar em usurpação do terreno econômico alheio, por magistrado falastrão, leiam em O Globo de hoje (23.9.2015 – Economia – Dólar em novo patamar): “O dólar acima da cotação de

R\$ 4, (sic) um divisor de águas, provoca um grande efeito psicológico sobre o mercado”.

Há, portanto, aliás, continua a haver mais coisas entre o céu e a terra, como Hamlet advertia Horácio, do que jamais sonhou sua filosofia. A começar pela fórmula com que se repete a citação, sempre a se incluir um adjetivo interpretativo, vã, a qualificar filosofia, não são poucos os devaneios que conduzem o raciocínio dos hermeneutas jurídicos. Poucos se atêm ao foco psicológico dos fatos jurídicos e quase ninguém se utiliza do tema de uma pequena grande (desculpem-me o lugar comum) obra, *À Margem do Direito* (Ensaio de Psicologia Jurídica): “O direito é, em verdade, um produto social de assimilação e desassimilação psíquica” (op. cit. Ed. Bookseller, Campinas, 2002, pág. 150). Pontes (é assim que tratamos os luminarres eternos. Dispensam sobrenome), na elaboração da obra, transitou por manifestações de “espíritos notáveis”, “homens de polpa em assuntos jurídicos”; consultou as “últimas conquistas de psicologia experimental”, a ponto de concluir que a psicologia jurídica “...não deixa de ser, de certo modo, uma teoria basilar do Direito” (op. cit. Pág. 7, Advertência).

As circunstâncias que serviram de inauguração do pensamento, ao alcance de toda gente, foram, propositadamente, localizadas no mundo econômico e nas cenas mais atuais e corriqueiras dessa ambiência larga e de largos tentáculos, abrangentes do universo social. Com uma observação a mais, que, agora, adiciono: todos sabem da existência de fatores que militam em zonas imperscrutáveis do recôndito cerebral. Não se sabe defini-las, nem se poderia fazê-lo, a não ser iniciados da dogmática científico-psicológica. No entanto, mais e mais, a análise da realidade dos fatos sociais e suas consequências estão a exigir atenção mais acurada para a teoria psicológica. O profissional do direito, especialmente, o juiz, certamente, melhor desempenhará sua função interpretativa se tiver em seu estoque de conhecimento as noções epis-

temológicas da matéria que estuda o comportamento humano, que possibilitam o julgador a prestar melhor justiça.

Não se há de exigir que o magistrado se transforme num psicanalista de toda hora e todo caso. Mas é inevitavelmente desejável que, na observação empírica dos episódios que compõem um litígio, um mínimo de domínio do comportamento humano seja utilizado. Uma ilação de Pontes de Miranda, sobre o ato psíquico em contraposição a um outro, numa relação, leva-o a invocar a - vejam que interessante - origem por bem dizer contratual de todos os direitos. Na sequência: materialização de objeto; (pagamento); ato psíquico de intensidade anulatória do fato jurídico (renúncia); a convenção social (prescrição), o autor reconhece que a extinção de qualquer dos elementos primaciais, psíquico ou social... acarreta a morte dos direitos. (Ob. cit. pág. 147). É com instrumentos como esses, de sístoles e diástoles mentais, que o civilista conclui pela definição de direito, produto da assimilação e desassimilação psicojurídica da sociedade. Pode ser que alguém se contraponha aos argumentos. Haverá quem os tenha por herméticos. Não faltará quem os considere produto de elucubração inútil. Mas, seja quem for, estará obrigado a reconhecer a mecânica mental e os reflexos materiais na vida cotidiana. A fórmula da dinâmica da interação.

Estas linhas, que servem de indumentária a um estudo particular sobre o uso da psicologia no exercício da magistratura, revelam a existência de alguns conflitos dogmáticos e dúvidas interpretativas cujo principal resultado é um mau entendimento do que seja a função julgadora. Agora mesmo, na busca de elementos elucidativos do tema, senti-me obrigado a percorrer as obras que, de uma forma ou de outra, transitam pelo caminho nebuloso em busca de respostas positivas acerca da matéria. Inauguramos com Pontes de Miranda, como acima demonstrado, cujas conclusões sobre a atuação da psicologia jurídica, a par de muitas outras observações científicas, ao tratar da formação dos

organismos jurídicos, partem de noções da materialidade física e seus instrumentos vibratórios para a obtenção de energia criada e absorvida por corpos, fontes e campos propagativos. Com esta base (que se aproxima do direito natural), o autor chega ao objetivo de, analogicamente, considerar o fato jurídico como agente repetidor de determinadas condições prévias. E, para trazê-lo ao âmbito desses pensamentos de ordem jurídica, complementa”...além do que é necessário aos corpos físicos uma partícula nova, individuante, de reprodução passiva, -a vontade”. (ob.cit. pág. 111). A vontade, leitor desavisado, em resumida linha psicológica, é impulso interior para realização de desejos. Mas, dessa visão simplificada em termos científicos, o próprio Pontes de Miranda provoca, ao diferenciar a vontade psicológica, expressão de desejar, da vontade jurídica, poder querer.

Estão inseridos neste contexto dogmático, lembre-se, embates famosos tangenciadores do tema. Entre enigmas filosóficos como o deus que morre de Nietzsche e o fim da história de Fukuyama, está a Razão Pura do Direito de Kelsen; o sem luta não há direito, de Ihering e a morte do direito de Carnelutti. Todos esses aspectos polêmicos e, até certo grau, indecifráveis, a exigir rios de tinta (que também a consomem impressoras eletrônicas) e muita verborragia. É esta a ambiência inevitável em que se inserem, por exemplo, a boa-fé objetiva do art. 422, do Código Civil; o princípio da fraternidade, do preâmbulo dos cânones constitucionais; a hipossuficiência do consumidor.

Todos esses valores e princípios transitam pelo imaginário do julgador, obrigado a analisá-los dentro do contexto do fato, para saber qual das partes contratantes é a mais apetrechada de poder e meios, com o fito de manter o equilíbrio entre os protagonistas do resultado da manifestação da vontade. O magistrado, como se extrai de Calamandrei, no seu multicitado e pouquíssimamente lido, *Elogio dei giudici, scritto da un avvocato* (Ponte Alle Grazie, Milão, 2013, pág.XXIV) se defronta com enigmas, dúvidas e tormentos que se encaixam perfeitamente na

advertência calamandreiniana: “A virtude e os defeitos dos juízes não podem portanto ser serenamente avaliados se não quando se considera que esses sejam na realidade a reprodução sobre um plano diverso, e quase se poderia dizer sombra deformada das distâncias, das correspondentes virtudes e fraquezas dos advogados.

Com este aviso sobre a possibilidade de o julgador lançar-se no julgado, como a julgar-se a si próprio, reproduzo a tese inserida na proposta de enunciado levada ao crivo de juristas e operadores de direito: É indispensável o uso da psicologia na definição do comportamento das partes envolvidas em contrato, para a perfeita definição do equilíbrio e igualdade da relação.

A relatoria da comissão designada rejeitou a proposta: não viu sentido no exame psicológico das relações contratuais e reprovou o uso do critério socioeconômico para a definição do equilíbrio entre as partes...

TOLERÂNCIA, RAZOABILIDADE E PROPORÇÃO

Todos sabem que os fatos da vida, depois que mergulhamos no universo profissional de julgador, passam pela peneira jurídica automática. Inevitavelmente, diante desta imposição do destino, com respeito a um episódio que me chegou às mãos por mero acaso, mesmo sob o risco de repetição, ousou submeter aos integrantes do CEDES as seguintes considerações.

Fatos:

Autoridades municipais, em 2001, instituem programas de promoção de atividades esportivas e socioeducacional para atendimento a crianças, idosos, deficientes e alunos de rede pública;

Federação vinculada ao estado, mediante procedimento que dispensaria licitação, por inexigibilidade, (art. 25, da lei nº 8.666/93), assumiu a execução dos projetos, utilizando-se de prestação de serviços de terceiros, cooperativas, contratadas através de convênios, cujos funcionários seriam apadrinhados políticos;

As entidades não poderiam executar os projetos, por terem objetivo de lucro;

Os prestadores de serviço trabalhavam em atividades administrativas e afastadas dos casos previstos em contrato, (professor de dança e judô, por exemplo), em secretaria de estado;

Os comportamentos, materializados em convênios seriam transgressores das normas contidas nos artigos 4º; 10, VIII e XIV; 11, II, da Lei nº 8.429/92;

Especifica-se cobrança irregular de taxa de administração; emissão irregular de notas fiscais; desvio de equipamentos; falta de prestação de contas;

As acusações de improbidade foram afastadas por prescrição. Responsabilização do agente, secretário municipal, signatário dos convênios, pela obrigação de ressarcir os danos causados (CRFB, art. 37 e § 5º), orçados em algarismos superiores a três milhões de reais;

Decisão de primeiro grau, forte na plena admissibilidade do pleito indenizatório, via de ação civil pública em defesa do patrimônio público, com dispensa de provas outras. O julgador, afastando o fundamento de improbidade administrativa, pelo efeito prescricional, prossegue, com esteio nas consequências decorrentes da responsabilidade, na forma prevista pelo art. 10, da Lei nº 8.429/92. O decisório reproduz contundente manifesto contra interpretações que não se acautelam com respeito à confusão conceitual entre ilegalidade e improbidade, que sempre leva, nas palavras extraídas de acórdão, repetido, a reflexão jurídica (ainda que bem intencionada) a resultados nefastos, e conduz,

inevitavelmente, o raciocínio a impasses lógicos e também éticos, cuja solução desafia a cognição dos atos em análise sem as preconcepções comuns (ou vulgares) quanto às suas estruturas e aos seus significados. A citação vai ainda ao encontro do entendimento sobre a necessidade de atuação dolosa do agente e, quando se aventa hipótese de culpa, jamais com resvalos na natureza subjetiva de responsabilidade, sendo de todo recomendável o redobro de atenção, para que, com a aproximação perigosa da responsabilidade objetiva por infrações administrativas, não se venham a cometer enganos.

Assim, atento o julgador a esses princípios, entendeu-se que, afastado o risco de equívocos, lavraram-se convênios de finalidade irregular; afastou-se a possibilidade de dispensa licitatória (art. 25, da Lei nº 8.666/93), por inviabilidade de competição. Julgou-se procedente o pedido, para condenar os réus ao pagamento de montante indenizatório.

O histórico que se engendra, a despeito de figurar de ação em aparente andamento (por isso, sem identificação das partes ou mesmo dos dados doutrinários e teóricos), na realidade, tem protagonizado muitos outros casos análogos, na moldura do capítulo da interpretação dos atos administrativos, perante as condições do cenário de gestão no Brasil.

Exame:

Ora os fatos são trazidos à opinião pública, como se observa de situações figurantes do noticiário de primeira página da imprensa nacional, ora no recôndito dos feitos desprovidos de notoriedade, opta-se pela celeridade julgadora e, mesmo diante da cultura que envolve o direito administrativo pátrio, dispensa-se o estudo das questões, cuja natureza, como acima dito, exige exame mais acurado.

Para este caso, não parece consentânea com os propósitos de cautela acima reproduzidos, a dispensa de provas, visto que, como da própria fundamentação decisória se extrai, afastada a responsabilidade objetiva, e tratando-se de indenização por prejuízos infligidos ao erário, dança no ar o trabalho efetivamente prestado pelos contratados irregularmente e a dúvida sobre a que valor este bem (serviço efetivamente prestado) corresponderia. A irregularidade na emissão de documentos fiscais, por si só, não oferece a possibilidade excludente, como se não tivesse existido.

Aliás, o pensamento já se encontra sedimentado, em termos doutrinários e jurisprudenciais:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONFIGURAÇÃO DA CONDUTA TIPIFICADA NO ART. 11 DA LEI Nº 8.429/92. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DE DOLO, AINDA QUE GENÉRICO. INEXISTÊNCIA NO CASO DOS PRESENTES AUTOS. RECEBIMENTO IRREGULAR DE BENEFÍCIO POR SERVIDOR PÚBLICO. MÁ FÉ. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO E PROBATÓRIO CONSTANTE DOS AUTOS. INVIABILIDADE NA VIA RECURSAL ELEITA. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES DO STJ.

- 1 A conduta discutida no presente recurso especial - aceitação de benefícios concedidos pelo então Prefeito Municipal de Catanduva (já falecido) a dois servidores do quadro de pessoal da municipalidade - diz respeito a ofensa ao art. 11 da Lei nº 8.429/92.
2. A esse respeito, é de ressaltar que, de acordo com a jurisprudência deste Sodalício, a configuração de conduta improba (SIC) na modalidade de violação dos princípios da administração pública exige a demonstração do elemento subjetivo consistente no dolo, ainda que genérico.
3. Não obstante, a análise do acórdão recorrido prolatado pelo Tribunal a quo revela que tão somente foi demonstrada a ocorrência dos

elementos objetivos da conduta, sem que tenha havido nenhuma menção à existência de dolo por parte dos recorridos em aceitar os referidos benefícios.

4. Assim, não consignado que tenha havido o elemento subjetivo exigido para a configuração da conduta, e, ainda, não alegada a existência de omissão a esse respeito pela parte recorrente, inviável a subsunção da conduta investigada à Lei nº 8.429/92, sob pena de caracterização da vedada responsabilidade objetiva neste tema.

5. Agravo regimental não provido.

(STJ. Agrega no REsp 1316928/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/04/2013, DJe 23/04/2013)

Há quem identifique o pendor aristocrático e autoritário de qualquer amanuense nacional com as origens atávicas da composição imperial mandona dos primórdios portugueses.

Nos longos anos de nossa prática de servidor público, não foi uma, nem foram duas, as vezes em que assistimos a episódios curiosíssimos em que funcionários de guichê, ao impedir o que, mais tarde, viria a ser compreendido e ratificado como direito de petição, o fazia com um sonoro “não dou” (nem sabia exatamente o quê) à tentativa de protocolo de um petitório (ou não estava em papel almaço, ou lhe faltaria o famigerado selo).

A quem tiver paciência e interesse, recomenda-se a (re) leitura de “Memórias de um sargento de milícias”, em que, como catalizador das aventuras está o cargo público. Leonardo, espertalhão que se acomoda como sargento de milícias, gerado a bordo, entre a mais ocidental praia da Europa e o Brasil, filho de Leonardo-Pataca, meirinho de ócio garantido, e Maria da hortaliça, que retorna a Portugal em companhia de um capitão de navio.

Muitos de nós, ainda em pleno domínio das faculdades mentais (às vezes, faltos delas, não só por causa de senilidade), havere-

mos de rememorar termos sido “... Testemunhas oculares de duas mudanças de regime (*due cambiamenti di regime*). Estamos, pois em condições de avaliar (*siamo dunque in grado di valutare*) o comportamento da magistratura nessas crises, e, se sob a independência dos juízes, aquelas mudanças tiveram peso” (*abbiano avuto peso questi cambiamenti*). Lembrem-se de que “... As leis são fórmulas vazias (*le leggi son formule vuote*), que o juiz, aqui e ali, completa não só com a lógica, mas também com seu sentir. Antes de aplicar uma lei, o juiz, como homem, é levado a examiná-la”; “... Vai aplicá-la, com maior ou menor fidelidade, aprovem-na ou a censurem sua consciência moral e sua opinião política. A interpretação das leis deixa ao juiz uma certa margem de escolha: entre essas margens, quem comanda não é a lei inexorável, mas o coração mutante do juiz” (*ma il mutevole cuore del giudice*).

Como se pode supor, pelas repetições do original, as assertivas são parâmetros retirados de *Elogio dei giudici* (eles os juízes vistos por nós advogados), de Piero Calamandrei - Adriano Salani Editore – Milano – 2013, pag. 213/214), em que o autor observa as relações (boas ou más) entre a justiça e a política.

Para nós e para os propósitos deste resumo, está o objetivo de relembra a importância da figura do juiz e de sua indispensável participação no soerguimento da sociedade. Não são poucas as vezes em que nos surpreendemos com a demonstração inequívoca de que é a partir de concepções, destiladas por autoridades, que se tenta, consciente ou inconscientemente, destruir esta reputação. Há poucos dias um governante classificou a remuneração dos juízes como “privilégio da magistratura”. Não há necessidade de maiores comentários para a certeza de que os magistrados atuam com as dificuldades que os colegas italianos tiveram (e ainda têm), ao exercer seu mister entre fascistas e republicanos, entre direitistas conservadores e esquerdistas sonhadores. Some-se a isto a clamorosa judicialização administrativa, com que

o poder se substitui ao Executivo e ao Legislativo, cujos integrantes nada fazem sem passar pelo crivo dos tribunais.

A obra de Calamandrei encontra certa resistência porque, muito citada e pouco lida, se utiliza de ironia. Como ironia, no palco gramatical, não tem ponto ... Mas não haverá quem não entenda e a reconheça correntia a situação do advogado que aceitou defender “o filho do milionário, que dirigia a louca velocidade seu carro de corrida, (e) esmagara contra uma parede um transeunte que, pelos fatos, caminhava na calçada”.

Ao contratar o advogado, o pai especificou que o filhinho, um pouco irrequieto, mas no fundo um bom rapaz, não pode parar na prisão (...*um pò vivace, ma in fondo um buon ragazzo, non vada in prigione*). E como a advertir o advogado: “recorde-se, não se medem despesas...” (*avvocato, si ricordi: noi non guardiamo a spese*).

O profissional comprou o silêncio da família da vítima com uma indenização significativa pelo infortúnio da morte. Mas, como não poderia ser diferente, “a instrução penal continuou a andar, pelos seus próprios meios” (*che continua ad andare avanti per conto suo*), o que irritou o milionário – advogado, como já lhe disse, esta instrução que continua é uma vergonha. Faça entender ao juiz: a nossa família não mede despesa (*la nostra famiglia non guarda a spese*). O advogado explica que o juiz não está a venda, é uma pessoa de bem. E o cliente indignado: entendi, entendi. O senhor não quer confessar: tivemos o azar de cair em mãos de um juiz criptocomunista (*abbiamo avuto la sfortuna de cadere in mano di um giudice criptocomunista*).

Não são poucas as vozes a repetir a historieta e a asseverar-lhe a veracidade nos dias de hoje, mesmo entre nós. Estamos a assistir ao pobre espetáculo da nomeação de julgadores, na Venezuela, para conter o bom sucesso da oposição. Sejam bons ou maus juízes, a nomeação como fato político deixa margem a riscos.

Entre a saraivada de balas dos detratores e a metralha das vicissitudes para o pleno cumprimento do dever, o Magistrado tem de dar conta de milhares e milhares de processos; morar em lugar adequado, livre de intempéries de segurança; vestir-se de modo especial, de acordo com o cargo, que o acompanha em qualquer lugar de frequência social; estudar, estudar, estudar e estudar, em permanente aprimoramento, diante de um cenário jurídico de constantes mutações; superar, com fidalguia, a estupidez intelectual dos poderosos. Embora assumida a possibilidade do risco de incômoda repetição, recordem-se que as classes menos votadas ainda respeitam a Justiça e nela confiam.

Esta ópera se desenvolve em muitos atos. Para a desfaçatez da imprensa internacional (a mesma que, de vez em quando, fabrica notícias: de certa feita, na minha adolescência, repórteres da revista Time fotografaram uma barata, que eles mesmos puseram, sobre o braço de uma criança, para descrever a situação das favelas no Rio de Janeiro) se apresenta com eficiência malévola cada vez mais aprimorada acerca de nosso país: *“the courts treat suspects too harshly, and convicts too leniently”* ou os tribunais tratam os suspeitos muito duramente, e os condenados muito lenientemente.

Embora ninguém oponha dúvida sobre a indispensabilidade do principal instrumento dos meios informativos, em razão de conflitos comerciais e políticos, a Magistratura brasileira se vê diante de uma ameaça poderosíssima. Não só equívocos de jornais brasileiros, mas, ainda, desta máquina furiosa a serviço de regimes e governantes, muitas vezes, sem qualquer possibilidade de limites. É do mesmo hebdomadário, The Economist, 12 de dezembro, pág. 38, a assertiva irresponsável, na matéria “Justiça esquisita” (*Weird Justice*): se o Sr. Moro está agindo com alto poder de autonomia, é porque a lei brasileira confere poderes inusuais aos juízes. (...*if Mr. Moro is acting high-handedly, that is because brazilian law confers unusual power on judges*). Assim mesmo...

Assim, é mais do que previsível a existência de uma inclinação virtual de intimidação do julgador. Não somente de primeiro grau. Ainda noutro dia, um dos principais investigados desses processos estreptosos, não se sabe a que título, esteve em “audiência”, com o chefe do Poder Judiciário nacional, que, a seu turno, sem a definição clara da “visita”, escancarou as portas e janelas, dando acesso a todo e qualquer à “entrevista”, que se revelou absolutamente inútil, agravada pelo tempo tomado do titular do poder.

Entretanto, e aí vai a razão deste lembrete, episódios como os que se descrevem no início do trabalho se multiplicam, ao estilo de caça às bruxas ou de se não foi você foi seu pai (*pater tuus, ille maledixit mihi*), sem que o julgador, submetido a terríveis pressões, de diversas origens, sequer tenha consciência deste constrangimento imposto pela opinião pública, a toldar-lhe o raciocínio. Não se deseja lobo que só condene, nem cordeiro que só admita. É a proporcionalidade do comportamento que possibilita o cumprimento da missão.

A missão do juiz não é de funcionário autoinvestido de um poder inexistente, para a prática material de injustiças. É de servidor, que detém o poder legítimo, como órgão do Estado, para dizer o direito e entregá-lo a quem o tem, como expressão mais límpida de Justiça. Além do conhecimento técnico do direito, tem de se esmerar no difícil estabelecimento da proporção entre o direito em si, a tolerância e a razoabilidade.

De vez em quando, o próprio ordenamento se ocupa de configurar o caminho para esse encontro. Vejam o caso da legítima defesa, a excluir ilicitude de comportamentos identificados como tipos penais (art. 23, do Código Penal); examine-se a expressa admissão do desforço físico, na defesa da posse (art. 1.210, do Código Civil); os créditos suplementares extravagantes do rigor orçamentário (art. 165, §8º, CRFB), já que o propósito desta contabilidade oficial é reduzir desigualdades inter-regionais.

Mesmo sem previsão legal, diante do fato (por isso, juiz não é mero funcionário, é órgão do Estado, art. 92, CRFB), o magistrado se encontra diante daquela equação de proporcionalidade entre direito, tolerância e razoabilidade, o que o leva a prestar atenção no que o próprio julgador do caso descrito em linhas gerais (para não ser identificado) de inauguração ressalta, com base em julgado anterior: a falta de cautela, diante da confusão entre ilegalidade e improbidade, desanda a reflexão jurídica, embaça a visibilidade da lógica e da ética do raciocínio, convolvendo-o em preconcepção vulgar, a produzir resultados nefastos.

UM POUCO DA SITUAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA ATUAL – O ÓDIO AO POBRE

O texto de Jessé Souza que vem a seguir tem por escopo reconduzir o pensamento sociológico do país, que demonstra, em parte, as causas permanentes de situações como as descritas na parte inaugural da manifestação. As fórmulas escravocratas continuam a manter a sistemática elitizada, que comanda a nação e justifica novelas daquela ordem.

As noções de patrimonialismo e de populismo, distribuídas em pílulas pelo veneno midiático diariamente, são as ideias-guia que permitem à elite arregimentar a classe média como sua “tropa de choque” sempre que necessário. Elas, afinal, são as guardiãs da “distância social” em relação aos pobres, que é a pedra de toque da aliança antipopular construída no Brasil para preservar o privilégio, acesso aos capitais econômico e cultural, de 20% contra os 80% de excluídos em alguma medida significativa.

O segundo ponto da justificação da classe média para baixo, em relação às classes populares, é o ponto mais interessante e que a transforma definitivamente na marionete perfeita da elite do dinheiro. A classe média brasileira possui um ódio e um desprezo pelo “povo” cevados

secularmente. Essa é talvez nossa maior herança intocada da escravidão, nunca verdadeiramente compreendida e criticada entre nós. Para que se possa odiar o pobre e humilhá-lo, tem-se de construí-lo como culpado de sua própria (falta de) sorte e ainda torná-lo perigoso e ameaçador. Se possível, deve-se humilhá-lo, enganá-lo, desumanizá-lo, maltratá-lo e matá-lo cotidianamente. Era isso que se fazia com o escravo e é exatamente a mesma coisa que se faz com a “ralé de novos escravos” hoje em dia. Transformava-se o trabalho manual e produtivo em vergonha suprema, como “coisa de preto”, e depois se espantava que o negro não enfrentasse o trabalho produtivo com a mesma naturalidade que os imigrantes estrangeiros, para quem o trabalho era símbolo de dignidade. Dificultava-se de todas as formas a formação da família escrava, e nos espantamos com as famílias desestruturadas dos nossos excluídos de hoje, mera continuidade de um ativismo perverso para desumanizar os escravos de ontem e de hoje.

Os escravos foram sistematicamente enganados, compravam a alforria nas minas e eram escravizados novamente e vendidos para outras regiões, eram brutalizados, assassinados covardemente. A matança continua também agora, com os novos escravos de todas as cores. O Brasil tem mais assassinatos – de pobres – que qualquer outro país do mundo. São 60 mil pobres assassinados por ano no Brasil. Existe uma guerra de classes hoje declarada e aberta. Construiu-se toda uma percepção negativa dos escravos e dos seus descendentes como feios, fedorentos, incapazes, perigosos e preguiçosos, isso tudo de forma irônica, povoando o cotidiano com ditos e piadas preconceituosas, e hoje muitos se comprazem em ver a profecia realizada. Não se entende a miséria permanente e secular dos nossos excluídos sociais sem esse ativismo social e político covarde e perverso de nossas classes “superiores”.

O ódio secular às classes populares parece-me a mais brasileira de todas as nossas singularidades sociais. Como os preconceitos são sociais, e não individuais, como somos inclinados a pensar, todas as classes

superiores no Brasil partilham desse preconceito. Ainda que, mais uma vez, ele esteja verdadeiramente “em casa” na classe média. Ainda que a classe média seja muito heterogênea, toda ela, sem exceção, inclusive o autor que aqui escreve, é portadora em maior ou menor grau desse tipo de preconceito. De alguma maneira “nascemos” com ele, o introjetamos e o incorporamos, seja de modo inconsciente e pré-reflexivo, seja de modo refletido e consciente, como ódio aberto. Mesmo quem critica os preconceitos os têm dentro de si, como qualquer outra pessoa criada no mesmo ambiente social. O que nos diferencia é a vigilância em relação a eles e a tentativa de criticá-los de modo refletido em alguns, e não em outros. Mas todos nós somos suas vítimas.

**Jessé Souza é sociólogo e autor, entre outros livros, de A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato (Leya, 2017), lançado em setembro e do qual este artigo foi extraído.*

CONCLUSÃO

Não é incomum que escritores profissionais escolham um tema para seu trabalho e, no desenvolvê-lo, acabem por lhe alterar a natureza e objetivo. Os três fatos mencionados na introdução, colhidos ao acaso, porque, como tantos outros, representação da vida, poderiam ser resumidos em racismo, hipocrisia e profanidade. Enfim, violação dos direitos fundamentais.

Como na reprodução do trabalho de Emerson Garcia (O uso da Dialética Erística na Argumentação Jurídica - Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – RJ, nº 62, 2016, pág. 17) recolhe-se que... Dialética erística ou simplesmente erística, é a técnica argumentativa utilizada para vencer um debate a qualquer custo. Para que o fim seja alcançado, a ética fica de lado e a desonestidade intelectual avança sem pudor. A busca da verdade transita por caminhos diversos e ao juiz se aconselha conhecer os estratagemas que se usam para a sua

deturpação ou encobrimento. O autor se ampara na obra de Schopenhauer, que menciona 38 estratégias, dos quais, Emerson Garcia separa 10, desde ampliações indevidas, homonímia sutil, premissas falsas, até a *mutatio controversiae*.

Assim, para a ocultação discriminatória, o preto pode ser moreno, escuro, crioulo, bem como a mulata pode ser considerada mestiçada, quase branca, branca, da mesma forma que o prelado não submetera o menor a atos libidinosos, como determinado presidente de uma poderosa república, dada a diversidade da relação, afirmou até o fim: *I had not sex with that woman*. (voltem à menção ao trabalho de Emerson Garcia, na Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro)

Essas considerações transitam pela consciência de qualquer pessoa, especialmente, dos juízes, obrigados a tomar a forma semântica mais próxima da verdade, para fazer a melhor justiça.

O grito histérico da mentecapta gremista, por mais que se lhe queira despir do grau de xingamento, seria impossível, diante das câmeras cinematográficas que registravam o ódio inútil, visto que, diante do estrépito público da face contorcida, só ao chegar à casa, lembrou-se dos colegas e vizinhos com quem convivia, sem lhes ter dirigido o termo macaco. Seria racismo ou mera injúria?

A escrava Sally Hemings, de quem Thomas Jefferson teria tido seis filhos, era mestiça, e teria longos cabelos lisos (google.com.br Gledés. Org..br).

O Papa Francisco acaba de expulsar da vida eclesiástica um prelado que durante décadas abusara de menores, como informam os periódicos de todo o mundo.

Durante muito tempo e ainda hoje, de certa forma, o Judiciário não destinava aos ADRS, MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS, a devida consideração. Após a vinda a lume da Lei nº 9.307/96, arbitragem (de que não se trata aqui), e 13.140/2015, especial-

mente no que toca a obrigatoriedade prevista no art. 334, do CPC, para efeitos mediatórios ou conciliatórios, passou-se a habilitar profissionais ao exercício da mediação e conciliação.

Numa dessas empreitadas, na tentativa de demonstrar a função do mediador, obrigado, como os juízes togados, à imparcialidade; manutenção da isonomia entre as partes; à preferência da oralidade; à obediência à autonomia; busca do consenso; confidencialidade, e boa-fé, percebeu-se que uma parcela fundamental das dificuldades de operação estava no autocontrole psicológico do mediador que, diferentemente do conciliador ou do árbitro, atua como facilitador da composição levada a efeito pelas partes.

A título de resposta ao exame de nossa sugestão sobre o uso dos instrumentos de psicologia nas decisões negociais, especialmente, as do direito do consumidor (alguém em Brasília, rejeitou a hipótese em tom indagativo sobre a utilidade da matéria na aplicação do direito), em 1952, François Gorphe, “Desembargador em Poitiers, escreveu um pequeno grande livro chamado *Les Décisions de Justice – Étude Psychologique Et Judiciaire* (Recueil Sirey, 22, Rue Soufflot, Paris page 179/180):” A aptidão para o bem julgar, exige, para que se exerça a função convenientemente, não somente uma formação, conhecimento e experiência, como já foi dito, mas ainda condições morais e favoráveis, que dão o desinteresse e a serenidade. Tudo contido na alma. “A justeza d’alma, dizia com razão Duclos, depende da honestidade do coração e da calma de paixões.” A agitação do coração perturba a aplicação do julgamento e rompe momentaneamente o equilíbrio mental”. () *La conscience du juge, qui pèse les actions d’autrui, a besoin de paix, de santé et équilibre, et en ele doit régner la justice*

Eros Roberto Grau, no seu Por que Tenho Medo dos Juízes, após seu período de julgador, (Malheiros Editores – 2018 S.Paulo, pág. 140) entendeu de explicar o papel das inclusões e exclusões na interpretação do direito e dos princípios na função de julgar. No entanto, declara, com todas as letras, que decidir “...em função de princípios é mais justo, en-

canta, fascina e legitima o modo de produção social. Conclui: “...tenho medo do direito alternativo, medo do direito achado na rua, do direito achado na imprensa.”

Os julgadores mais novos de qualquer grau de jurisdição estão a perceber a imprescindibilidade do aprofundamento das reflexões sobre a eficiência das políticas de ação pública e de seus resultados. Como aponta Luís Roberto Barroso (A República que Ainda não Foi- Migalhas, Belo Horizonte, 2018, pág. 67), “ situar adequadamente o nosso trabalho e suas potencialidades no contexto mais amplo, no qual ele se insere, decorre da percepção de que a promoção dos direitos fundamentais é complexa e exige mais do que apenas normas ou decisões judiciais, e de que a sociedade é mais do que o direito e o direito é mais do que o Judiciário”.

Ou seja: ” o preto não entra “ é discriminatório, racista ou injurioso. É princípio. É lei. Entretanto, é preto. Preto, mas pode entrar. A igualdade principiológica foi assegurada por lei. A quase branca ou quase preta tem o direito de casar com quem quiser. É principiológico e legal. O prelado que se aproveita de sua situação litúrgica para a satisfação de suas inclinações sexuais, em pleno uso da admiração e respeito de um indefeso ou de uma indefesa, que não podem discernir o valor da ocorrência, mesmo com o seu consentimento, destrói o princípio religioso e comete crime secular e canônico.

O juiz, diante de situações como essas, pode, no seu interior, não aceitar a condição étnica do negro; pode desgostar do casamento misto; tem todo o direito de compreender as necessidades eróticas de quem quer seja. Mas, por princípio e por lei, haverá de reexaminar suas convicções internas e tentará pôr-se no lugar de quem é rejeitado, humilhado, vítima de abuso, e fará com que a garantia do brinquedo infantil; do matrimônio desejado sejam respeitados, e o ato da covardia abusadora seja impedido e, se ocorrer, punido, por princípio e por lei. Ou formalize seu afastamento das funções judicantes. Deixe de ser juiz, o que aliás, já não o é. Pare de impor medo a quem honrou a toga ou esteja sob sua jurisdição.

REFERÊNCIAS:

RIBEIRO, João Ubaldo – Viva o Povo Brasileiro, Ponto de Leitura -2009
 ORDENAÇÕES AFONSINAS - LIVRO II –FUNDAÇÃO CALOUSTE
 GULBENKIAN, 1998

REVISTA DIREITO EM MOVIMENTO UM OUTRO DIREITO POSSÍVEL, V. 16, N.2, PRÓLOGO DA COORDENADORA EDITORIAL
 CRISTINA TEREZA GAULIA

BOXER, Charles Ralph –AFRONTAMENTO/PORTO 1977, Pág. 7/8
 GUIMARÃES, MÁRIO - O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL –
 FORENSE, RIO, 1958, Pág. 19/20, 33/34

HILGENDORF, Eric, e SEMINARA, Sergio – STRAFTRECHTSPHIL-
 LOSOPHIE der AUFLÄRUNG TAGUNGSBEITRÄGE PAVIA 19/2I
 JUNI 2015 – DUNCKER 7 HUMBLLOT BERLIN P 7/8

CARNELUTTI, Francesco – ARTE DEL DERECHO, ED. JURIDICAS
 AUROPA – AMERICA –BUENOS AIRES, 1948

TORRES, Antonio Carlos- A MENTECAPTA RENITENTE - CEDES
 MIRANDA, Pontes de – À MARGEM DO DIREITO – BOOKSELLER,
 Campinas, 2002 –pág. 150

CALAMANDREI, Piero – ELOGIO DEI GIUDICI scritto da un avvo-
 cato –Ponte Alle GraMilano, 2013 – Pag. XXIV

THE ECONOMIST - 2018 dezembro, Pág. 38

GRAU, Eros Roberto - POR QUE TENHO MEDO DOS JUÍZES – MA-
 LHEIROS EDITORES, SP, 2018 –Pág. 140/141

BARROSO, Luís Roberto, e CAMPOS MELLO, Patrícia Perrone – A
 REPÚBLICA QUE AINDA NÃO FOI –Migalhas- B. Horizonte, 2018,
 pág. 67

MAIS BRASIL NA BULGÁRIA

Rumen Stoyanov

Mesmo com pandem(ôn)ia(o) a literatura brasileira, presente na Bulgária a partir de 1938, quando saiu um pequeno livro com contos de Machado de Assis e Artur Azevedo, o ano 2020 deixou um conjunto de nove contistas. São Manuel Bandeira, Drummond, Ferreira Gular, Moreira Campos, Fernando Sabino, Ivan Ângelo, Ronaldo Cagiano, Paulo Mendes Campos, Maria Lindgren. O único autor com duas obras é Drummond, os outros figuram com uma. A tradução é minha e os textos, que se estendem por 421 páginas, foram publicados no almanaque *Ogosta*, na cidade de Montana. A edição, anual, conta com colaboradores do país inteiro e se divulga em todo ele e também no estrangeiro. *Ogosta* já formou uma tradição de acolher brasileiros.

Também em 2020, a mais antiga e mais importante das 52 universidades, a de Sófia, publicou a coletânea *Sobre a literatura e a língua*, em homenagem à Professora Tatiana Panteva, Chefe do Departamento de Estudos Hispânicos e Lusófonos nessa escola superior. Um dos trabalhos é “O teatro brasileiro na Bulgária” e traz uma informação surpreendente para os próprios búlgaros: quem imaginaria que no país as peças brasileiras, entre encenadas em palcos, na rádio, na televisão e em dois livros, são onze? Do resto de toda a América Latina não figura nenhum título; quer dizer, o que sabem os búlgaros acerca da arte teatral do subcontinente é devido exclusivamente a brasileiros. A referida pesquisa é minha.

Aproveito a oportunidade para informar (lamentavelmente não há quem mais o faça) que em 2018 a Editora *Ogledalo* (Espelho), que já ofereceu *Memórias póstumas de Brás Cubas*, uma seleção de contos de Machado, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, poemas de Drummond e de Anderson Braga Horta, publicou *Fé e justiça*, contendo trabalhos (362 páginas) do Padre Antônio Vieira, seleção de Zlatka Timenova, que realizou uma parte da versão, sendo a outra minha. Curiosamente, o volume tem três prefácios num total de 38 páginas: Antônio Sampaio da Nóvoa, ex-reitor da Universidade de Lisboa; José Eduardo Franco e Pedro Calafat; Rumen Stoyanov. A capa, ao igual que as dos acima citados, é do arquiteto Momchil Stoyanov, formado pela Universidade de Brasília.

Лима Барето



Тъжен край на Поликарпо Куаресма



Edição búlgara de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*



Antologia búlgara do Padre Antônio Vieira

O FASCISMO SEGUNDO UMBERTO ECO

Vera Lúcia de Oliveira

Como homenagear Umberto Eco (1932-2016) nos seus noventa anos? Como falar desse autor gigantesco, ícone da cultura mundial? Como escolher dentre suas obras saídas de mente tão brilhante a mais expressiva? São muitas indagações...

Para resolver o nosso dilema optamos pela atualidade (infelizmente) do seu manual antifascista *Fascismo eterno* (RJ: Record, 2020) – inserido originalmente em *Cinco escritos morais* (1997) – pequeno livro de grandes ideias, no qual vemos o alcance do pensamento político-filosófico do autor que transitou com desenvoltura pela ficção (Quem não conhece *O nome da rosa*?), pelo ensaio, pela crítica literária, pela mitologia e semiologia. Agora, nessa oportuna reedição, temos a chance de atentar para os perigos do fascismo que, como o ovo da serpente, só espera um pequeno toque para quebrar a casca e, *puf!* nasce o filhote. Esse é o momento delicado por que o mundo passa e mais uma vez se vê ameaçado, pois

O Ur-Fascismo, ou o fascismo eterno, ainda está ao nosso redor, às vezes em trajes civis. Seria muito confortável para nós se alguém surgisse na boca da cena do mundo para dizer: “Quero reabrir Auschwitz, quero que os camisas-negras desfilem outra vez pelas praças italianas! Infelizmente a vida não é tão fácil assim! O Ur-Fascismo pode voltar sob as vestes mais inocentes. Nosso dever é desmascará-lo e apontar o dedo para cada uma de suas novas formas – a cada dia, em cada lugar do mundo”.

Eco observa que o fascismo italiano não tinha uma filosofia, tinha apenas uma retórica. Mussolini, ateu, faz acordo e confraterniza com bispos da igreja católica num momento em que Deus devia estar distraído, diz o autor. E acrescenta: o fascismo italiano foi a primeira ditadura de direita que dominou um país europeu, tornando-se uma espécie de arquétipo, pois foi “o primeiro a criar uma liturgia militar, um folclore e até mesmo um modo de vestir”, com mais sucesso internacional do que seus renomados estilistas – como o Armani -, com movimentos desde a Inglaterra e Alemanha, passando por todo o leste e norte europeus, indo até Portugal e América do Sul. Ou seja, um “sucesso”! Por quê? Porque acenou com interessantes reformas sociais e como alternativa moderadamente revolucionária à ameaça comunista. Mas o que melhor define o fascismo é a falta de essência, pois era um amálgama de ideias totalitárias da monarquia e revolução, o que em si já é um espanto, como esclarece Eco:

O partido fascista nasceu proclamando sua nova ordem revolucionária, mas era financiado pelos proprietários rurais mais conservadores, que esperavam uma contrarrevolução. O fascismo do começo era republicano e sobreviveu vinte anos proclamando sua lealdade ao Imperador.

O fascismo estendeu seus tentáculos por todos os segmentos sociais, de um desejo de ordem maníaca a uma imposição nas artes, o que nem todos perceberam, por exemplo no Futurismo de Marinetti – artista italiano que pregava uma modernidade perigosa, apoiada na guerra como higiene do mundo. Celebrou a violência, o soco, semelhante ao culto fascista da juventude. Fez barulho na Europa e no Brasil (mesmo retardatário), com adeptos entusiasmados, exceto Mário de Andrade que o recusou. Marinetti, não! Disse ele.

O fascismo tem muitas faces. O arguto professor Umberto Eco lista 14 características do que chamou de Ur-Fascismo, ou fascismo eterno, muitas delas contraditórias, podendo fazer parte também de ou-

tras formas de despotismo, “mas é suficiente que uma delas se apresente para fazer com que se forme uma “nebulosa fascista”, observa. São elas:

1. *O culto à tradição*, cuja origem remonta ao fim da idade hele-nística como reação ao racionalismo grego, passou pela contrarreforma católica após a Revolução Francesa (1789) e aninhou-se nas línguas mortas, nos hieróglifos egípcios, nas ruínas dos celtas, nos textos sagrados ainda desconhecidos da Ásia, mostrando que “não pode haver avanço no saber”, uma vez que toda a verdade já foi enunciada e só nos cabe interpretar sua obscura mensagem. Palavras do senhor Eco. Ou seja, o verdadeiro conhecimento está oculto no passado, encontra-se somente nos sábios antigos, nos manuscritos guardados a sete chaves.

2. *A recusa da modernidade*, sobretudo no espírito iluminista e da idade da razão de 1789, considerados como “início da depravação moderna”. O que o autor chama de irracionalismo.

3. *A ação pela ação*, ou seja, primeiro agir, depois refletir, pois há uma beleza na ação em si mesma. Para o fascismo, “Pensar é uma forma de castração. Por isso, a cultura é *suspeita* na medida em que é identificada com atitudes críticas.” Como teria dito Goebbels: “Quando ouço falar em cultura, pego logo na pistola.” Há um ódio aos intelectuais e à universidade como ninho de comunistas, à cultura moderna, acusada de abandonar os valores tradicionais.

4. *O desacordo é traição*. Não pode haver distinção, diferença, que é o princípio ativo para o avanço do conhecimento da cultura moderna. O fascismo não tolera críticas.

5. *O racismo por definição*. O fascismo não tolera desacordo, muito menos “intrusos”, por medo da diferença, da diversidade.

6. *A frustração*. Em geral, o Ur-Fascismo provém da frustração das classes médias que se sentem humilhadas, desvalorizadas, assustadas por crises econômicas; nessas classes, encontra o seu auditório, diz o autor.

7. *O nacionalismo.* O Ur-Fascismo considera como único privilégio ter nascido no mesmo país. E, para assegurar a identidade nacional, é preciso inimigos estrangeiros, daí a *xenofobia* e a *obsessão de conspiração*, de preferência internacional, ou dos judeus em geral, “porque oferecem a vantagem de estar, ao mesmo tempo, dentro e fora.”

8. *Os inimigos são, ao mesmo tempo, fortes e fracos demais.* Isso ocorre porque os adeptos do fascismo são incapazes de avaliar objetivamente a força do inimigo. Supervalorizam a sua riqueza, que os humilha, como a riqueza dos judeus, por exemplo.

9. *O pacifismo é conluio com o inimigo.* O pacifismo é mau porque a vida é luta permanente. Não há luta para a vida, mas “vida para a luta”. Diz Eco que o fascismo não conseguiu resolver a contradição da luta para atingir um estado de paz, uma idade de ouro.

10. *O elitismo.* Aqui, ele desenvolve o item mostrando que este é típico de toda ideologia reacionária bem como a ideia aristocrática e militarista de desprezo pelos fracos; e da força do líder sobre a debilidade das massas, que necessitam de um “dominador”, a quem ele, no entanto, despreza.

11. *Cada um é educado para ser um herói.* Como no Ur-Fascismo o culto do heroísmo é a norma, o mote dos falangistas era: “¡Viva la muerte!”; o herói aspira à morte como recompensa por sua vida de sacrifícios. (Em geral, causa a morte dos outros.).

12. *Machismo.* Nesse item, Eco associa a vontade de poder com as questões sexuais. Assim, estão presentes o desprezo pelas mulheres e todo tipo de intolerância com “hábitos sexuais não conformistas, da castidade à homossexualidade. E, em linguagem freudiana, isso se deve a uma *invidia penis*.”

13. *O populismo qualitativo.* Aqui, o povo é apenas uma ficção teatral, pois “os indivíduos enquanto indivíduos não têm direitos, e “o povo” é concebido como uma qualidade, uma entidade monolítica que

exprime “a vontade comum”, necessitando do líder que a representa.” E acrescenta que, modernamente, desenha-se um populismo qualitativo de TV ou Internet, no qual a resposta emocional de um grupo selecionado de cidadãos pode ser apresentada e aceita como a “voz do povo”. Desse modo, o fascismo se opõe ao parlamentarismo, como se viu, por exemplo, num dos pronunciamentos de Mussolini no Parlamento italiano: “Eu poderia ter transformado este salão surdo e cinza em um acampamento para meus regimentos.”

14. *O Ur-Fascismo fala a “novilíngua”*. Reportando à obra de Orwell 1984, Eco chama a atenção para a pobreza dos textos escolares com léxico e sintaxe elementares, evitando raciocínio rico e complexo, numa escolarização mínima, rasteira, produzindo o que chamamos de analfabetos funcionais, incapazes de decifrar o mundo.

Umberto Eco conheceu o horror do fascismo e da guerra na sua Itália ainda criança. Viu as fotos do Holocausto, antes de conhecer o seu significado, como disse. Conheceu depois o significado moral e psicológico da Resistência. Defendeu a liberdade, a democracia, os direitos humanos como valores de uma sociedade justa. Nesse ensaio, mais que necessário, a mensagem é clara: devemos desmascarar o fascismo, ficar atentos para que a palavra “liberdade” não perca o sentido, não seja esquecida; e fiquemos atentos também a todas as formas de vestimentas do fascismo: fardas, camisas-negras, trajes civis - ou ainda uma inocente bandeira.



HOMENAGENS

EM MEMÓRIA DE PEDRO ALEIXO

Francisco José dos Santos Braga

Ilmo. Sr. Chefe do Executivo marianense, Sr. Juliano Gonçalves Duarte, digníssimo Prefeito,

Exmo. Desembargador Caetano Levi Lopes, digníssimo diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura e presidente de honra do Instituto Roque Camêllo e apoiador do Memorial Pedro Aleixo,

Ilma. Sra. Dra. Merania de Oliveira, presidente-executiva do Instituto Roque Camêllo, viúva do saudoso Prof. Roque Camêllo, de quem herdou o compromisso de levar a bom termo os ideais do marido, como idealizador da referida Associação e do projeto do Memorial Pedro Aleixo,

Ilma. Sra. Edna Fonseca, Presidente da Associação dos Amigos do Memorial Pedro Aleixo,

Prezados amigos, prezadas amigas,

Inicialmente agradeço à direção do Instituto Roque Camêllo o honroso convite para dissertar sobre o Presidente Pedro Aleixo no local onde ele nasceu em 1901, no distrito de Bandeirantes do município de Mariana, nesta data comemorativa do seu 120º aniversário de nascimento. Venho de São João del-Rei, onde resido, — donde trago os melhores votos de sucesso aos Amigos do Memorial Pedro Aleixo, da parte do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-

Rei na pessoa de seu presidente Paulo Roberto Sousa Lima, — como dizia, venho de São João del-Rei aqui a Bandeirantes, na companhia de minha esposa Rute Pardini Braga, para, na qualidade de conselheiro honorário do Instituto Roque Camêllo, prestar minha reverência ao Presidente Pedro Aleixo. Além disso, sou ocupante da cadeira nº 23 da Academia Marianense de Letras, cujo patrono é o ilustre marianense Roque de Oliveira Camêllo.

Aqui comparecendo nesta data festiva, de certa forma, falo em nome de Dr. Roque, assumindo a sua perspectiva louvável, pois é dele o projeto de transformar este espaço em um importante polo turístico do município e centro difusor da história de Mariana através de um maior conhecimento da vida e obra do honrado marianense Pedro Aleixo, cujo retrato figura hoje no panteão dos presidentes brasileiros. Minha presença aqui nesta solenidade constitui para mim não só uma honra, mas também grande oportunidade de estabelecer conexão com a realidade dos projetos culturais de Dr. Roque para Mariana, em particular, e para Minas Gerais, em geral. Vou lembrar aqui o que ele dizia: que o distrito de Bandeirantes era muito importante para ele, por ter sido o berço de muitos cidadãos proeminentes da História de Minas e do Brasil, entre os quais Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta (1774-1842), que foi ministro dos Negócios do Império, Ministro da Fazenda e Senador, e o Dr. Pedro Aleixo, proclamado pelo Congresso Nacional Presidente do Brasil em 2011. Outro momento feliz de Dr. Roque Camêllo foi sua brilhante iniciativa de criar, em Mariana, a Associação dos Amigos do Memorial Pedro Aleixo (AAMPA), em 1º de agosto de 2015, data do 114º aniversário do ilustre Presidente da República Pedro Aleixo. O projetado Memorial seria, a seu ver, o local em que a comunidade pudesse interagir com o acervo do ilustre criminalista marianense. Dr. Roque achava que

“os moradores de Bandeirantes tinham total legitimidade para colaborar com o Memorial Pedro Aleixo, para que este se consa-

grasse não só como uma referência turística, mas também como um centro de conhecimento da história de um cidadão que pautou sua vida pela honestidade e dignidade, sacrificando-se pelo bem da Pátria.”

Na solenidade daquele memorável dia, coordenada pelo ex-prefeito e professor Roque Camêllo, este se disse muito preocupado com o esquecimento dos homens de bem deste País, o que justificava lembrar os princípios éticos e cívicos que marcaram a trajetória de Pedro Aleixo, político e professor catedrático da UFMG. Dela participaram diversas autoridades, além de seus filhos, Padre José Carlos e Maurício Brandi Aleixo.

Por que Pedro Aleixo marcou tão fortemente a vida do Dr. Roque Camêllo? O que havia de especial naquele seu mestre que apontou ao discípulo o norte, o caminho a seguir? Certamente os atributos de caráter de Pedro Aleixo. Seu mestre tinha o dom da resiliência: diante dos obstáculos intransponíveis, sabia ser resiliente à maneira das águas correntes de um rio que, diante dum obstáculo muito grande, preferem contorná-lo no seu caminho para o mar. Quando as portas da vida política lhe eram fechadas, refugiava-se na cátedra de Direito Penal na universidade, militava na sua profissão de advogado e jornalista. Diante das agruras da vida política, não esmorecia nem caía no desalento. Não considerava a circunstância desfavorável uma derrota. Parecia por em prática a letra de samba famoso: *“Reconhece a queda e não desanima: levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima.”* Aparentemente aguardava as condições propícias para seu retorno triunfante. O que importava era continuar a ser um homem probo, apresentar um currículo cheio de serviços à pátria e, por isso, comparável aos gregos e romanos biografados por Plutarco. Daí caber-lhe com muita propriedade o epíteto *“varão de Plutarco”*. Certamente acreditava que a vida era constituída de pequenas conquistas

diárias, para as quais era necessário entusiasmo e autodeterminação. Parecia dizer no seu íntimo: “*Vergo mas não quebro.*”

A biografia de Pedro Aleixo é certamente por todos já demais conhecida, de forma que basta citar algumas passagens de sua vida para corroborar o que afirmo.

Duas vezes ocupou o mais alto cargo do Poder Legislativo: quando era presidente da Câmara dos Deputados, o Congresso foi fechado em 1937; e o de Presidente do Congresso em 1968, quando acumulava este com o cargo de vice-Presidente da República, quando o Congresso foi novamente fechado.

Às vezes, o próprio Aleixo comentava com humor:

“A poucas pessoas acontece serem colhidas pelo raio duas vezes na vida.”

São fatos históricos indiscutíveis.

No primeiro momento, em maio de 1937, Aleixo foi eleito presidente da Câmara Federal, derrotando, com o apoio do governo, a candidatura do líder mineiro Antônio Carlos. Em 10 de novembro de 1937, colocou-se contrário à implantação da ditadura do Estado Novo, que fechou o Congresso, outorgou uma nova Constituição de cunho autoritário e suspendeu os trabalhos legislativos por 9 anos.

No segundo momento, em 3 de outubro de 1966, foi eleito vice-Presidente da República na chapa do marechal Artur da Costa e Silva, pela ARENA. O vice-presidente, Pedro Aleixo assumiu provisoriamente a Presidência da República, por motivo de viagem do titular ao Uruguai, no período de 11 a 14 de abril de 1967. Porém, na noite de 13 de dezembro de 1968, Aleixo participava de reunião dos membros do Conselho de Segurança do regime militar no Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, a pedido do então presidente Artur da Costa e Silva,

com o objetivo de aprovar o Ato Institucional nº 5 que pretendia promulgar. O referido ato propugnava uma série de medidas de exceção, autorizando o presidente a fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos parlamentares, intervir em Estados e Municípios, suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por até dez anos e suspender a garantia do *habeas corpus*. Prevendo o que representaria o AI-5, que foi baixado para durar alguns meses e de fato durou 10 anos, naquela noite Aleixo votou contra sua decretação. Foi o único dos 23 membros do Conselho a fazê-lo. Com seu gesto, Prof. Pedro Aleixo entrou definitivamente para a história.

Ainda devo acrescentar que, no ano seguinte (1969), com apoio do próprio presidente Costa e Silva, Aleixo pôs suas melhores energias num projeto de Constituição liberalizante que coordenou e concluiu. Sua esperança, contudo, acabou inviabilizada por doença grave e impedimento sem volta do velho marechal. A consequência foi que a Junta Militar automeada obteve a posse do mineiro, em agosto, e pôs no poder, em outubro, o general gaúcho Emílio Garrastazu Médici, através de sua eleição indireta para presidência do Brasil, exercida de 30/10/1969 até 15/03/1974.

Prezados amigos,

A vida de Pedro Aleixo não é apenas um exemplo para nós, seres humanos, mas também para as organizações, associações e entidades de toda natureza, porque ele hauriu nesta terra de Inconfidentes e bandeirantes o melhor da mineiridade — a independência e a liberdade — com destemor e elegância. Teve a altivez de nada pedir, nada regatear, nada extorquir para si com os elevados cargos que ocupou.

Em janeiro de 1970, Pedro Aleixo desligou-se da ARENA, passando, a seguir, a dedicar-se à organização, sem sucesso, do Partido Democrático Republicano. Não voltou mais à política. Dedicou-se então à

sua profissão de advogado e professor titular de Direito Penal na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi também um dos fundadores da Faculdade Mineira de Direito, hoje integrante da PUC-MG, e ali foi catedrático de Direito Penal.

Foi ainda membro da Academia Mineira de Letras, ocupante da Cadeira nº 29 cujo patrono era o são-joanense Aureliano Pimentel.

Aleixo fundou e manteve a instituição de assistência a menores da Fundação São José em Ibitité, MG, contribuiu para a sustentação e aprimoramento do Abrigo Monsenhor Artur de Oliveira (antiga Casa do Pequeno Jornaleiro em Belo Horizonte, que proporcionou o exercício de atividade útil aos menores no auxílio às suas famílias carentes) e por muitos anos integrou ativamente a comissão diretora da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte.

Na inauguração do Abrigo de Menores Afonso de Moraes, disse Pedro Aleixo:

“(...) É necessário que o homem de governo saiba sofrer com o povo e seja capaz de mergulhar verticalmente nas camadas profundas para delas emergir, não com o sentimento esportivo de alívio, mas com as apreensões de quem encontrou a verdade e viu que a verdade é triste. É um palácio a menos e um asilo a mais, onde há excesso de palácios e carências de asilos.”

Colaborou ainda na reforma do sistema penitenciário em Minas Gerais.

Morreu em Belo Horizonte, em 03 de maio de 1975, após pronunciar a frase: ***“Parto para a liberdade.”***

TRIBUTO A PEDRO ALEIXO - HOMENAGENS E HONRARIAS de acordo com a cronologia

São muitíssimas, mas pude localizar em inúmeras fontes consultadas as seguintes de maior expressão:

— Na Câmara dos Deputados, por meio da Resolução nº 104, de 3 de dezembro de 1984, a sua Biblioteca passou a se chamar “Biblioteca Pedro Aleixo”. A proposição é da autoria do deputado mineiro Rondon Pacheco (PDS/MG).

— Na entrada da Academia Marianense de Letras, pode-se ver uma placa com os seguintes dizeres, em comemoração ao 96º aniversário do homenageado:

À memória do Presidente

PEDRO ALEIXO,

membro fundador desta Casa,

a perene homenagem da

ACADEMIA MARIANENSE DE LETRAS.

Mariana, 1º de agosto de 1997.

— Em 2001, **O Estado de Minas** ganhou nova e moderna sede, que recebeu o nome de Edifício Pedro Aleixo. Ele tinha sido um dos três fundadores do jornal em 1927.

— Em 01/08/2001 (data do centenário do nascimento de Pedro Aleixo), aqui em Bandeirantes, é inaugurado o Centro Comunitário Presidente Pedro Aleixo com a presença do filho Maurício Brandi Aleixo, do Secretário de Estado da Cultura Ângelo Oswaldo, de convidados

e populares, com o objetivo de reunir aqui objetos de sua história e memória.

Também por ocasião do centenário do nascimento de Pedro Aleixo, Dom Luciano Mendes de Almeida escreveu no artigo “**Centenário 1901-2001**”:

“(...) Teriam sido outros os rumos do Brasil se, como era de direito, Pedro Aleixo tivesse ocupado a Presidência. E Deus permita que a memória desse cristão exemplar e líder político desperte em nossa juventude a esperança. O rigor de Pedro Aleixo na administração dos bens públicos ficou tradicional.”

No mesmo ano, em 30/08/2001 o Senado realizou sessão plenária solene para homenagear o centenário de nascimento do político, jornalista e escritor mineiro Pedro Aleixo. Entre as autoridades que estiveram presentes, foram notadas as presenças do ministro Carlos Velloso pelo STF, do representante do governo de MG, Israel Pinheiro Filho, e do senador Francelino Pereira (PFL/MG), autor do requerimento da sessão solene.

Vários senadores ocuparam a tribuna, dentre os quais se destacaram Bernardo Cabral (PFL/AM), José Alencar (PMDB/MG), futuro vice-presidente da República (2003-2011), Arlindo Porto (PTB/MG), Pedro Simon (PMDB/RS) e Edison Lobão (PFL/MA), presidente do Senado à época. Os filhos do homenageado estiveram presentes; Heloísa, a convite do presidente interino, rompeu o lacre do envelope que continha o selo de homenagem ao pai.

Pedro Aleixo homenageado como Presidente da República em 2011

— Em 30/04/2010 o senador Eduardo Azeredo apresentou ao Senado Federal o Projeto de Lei 7245 com a seguinte emenda: “Incluí o

nome do cidadão Pedro Aleixo na galeria dos que foram ungidos pela Nação Brasileira para a Suprema Magistratura”. Aprovado o projeto pela Câmara dos Deputados e Senado Federal sem votos contrários, foi ele sancionado.

Impedido de ocupar a Presidência pelos Comandantes Militares porque fora contrário ao AI-5, o Congresso Nacional, pela Lei 12.486, de 12 de setembro de 2011, reparou-lhe esta injustiça, reconhecendo-o Presidente da República.

Segundo Cláudio Humberto, a presidente Dilma Rousseff, embora não tenha se oposto a sancionar a lei que concedeu a Pedro Aleixo o *status* de presidente da República, se recusou a assinar a lei perante familiares de Aleixo, em ato solene, alegando ter sido presa política e revelando ignorância da História, quando, de fato, Aleixo protagonizou rara resistência civil ao autoritarismo. Ora, se Dilma dizia ter sido presa e torturada pelo mesmo Ato Institucional, não poderia ter alegado desconhecimento dos fatos. *Link:* <http://capitaldigital.com.br/algumas-verdades-que-precisam-ser-lidas/>

O art.1º da referida Lei veio corrigir a infeliz decisão dos Comandantes Militares e mostrar a verdade nos seguintes termos:

“O cidadão Pedro Aleixo, Vice-Presidente da República, impedido de exercer a Presidência, em 1969, em desrespeito à Constituição Federal então em vigor, figurará na galeria dos que foram ungidos pela Nação Brasileira para a Suprema Magistratura para todos os efeitos legais.”

— Na entrada da Academia Marianense de Letras, pode-se ver outra placa com os seguintes dizeres:

*Comemorando seu 49º Aniversário,
a Academia Marianense de Letras*

homenageia a memória do marianense
PROFESSOR PEDRO ALEIXO,
um dos seus fundadores, hoje reconhecido,
com justiça, pela Lei Federal 12.486, de 12 de setembro de 2011,
como Presidente da República,
função que lhe foi usurpada em 1969.
Mariana, 28 de outubro de 2011

— Data de 2012 a criação do Inventário do Fundo Pedro Aleixo pelo Arquivo Público Mineiro, órgão da Secretaria de Estado de Cultura do Governo de MG, abrangendo sua vida pessoal, profissional e pública, através de documentos, recortes de jornais, fotos (acervo iconográfico), obras publicadas e acervo audiovisual e sonoro. Deve-se a documentação aos filhos Maurício e Pe. José Carlos Brandi Aleixo.

— É criada a Fundação Instituto Pedro Aleixo (FIPA), no bairro Floresta, em Belo Horizonte.

Link: <https://youtu.be/Sm2YauMiOnM>

— Há alguns anos atrás, a Família Aleixo adquiriu, em Bandeirantes, distrito de Mariana, a casa em que nasceu, restaurando-a para sediar o “Memorial Pedro Aleixo”, um centro comunitário de cultura que guarda sua história em fotos, documentos e mobiliário.

— No município de Mariana, a Lei nº 3.170, de 5 de outubro de 2017, instituiu a Medalha do Mérito Jurídico Presidente Pedro Aleixo.

— Em 12/12/2018 descerrou-se o retrato de Pedro Aleixo na galeria dos presidentes da República do Palácio do Planalto em Brasília, na presença do Pe. José Carlos Brandi Aleixo e de Maurício Aleixo.

— O braço da OAB-MG, conhecida como Caixa de Assistência dos Advogados de Minas Gerais (CAA/MG), criada em 1942 para aten-

der o advogado carente, por meio de assistência social e de saúde, em 14/04/2021 ampliou o Espaço Meu Escritório na Av. Afonso Pena com o **Centro de Excelência Jurídica Dr. Pedro Aleixo**, porque a CAA/MG quis fazer uma importante e merecida homenagem ao advogado, jornalista e político, que exerceu a profissão como um dom e fez história na advocacia mineira.

— A Câmara Municipal de Mariana instituiu a Medalha do Mérito Jurídico Presidente Aleixo através da Lei 3.170/2017, que visa divulgar os valores éticos, morais e cívicos de Pedro Aleixo, jurista, homem público marianense e defensor das liberdades democráticas no País. Desde 2017, as edições de entrega da medalha têm sido anuais, aqui em Mariana.

— Em 12/08/2019 o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) e a comarca de Contagem prestaram homenagem ao ex-Presidente Pedro Aleixo, dando-lhe o nome ao fórum local. À solenidade compareceu o desembargador Pedro Aleixo Neto e outros membros do TJMG.

— O cineasta belorizontino Jesus Chediak que faleceu de Covid, em 08/05/2020, no Rio, homenageou a memória de Roque Camêllo em célebre testemunho intitulado “**Roque Camêllo-garimpeiro histórico das Minas Gerais**” in [GUERRA (org.): **Roque Camêllo que eu conheci**, 2019, 128-9], um livro de doces recordações de Roque Camêllo por seus amigos:

“(...) Conheci Roque Camêllo, quando realizava o meu documentário de longa-metragem sobre Pedro Aleixo. Ele e sua mulher, Merania de Oliveira, nos receberam e nos hospedaram em Mariana com a proverbial cortesia com que os mineiros tradicionalmente recebem os visitantes indicados por amigos. Eu fora recomendado pelo Padre José Carlos (Brandi) Aleixo, filho de Pedro Aleixo, que apoiava incondicionalmente o filme, inclusive, subsidiou o roteiro, participou da produção e atuou deci-

sivamente para se conseguir patrocínio. Havia um forte laço de amizade entre as famílias Camêllo e Aleixo.

Entre as entrevistas programadas em Mariana para subsidiar o filme, estava a do próprio Roque que, além de ser prefeito e presidente da Academia Marianense de Letras, era um intelectual respeitado em todo o Estado e uma pessoa sumamente amada na cidade, e, o mais importante, fora aluno e amigo de Pedro Aleixo. (...)”

Pe. José Carlos Brandi Aleixo, ocupante da cadeira nº 19 da Academia Mineira de Letras patronada pelo Pe. Corrêa de Almeida (1820-1905), confirma a amizade existente entre as famílias Aleixo e Camêllo em seu texto intitulado “O *benemérito Roque Camêllo*” in [GUERRA (org.): **Roque Camêllo que eu conheci**, 2019, 136-7]:

*“Houve entre nossos pais (Pedro Aleixo e Torquato Camêllo) profunda amizade, que incluía apoio eleitoral deste àquele. Em 2016 Roque Camêllo lançou o valioso livro **Mariana: Assim nasceram as Minas Gerais**. Foi-me gratificante ver estampadas as seguintes palavras minhas, que, a seu pedido, redigi sobre meu pai:*

Filho do distrito de Bandeirantes, em Mariana, Pedro Aleixo serviu devotadamente ao Brasil sem servir-se dele. Com a advocacia, poderia ter, legitimamente, acumulado fortuna. Preferiu consagrar seus talentos e tempo à promoção do Bem Comum. Foram proverbiais sua integridade e o desprendimento. Como Vice-Presidente, não pleiteou residência oficial, continuando em singelo apartamento adquirido a prestações. Sua segurança era a de um sentinela junto à portaria do prédio. Destinava seus proventos a obras filantrópicas como a Fundação São José, criada por ele, em 1941. Presidiu-a até seu óbito, em 1975. Centenas de crianças se educaram por esta Fundação. Sua Bíblia era a companheira de

viagem e livro de cabeceira. É privilégio e grande responsabilidade para mim ser seu filho.”

Por isso mesmo, nunca será um exagero dar ao ilustre criminalista marianense o célebre epíteto “*varão de Plutarco*”.

E ainda o filho de Pedro Aleixo fez um testemunho memorável sobre Roque Camêllo:

“Iniciativa comovente do Roque Camêllo foi a da criação, em Mariana, da Associação dos Amigos do Memorial Pedro Aleixo (AAMPA), em 1º de agosto de 2015.”

De fato, na ocasião, a solenidade, coordenada pelo ex-prefeito e professor Roque Camêllo, relembrou os princípios éticos e cívicos que marcaram a trajetória daquele político e professor catedrático da UFMG. Dela participaram diversas autoridades, além de seus filhos, Padre José Carlos e Maurício Brandi Aleixo.

Conforme visto aqui, muitas honrarias e homenagens a Pedro Aleixo foram em vida, e continuam postumamente à pessoa desse grande marianense.

Para finalizar esse discurso, há um fato marcante na vida de Pedro Aleixo que merece ser lembrado aqui. Quando Juscelino Kubitschek foi eleito para a Academia Mineira de Letras, em 1974, ele escolheu Pedro Aleixo para fazer-lhe o discurso de saudação. Acontece que o ilustre marianense já estava doente e faleceu antes de concluir o discurso. O que fez o presidente da Academia Mineira de Letras de então? Convocou Juscelino para fazer o elogio fúnebre em nome da Academia. Então, Juscelino fez um discurso de duas páginas. Destaco um trecho desse famoso discurso no velório do notável criminalista marianense:

“Militamos em campos opostos no plano da vida política, mas a nossa inspiração era a mesma: a de dedicação ao nosso povo, à

nossa terra e à nossa pátria. Por isso, embora fôssemos adversários, sempre afetuosamente nos abraçamos. Acima das divergências e dissensões de ordem política, prevalece em nós o sentimento de estima fraterna”,

que seria talvez a mais bela confissão no seu discurso.

Muito obrigado!



ORAÇÕES ACADÊMICAS

DISCURSO DE POSSE DE HUGO NAPOLEÃO NA CADEIRA Nº XX*

Com os pés postos nesta bendita terra construída pelo Presidente Juscelino Kubitschek, e olhos voltados para o meu Piauí, transponho-me, por um instante, desta Academia Brasiliense de Letras para a Academia Piauiense de Letras, recordando que lá, nos idos de fevereiro de 1987, tomei posse na cadeira nº 9, tendo sido recebido pelo meu saudoso pai Embaixador Aluísio Napoleão, conhecido de muitos aqui, assim como a minha doce mãe Regina.

Àquela época, quando já deixara o meu primeiro governo no Estado, fui candidato, portanto, na chã planície, antes de conhecidos os resultados da eleição para o Senado Federal, tendo assumido sob a presidência do saudoso professor A. Tito Filho.

Uma curiosidade. Na posse do meu pai, referindo-se a nós dois, no discurso de saudação, o acadêmico Celso Barros Coelho disse:

“Um detém a glória do poder;

O outro, o poder da glória!”

O PATRONO

Vivo hoje um dia de profunda emoção. A cadeira XX, que com incomensurável orgulho assumo, tem como patrono Silvio Romero.

Natural de Lagarto, Sergipe, foi escritor, poeta, crítico literário, pensador social, jornalista e político. Tornou-se membro do Instituto

Histórico e Geográfico Brasileiro e fundador da Academia Brasileira de Letras.

Estudou no Colégio Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, e na Faculdade de Direito do Recife. Daí, para a cátedra de Filosofia do Colégio Pedro II, no Rio, e para a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do mesmo Estado, foi um pulo! Como político, exerceu os mandatos de Deputado Provincial no Império e Federal na República, no governo do Presidente Campos Sales, tendo sido candidato pelo Partido Republicano.

Polemista, combativo e panfletário, escreveu livros que abordaram da cultura popular à Filosofia e à Sociologia. Foi considerado um dos precursores da Sociologia no Brasil. Assim, dentre outros, surgiram *Contos Populares do Brasil* (1883), *Etnografia Brasileira* (1888), *Doutrina Contra Doutrina – o Evolucionismo e o Positivismo no Brasil* (1894), *Ensaio de Filosofia de Direito* (1895) e *Evolução do Lirismo Brasileiro* (1905).

O PRIMEIRO TITULAR

O primeiro a ocupar a cadeira de Silvio Romero foi Mozart Victor Russomano. Nascido em Pelotas, Rio Grande do Sul, em 5 de julho de 1922, graduou-se como bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre. Foi professor jubilado de Direito do Trabalho e Seguridade Social das Faculdades de Direito da Universidade de Pelotas e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Pelotas, de 1945 a 1959 e, promovido por merecimento, ingressou no TRT da 4ª Região, onde permaneceu até 1969.

Exerceu a Presidência do Instituto Latino Americano de Direito do Trabalho e Previdência Social, na Argentina, de 1971 a 1973. Jurista

dos mais eminentes, lecionou como professor nas universidades Federal da Venezuela, na de San Marcos e na Nacional de Trujillo, estas em Lima - Peru.

Foi relator de concursos em Madri, Lima, Sevilha e São Paulo, além de atuar como membro e Presidente do Tribunal Administrativo da Organização dos Estados Americanos em Washington - DC, do Instituto de Coimbra - Portugal, da Sociedade Internacional do Trabalho, em Genebra, e da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Fundamental destacar a autoria do Anteprojeto do Código do Trabalho e da Lei Orgânica da Justiça do Trabalho. Chegou a Ministro, Vice-Presidente, Presidente e Corregedor do Tribunal Superior do Trabalho (1979-1984).

Recebeu inúmeras condecorações nacionais e estrangeiras. É autor, entre outros, de *O Empregado e o Empregador no Direito Brasileiro*, *A Execução das Obrigações de Fazer no Processo trabalhista*, *Manual Prático de Direito do Trabalho* e *A Estabilidade do trabalhador na Empresa*. Faleceu na sua terra natal em 17 de dezembro de 2010.

O SEGUNDO TITULAR

Foi eleito, como segundo ocupante, o meu muito saudoso amigo Marco Antonio de Oliveira Maciel. Farei inicialmente uma síntese de sua vida pessoal e da grande trajetória política para, em seguida, abordar a sua marcante personalidade, pinçando, também, pontos do nosso relacionamento.

Nasceu em 21 de julho de 1940, em Recife, onde fez os primeiros estudos. Formou-se em direito na Universidade Federal de Pernambuco, tendo sido presidente do Diretório Central dos Estudantes e da União Metropolitana de Estudantes. Exerceu a advocacia e o magistério.

Casou-se com a culta socióloga D. Anna Maria Ferreira Maciel, com quem teve três filhos: Gisela, Cristiana e João Mauricio, e quatro netos.

A vida pública se estendeu por 45 anos, de 1966 a 2011. Eleito Deputado Estadual em 1966 e Federal em 1970 e 1974, Governador em 1978 e Senador em 1982. No biênio 1977/1979 exerceu a Presidência da Câmara dos Deputados. Nesse período enfrentou, por 15 dias, ao lado do nosso comum amigo, o piauiense Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal, o recesso do Congresso Nacional, decretado pelo Presidente Ernesto Geisel. E, a meu ver, por paradoxal que pareça, este foi o embrião que situou Petrônio como articulador do processo de redemocratização, com a Emenda Constitucional número 11, a Lei da Anistia e da consequente **abertura política** que Marco teceu com a Frente Liberal e a Aliança Democrática, resultando na eleição de Tancredo Neves e José Sarney para Presidente e Vice-Presidente da República.

O profícuo governo à frente dos destinos de seu Estado foi pontificado por grandes obras. Convém mencionar o Projeto Asa Branca, de água e saneamento global, com o qual homenageou o grande Luiz Gonzaga. Para compor sua equipe, não considerou cores partidárias ou matizes ideológicos. Levou em conta a impecabilidade moral.

Já no Senado exerceu um mandato extremamente eficiente. Sob o ponto de vista institucional, contribuiu significativamente na elaboração da Aliança Democrática, lavrada no documento COM-PROMISSO COM A NAÇÃO, assinado pelo Presidente Ulysses Guimarães e pelo Governador do Estado de Minas Gerais, Tancredo Neves, em nome do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, assim como pelo Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves, e pelo Senador do Estado de Pernambuco, Marco Maciel, em nome da Frente Liberal.

Em seguida, dedicou-se com afincio à criação do PFL (Partido da Frente Liberal), na elaboração de seu manifesto, programa, estatutos, discursos, artigos para a imprensa, cartilha e cadernos. Certo dia,

o meu pai observou: “Meu filho, o Senador Marco Maciel é o ideólogo do Partido. Cheguei a comentar isso em conversa com José Guilherme Merquior e Celso Lafer, este seguidor de Norberto Bobbio.

Do ponto de vista legislativo, entre as suas muitas iniciativas destaque duas: a Lei que criou a Comissão Especial para mobilizar a sociedade, com vistas ao Bicentenário da Independência, e a Lei 9307, de 23 de setembro de 1996, conhecida como Lei Marco Maciel, que implantou a Arbitragem no Brasil, significativa alternativa para solução de litígios, descongestionando os órgãos jurisdicionais estatais. Posso até dizer que sou beneficiário, como Vice-Presidente Jurídico da Corte de Justiça Arbitral de Brasília – COJAB, que tem como ilustres membros o Presidente de Honra, Ministro Ilmar Galvão, o meu ilustre e luminar apresentador, Ministro Carlos Fernando Mathias de Souza, e o amigo, Dr. Oswaldo Garcia.

Nesse período senatorial foi nomeado Ministro da Educação pelo Presidente José Sarney, ocasião em que mobilizou grandes pensadores, como Fernanda Montenegro e Paulo Freire, ao tempo em que extinguiu o MOBREAL, criando a Fundação Educar, da qual a minha querida Lêda veio a ser eficiente Presidente. Apoiou a Emenda Calmon que destinava 13 % do orçamento da União para educação. E deu posse, na Reitoria da UnB, ao nosso Confrade Cristovam Buarque, com quem mantive excelentes conversas, ao tempo em que fui Ministro da citada pasta. Depois passou para a Casa Civil da Presidência da República. Momento difícil, porquanto era fase de renovação dos Governos Estaduais, do Distrito Federal, das Casas Legislativas Federais, Estaduais e Distrital.

Em 1990, foi reeleito Senador. Assumiu a Liderança do Partido e a do Governo. Era Presidente Fernando Collor de Mello. Não apoiara formalmente a campanha nem participara de comícios. Soube bem desempenhar suas funções. Saiu antes do impeachment. Foi sucedido por Itamar Franco, então Vice-Presidente, que convidou Marco para par-

ticipar de conversas, nas quais ofereceu sua contribuição nos debates sobre as secas no Nordeste.

Depois, com o êxito do Plano Real, em sendo titular do Ministério da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso foi eleito Presidente da República, tendo Marco Maciel como seu Vice. Chegou a assumir a chefia da Nação 87 vezes nos dois governos! Na nossa história, as relações entre presidente e vice às vezes foram tensas. Com Marco não foi assim. Ele optou por ser discreto, mas não omissos! No interessante livro de Angelo Castelo Branco, FHC afirma: “Foi o Vice-Presidente dos sonhos... leal, prestimoso, competente... mantenho admiração e afeto por esse grande brasileiro, pernambucano de cepa, líder nacional.”

Em virtude das inúmeras obras, livros, publicações, artigos e discursos, foi, em 1992, eleito para a Academia Pernambucana de Letras, tendo sido acolhido pelo Ministro Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça. E, em 2003, para a Academia Brasileira de Letras. Sucedendo a Roberto Marinho, Vilaça o recebeu novamente. Dez anos depois, em 2013, chegou à nossa Academia Brasiliense de Letras.

Em todos os momentos de sua vida foi excepcionalmente ladeado por sua exímia companheira, D. Anna Maria, a quem reverencio neste momento. Elegante no porte, discreta nas medidas, amável e educada no trato, foi dedicada companheira até os últimos dias de sua enfermidade.

Marco no dia 1º de fevereiro de 1975, data de nossa posse na Câmara dos Deputados. Ele, no segundo mandato; eu, no primeiro. Passamos, então, a conversar sobre os mais variados assuntos. O diálogo durou anos a fio. Enriquecia a quem dele se aproximava. Não foram poucas as vezes quando, em sendo deputado, senador, ministro ou Vice-Presidente, consultei-o à procura de conselho, sugestão ou orientação. Em decorrência desse vínculo de amizade, eu o acompanhei na filiação ao PFL. No apoio a Tancredo eu o ouvi e ao amigo Presidente José Sarney. Aliás, a Assembleia Legislativa do Piauí foi a primeira a eleger seus Delegados ao Colégio Eleitoral. Tive a honra de sucedê-lo, mas nunca

de substituí-lo na Presidência Nacional do nosso Partido e, agora, em condições emotivas, nesta augusta Casa.

Certa vez eu o acompanhei na visita que empreendeu ao Sítio Arqueológico da Serra da Capivara, em Coronel José Dias, nas vizinhanças de São Raimundo Nonato, no Piauí. Lá estavam o senador Freitas Neto e o Deputado Osmar Júnior. A professora Niède Guidon, minha Confreira na Academia Piauiense de Letras, era a Diretora do Museu do Homem Americano. Ele ficou maravilhado com o acervo de fósseis e peças existente naquela Instituição.

Esteve em jantar na minha residência em novembro de 2013, ocasião em que eu exercia meu último mandato legislativo. Neste dia ele, o senador José Agripino e eu conversamos muito. Meses depois, sobreveio a enfermidade.

Personalidade sempre aguçada, disse numa roda: “Não confundam educação com tibieza”. De fato, era extremamente educado, mas rigorosamente firme! Havia outros momentos em que a sua sensibilidade nos levava a rir. Certa vez, ao tomarmos um cafezinho na sala contígua ao plenário, o garçom indagou-lhe:

– Aceita um pouco de leite, Senador? Ao que ele respondeu:

– Faça essa “**caridade**”!

Posteriormente, numa sexta-feira, em sendo líder do PFL na Câmara Alta, levei à Vice-Presidência um problema legislativo de difícil solução e pedi sua orientação. Ele mordeu os lábios, pensou, meditou e, por fim, disse:

– Hugo, eu vou me debruçar sobre a questão nesse final de semana. Deixe-me dar uma “**ruminada**”. Na segunda me procure.

Na sua sala havia uma bela e grande peça de madeira de Nossa Senhora do Rosário, da arte santeira do Piauí. Parecia simbolizar o seu acendrado espírito de religiosidade católica.

Um sem número de correligionários e amigos conviviam com ele: Jorge Bornhausen, Guilherme Palmeira, José Agripino, João Alves Filho, Carlos Henrique Cardim, Antônio Araújo e os que, imbuídos do salutar espírito de pernambucanidade, salutarmente o acompanharam, como Marcos Vilaça, Vamireh Chacon, Valter Costa Porto, Gustavo Krause, José Jorge, Joel de Holanda, Everardo Maciel, Anchieta Hércias, Joaquim Francisco e tantos outros.

Neste momento de suma importância na minha vida, quero expressar a minha gratidão aos meus pares. A minha admiração ao notável jurista, magistrado, professor e pensador que hoje me recebe, o Ministro Carlos Mathias. Meu reconhecimento ao presidente Fabio de Sousa Coutinho, pela elegância na presidência desta Casa e na condução de seus processos eleitorais. E minha saudação ao magnífico Ministro Roberto Rosas, amigo de tantos anos, que me faz recordar Wilson do Egito Coelho.

O meu incomensurável afeto pela Lêda, amada companheira de jornada, pelos adorados frutos Patricia, Aluizio, Maria Paula e Isabella, com Markus e Thiago, e as amadas flores do caminho, Maria, Rodrigo, Vitória e Ana Luiza, com Pedro e Eduardo. As saudades da Mamãe e do Papai e a reverência ao povo de Brasília, ora traduzida no meu eterno bem-querer ao Presidente Juscelino Kubitschek que um dia me disse: “Acompanho-te os passos com um afeto paternal”.

★ Brasília, DF, 8 de abril de 2022

DISCURSO DE RECEPÇÃO A HUGO NAPOLEÃO

CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA

Senhor Presidente da Academia Brasiliense de Letras, Acadêmico Fabio de Sousa Coutinho, e Presidente desta sessão Solene,

Familiares do Acadêmico Hugo Napoleão,

Senhoras e Senhores,

Amigos todos,

Cada sessão solene de posse, nas Academias de Letras - sabemos todos constituem-se em encontros, de um lado, de saudades, que brotam nas lembranças dos acadêmicos que deixaram as vagas e, por outro, em uma grande assembleia em louvor dos novos acadêmicos, que vêm integrar a grei literária, trazendo consigo novas esperanças e afirmações de certezas, inerentes ao próprio futuro das agremiações literárias.

É o que estamos todos, aqui e agora, a fazer. Em síntese, reunidos, mas, sobretudo, unidos, recordando com nossas saudades, como no caso de hoje, figuras ímpares, como a de Marco Antônio de Oliveira Maciel. E, também, em festa com muita alegria para saudar o ingresso de Hugo Napoleão na cadeira n. XX da Academia Brasiliense de Letras, que tem como patrono umas das figuras exponenciais da cultura brasileira: Silvio Romero.

A tradição acadêmica confere ao novo membro a missão do elogio ao

Patrono e aos ex-ocupantes da cadeira acadêmica, como se sabe.

Passo, então, a cumprir o saboroso dever que me impõe a nossa Academia, obedecidas suas normas peculiares, de fazer a oração com a qual seus pares todos manifestam seu regozijo pelo mais novo intelectual, por eles eleitos, para, em perfeita harmonia, prosseguirmos na trilha e no desafio de servirmos, todos, a Brasília e ao Brasil, oferecendo - o mais possível - o que de melhor possamos produzir na vida cultural, com a responsabilidade de portarmos com firmeza a bandeira do saber pairando, com permanência, a divisa: “os ventos que hão de vir” (*venturis ventis*), no caso, Academia Brasiliense de Letras.

O prestígio dos Napoleões- bons em toda parte

Por ocasião da visita do presidente George Bush pai ao Brasil, no governo do presidente Fernando Collor, tive a oportunidade de um encontro ocasional entre os presidentes citados, em recepção no Itamaraty, da qual participou também outro célebre Napoleão: Aluísio Napoleão de Freitas Rego. Havia sido eu professor do então presidente brasileiro, no antigo CIEM - Centro Integrado do Ensino Médio, colégio da Universidade de Brasília e, posteriormente, no curso de economia da própria Universidade, na cadeira de Civilização Contemporânea.

Ao chegar ao Itamaraty, na fila de cumprimentos, eu estava logo atrás de Sua Excelência o Embaixador Aluísio Napoleão. E, o presidente Collor, gentilmente, convidou-me a dar um passo à frente para que pudesse apresentar-me ao presidente Bush. O líder americano prontamente fez-me a pergunta: “O Collor foi bom aluno?” Minha rápida res-

posta foi: “Dos melhores, senhor presidente! Em especial quando ele se interessava pelo tema.”

Senti-me, por um instante, com uma certa intimidade com a glória. Em especial, quando via o presidente americano ser tratado pelo Embaixador Napoleão por George e, por sua vez, este, referindo-se ao embaixador como Aluízio. Acrescente-se que, naturalmente, as referências às senhoras eram Bárbara para cá e Regina para lá.

Assim, fui um pouco testemunha de um encontro de dois antigos chefes de missão diplomática junto ao governo da República Popular da China, quando vizinhos de porta, nas respectivas residências, na cidade de Beijing.

É assim, meu-nosso, caro Hugo, que me permito iniciar esta oração em teu louvor: pleno de reminiscências e com muitos pedacinhos de saudades.

Invoco, pois, dois grandes inesquecíveis intelectuais brasileiros, recordando Machado de Assis e Aulfo Alves.

Do “Bruxo do Cosme Velho”, socorro-me nas últimas palavras do romance Memorial de Aires: “Ao transpor a porta para a rua, vi-lhes no rosto e na atitude uma expressão a que não acho nome certo, ou claro: digo o que me pareceu. Queriam ser risonhos e mal se podiam consolar. Consolava-os a saudade de si mesmos”. Ousa este orador arriscar uma definição: Saudades Machadianas, como, aliás, já se diz.

De Aulfo, impossível não se recordar das “saudades de Mirai”, sintetizadas na canção, “Meus tempos de criança”, em especial, nas “saudades da professorinha que lhe ensinou o beabá”. Imagine, estimado Hugo, com que emoção lembro desta imagem impregnada de saudade, sem saber quantos beabás, a um sem-número de crianças ensinou uma professorinha (tão cara para mim), em comunidades carentes do Rio de Janeiro.

Conhecimento com Hugo

Desde quando conheço Hugo, a me autorizarem saudades dele? A Hugo, conheci na primavera de 1975, quando ele exercia mandato de deputado federal, pelo estado do Piauí, e era também representante do Touring Club do Brasil (o que era muito comum aquele tempo. Certas entidades mantinham representações, sob a chefia de parlamentares devidamente autorizados). Eu era o chefe da Assessoria de Estudos e Projetos do Gabinete do Ministro de Estado da Educação e Cultura, acumulando com a Consultoria Jurídica do gabinete. Ele veio ao gabinete para tratar de assunto da referida entidade e coube-me recebê-lo por expressa recomendação do Ministro Ney Braga. Iniciava-se, ali uma grande relação de amizade e respeito.

Lord Byron definiu a amizade como “o amor sem asas”. Foi algo em torno disso, que nasceu ali naquele momento. Assim, pode-se dizer que nossa amizade já está prestes a comemorar bodas de ouro.

O casamento com Leda

Um certo dia, recebi um telefonema de Hugo perguntando-me se poderia auxiliá-lo nos trâmites e providências, com vistas às suas núpcias com Leda. A resposta, por óbvio foi: sim. E, logo no dia seguinte, levei toda papelada para as competentes assinaturas, em companhia do oficial do cartório que, de modo gentil, acompanhou-me na visita a Hugo, no seu gabinete, no Senado Federal. Em seguida, providenciei os demais atos necessários, inclusive, o que envolvia ato de tabelionato de notas daqui do Distrito Federal.

Logo após, já com datas oficialmente marcadas e com o juiz de paz designado, realizou-se a cerimônia de casamento, a que se seguiu uma grande festa, com a participação do que havia de mais expressivo na dimensão da Capital da República.

Lembro bem, como sou casado no regime de comunhão de dívidas com Maria Luiza, que nosso presente de casamento foi o pequeno serviço prestado como despachante, nesses atos de caráter afetivo-nupcial-cartorial.

A aproximação como pai de Hugo

Quando tive o privilégio de estar à frente de órgãos e atividades culturais em Brasília, estabeleci muitos contatos com representações diplomáticas acreditadas junto ao governo brasileiro (ipso-facto, eu era convidado para as recepções diplomáticas, quase que diárias, para muitas das quais também era convidado o embaixador Aluísio Napoleão, grande diplomata e expressivo intelectual).

Desse relacionamento, o embaixador um dia visitou-me para oferecer-me um livro de sua autoria: “Santos Dumont and the Conquest of the Air”, edição princeps de 1945, do Itamaraty.

Em visita à minha residência, de certa feita, o experimentado embaixador deu-me uma grande lição sintetizada em uma frase: “Nenhum esforço é inútil”.

Tempos mais tarde, ao tomar posse como desembargador no TRF1, ao receber seus cumprimentos, soprei-lhe no ouvido: “Embaixador, nenhum esforço é inútil. Obrigado pela lição.” A quem interessar possa, anotem!

Uma pesquisa sobre os escritos (de, sobre, e/ou) com a participação de Hugo Napoleão

De plano, impossível deixar-se de lembrar o parlamentar (senador por dois mandatos, deputado federal por três outros, pelo estado

do Piauí e ministro de Estado em três Pastas: Educação, Cultura e Comunicações), de onde se extrai quantidade expressiva de obras com sua participação. Delas, por exemplo, discursos, projetos, pareceres, atos em decorrência da sua ação como líder do governo, dentre outros. Da leitura que se faz, de tais impressos (devidamente identificados e como encontrá-los), impõe-se indicar: “A presença do Piauí no Congresso Nacional”, Brasília, 1983 (discursos e apartes do Deputado Hugo Napoleão, vice-líder do governo e do PDS, nas sessões do Congresso Nacional, em 1981 e 1982) – Coordenação de Publicações.

De igual sorte, em relação ao Senador Hugo Napoleão impõe-se lembrar: “Senador Hugo Napoleão, líder do PFL no Senado Federal, Ação Parlamentar, 2000”.

Importante, ainda, a leitura sobre uma obra síntese de Hugo como a “Recuperação do Estado Registrada na Imprensa do Piauí (O Dia, Jornal do Piauí e Voz do Piauí).

Publicação a despertar interesse especial tem-se na obra sob o título “Educação e Democracia”, editada por “Consultora”, com prefácio de Nelson Carneiro, que poderia intitular-se, sem exagero: “O pensamento franco, sem meias palavras e corajoso de Hugo Napoleão, em depoimento”, logo após deixar o MEC.

E, ainda, sobre a atuação de Hugo Napoleão como intelectual e líder político: “Fatos da História do Piauí”, edição de Apel Editora SA. Dessa última obra, assinale-se texto sob o título: “O Duque de Caxias na História do Piauí”. Tal assunto, naturalmente, diz de perto de tema pouco ou, ao menos, não muito divulgado, com a devida atenção e seriedade históricas, a importantes fatos inerentes à guerra da independência no Piauí. Legando, assim, até uma incorreta ideia sobre a inexistência de lutas em boa parte do nordeste.

É fora de dúvida, sabemos todos, hoje, a importância das guerras em prol da independência em alguns pontos do nordeste brasileiro. Entre eles, os episódios ocorridos no Piauí.

Por oportuno, veja-se: “(...) Lord Cochrane continuou a permanecer no

Maranhão com o fim de apaziguar a província, que se achava ocupada no interior pelas tropas do Ceará e Piauí. Estas tropas tinham vindo combater o chefe português João José da Cunha Fidié que, retirando-se do Piauí, fez-se forte em Caxias, e ali capitulou. Satisfeitas todas as exigências, nomeado um governador provisório, livre finalmente todo o norte, fez-se o almirante à vela, daqueles portos, em 20 de setembro do mesmo ano, e chegou ao Rio de Janeiro a 9 de novembro, onde foi informado que o imperador, em testemunho de sua aprovação e do quanto apreciava os seus serviços lhe havia conferido o título de Marquês do Maranhão”. (João Ribeiro, História do Brasil, Curso Superior, ed. revista e completada por Joaquim Ribeiro, XVIII edição, pgs. 357/358, livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1964.) (grifou-se)

Um pouco sobre Hugo Napoleão Advogado

Sobre Hugo Napoleão advogado, haveria muito a falar-se. A merece, contudo, por indispensável, o registro que logo no início de sua carreira foi convidado a ser consultor jurídico do Banco Denasa, pelo presidente Juscelino Kubistchek de Oliveira, de quem Hugo viria ser, também, um dos advogados, acompanhando o presidente no período de ostracismo e integrando uma equipe extraordinária de advogados, destacando-se entre eles Sobral Pinto, Cândido de Oliveira Neto, Antônio Evaristo de Moraes Filho e Victor Nunes Leal.

Desse período, pode-se ter boa notícia (e não só) lendo-se o livro de autoria do nosso novo acadêmico: “Fui Advogado de JK”, sua última obra publicada.

Registro de um encontro de Hugo Napoleão com seu conterrâneo Dan Quayle

Por ocasião da visita do vice-presidente dos Estados Unidos da América,

Dan Quayle, ao Brasil, na recepção que lhe foi oferecida no Itamaraty, estava este orador conversando com Hugo Napoleão, quando veio uma autoridade diplomática apresentá-lo ao ilustre visitante, quando destacou o fato de que Hugo nascera nos Estados Unidos, em Portland, Oregon. Incontinentemente, o vice-presidente norte-americano, de modo muito simpático, deu-lhe um abraço com as seguintes palavras: “Nice to meet you, my fellow-countryman”. E, assim, como participante do encontro, fiquei menos pobre na língua em que escreveu William Shakespeare, Edgar Allan W. Poe e Mark Twain, incorporando ao meu pobre vocabulário a expressão “fellowcountryman”.

Senhoras e Senhores, Amigos todos,

É tempo de sucessão. Lembre-se o Eclesiastes

Valho-me, agora, de versos de Manuel Bandeira, extraídos de suas “Canções de Despedidas”, que foram especialmente musicadas por Villa-Lobos:

“Amigo, seja bem-vindo!

A casa é sua! / Não faça cerimônia /

Vá pedindo! Vá mandando!”

E dizemos nós (sem qualquer pretensão a um acréscimo): Seja feliz!

Bem-vindo, pois, à vossa (porque, agora, sua e nossa) Academia, ou melhor, com apoio em Bandeira: “Ela é sua!” Por escolha e aclamação dos seus membros.

Como quase ex-carioca que sou, não esqueci nunca da melhor lição que aprendi com o Maior de todos os Mestres, que lá do alto, do

Redentor, nos ensina a todos, que toda boa recepção deve ser assim, de braços bem abertos, e, é assim, que toda A Academia Brasiliense de Letras o recebe. Seja bem feliz entre nós, querido Acadêmico Hugo Napoleão, porque, em reciprocidade, já estamos todos, e muito, bem felizes.

DISCURSO DE POSSE DE GILMAR DUARTE ROCHA NA CADEIRA Nº XXXI

Boa noite!

Saúdo o senhor presidente da Academia Brasiliense de Letras, doutor Fabio de Sousa Coutinho. Saúdo os meus confrades da academia, os membros aqui presentes, em especial o escritor Danilo Gomes, que depositou fé em nosso trabalho e que teve a generosidade de realizar a nossa recepção aqui nesta casa. Minha gratidão, Danilo!

Saúdo os meus queridos confrades da Associação Nacional de Escritores (ANE), entidade na qual finco raízes há mais de sete anos; lugar onde adquiri muito conhecimento através da estreita convivência com pessoas de cultura ímpar e de muita sabedoria; local onde aprimorei e tento lapidar a nobre arte de escrever.

Uma saudação especial a minha mulher, minha filha, meu genro, meu neto Benjamim, todos aqui presentes; aos meus parentes da Bahia, meus irmãos, sobrinhos e tios.

Gostaria de dedicar este agradecimento, a posse na Academia Brasiliense, aos meus pais, Pedro Novaes Rocha, *in memoriam*, e Julita Duarte Rocha, impossibilitada por questão de saúde de presenciar este sublime momento. Tenho a plena convicção de que eles estão muito orgulhosos e felizes por esta nossa realização.

Aproveito para agradecer aos funcionários da ANE pela ajuda constante, pelo carinho, pelo suporte e pelo apoio incondicional.

Por fim, agradeço aos amigos que estão compartilhando conosco esta noite maravilhosa. Amigos preciosos. Amigos queridos. Alguns não são mestres em construir produtos literários, mas são especialistas em edificar castelos povoados de amizade, distinção e gratidão.

Academia

Fazer parte de uma academia de letras é um sonho. Desde criança que as letras me fascinam. Lembro que, nos tempos de chuva no interior da Bahia, após a chuva cessar, na hora do estio, eu corria para as ruas não pavimentadas e começava a rabiscar letras, garatujas e desenhos com o dedo na lâmina de areia fina que a enxurrada deixava depois da sua passagem; ou corria para os trechos repletos de seixos e construía histórias sem fim com aquelas pequeninas pedras. Eu sonhava, delirava, sonhava. Eu sentia que estava condenado a ser contador de histórias. Eu estava condenado a ser escritor. Eu tinha que liberar os meus demônios internos de alguma forma. Não sabia quando. Guardei todos aqueles devaneios pueris num misterioso cofre na profundidade do meu imaginário.

O tempo passou, cumpri todas as etapas da instrução básica, fundamental, ensino médio e cheguei à universidade. Tencionava seguir o caminho das letras ou das artes. Então veio aquele dilema tão bem retratado pelo escritor Orígenes Lessa na sua obra *O feijão e o sonho*, onde ele dissecava com maestria essa questão maniqueísta entre a necessidade de realização material e o sonho de se tornar um escritor em tempo integral, pois, como todos sabem, ninguém vive de escrever ficção aqui no Brasil, salvo algumas afortunadas exceções, que se contam a dedo.

Apesar de escolher e exercer profissões de natureza matemática, a literatura me acompanhou em paralelo em toda a trajetória de vida corporativa, seja na condição de leitor assíduo ou de escritor bissexto,

que rabiscava sinopses de novela; engendrava contos e os guardava na gaveta.

O destino, no entanto, sempre se encarrega, no momento certo, de transformar as incertezas em acertos perfeitos. Assim que cheguei a Brasília, um lugar que inspira, transpira e respira cultura, eu encontrei o ambiente propício e ideal para dar vazão à minha imaginação; criar coragem e dar início ao processo de publicação de minhas ideias; ideias ainda permeadas de muita fantasia, mas que agora trazem nas entrelinhas algum tipo de conteúdo que denota substância e que dá sentido à arte de escrever.

Então, aqui estou, com orgulho e satisfação, fazendo parte desta agremiação de notáveis; de homens e mulheres magníficos, que também desbravaram florestas e romperam barreiras para alcançar este valioso galardão que é fazer parte da Academia Brasiliense de Letras.

Mas como diria o cardeal Richelieu, religioso e estadista francês, quando em 1613 criou a primeira academia de letras do mundo, o primeiro formato da Academia Francesa, a rigor, “para manter a língua francesa, temos que promover ações; criar um dicionário; padronizar o vernáculo e manter a nossa cultura viva e para isso teremos que trabalhar muito”.

Aqui na Academia Brasiliense precisamos apenas ficar atentos ao item “manter a nossa cultura viva”, como citou Richelieu, pois somos de certa forma guardiães da cultura, mormente no que toca à cultura escrita, e a nossa cultura nunca sofreu tanto bombardeio, tanta sabotagem, tanto desprezo, tanto desmonte, tanta implosão como nos dias de hoje. E isso é por demais perigoso, pois uma civilização não sobreviverá jamais sem possuir uma cultura sólida; a cultura que molda o alicerce da prosperidade, da união, do engrandecimento e da perpetuação de uma nação. A cultura que enaltece, que gera divisas, que vende a imagem do País e que atrai riquezas.

Tributo a Luiz Cláudio Cardoso

Mas vamos falar de acadêmicos, começando pelo meu antecessor da cadeira XXXI da Academia Brasiliense de Letras, o escritor e diplomata Luiz Cláudio Cardoso.

Luiz Cláudio Pereira Cardoso nasceu no Rio de Janeiro, em 14 de dezembro de 1931. Filho de militar, quando menino, ainda em primeira infância e assimilando as primeiras palavras, ele teve que acompanhar a família para a Dinamarca, pois o seu pai havia recebido a missão de prospectar novas tecnologias para a área de engenharia bélica do Exército Brasileiro.

O garoto Luiz Cláudio praticamente aprendeu a nossa língua no convívio familiar, pois a missão do pai alongou-se devido à invasão nazista ao país escandinavo e muitos diplomatas e adidos brasileiros que serviam na região ficaram impossibilitados de retornar ao Brasil.

O garoto foi alfabetizado em francês e conviveu com muitos brasileiros durante o exílio forçado. O regime do terceiro Reich confinou os nossos compatriotas na cidade de Baden-Baden, na Alemanha, à espera de um possível acordo com o governo de Getúlio Vargas, que veio após a declaração do presidente brasileiro de neutralidade em relação ao conflito e isso permitiu que os nossos patrícios retornassem finalmente ao Brasil, a bordo de dois navios chamados *Diplomatique* (1 e 2).

Na viagem de volta, a família de Luiz Cláudio manteve contato com o então diplomata João Guimarães Rosa e o jovem Luiz começa se interessar pelas letras.

Já rapaz, em 1954 ingressa na faculdade de Direito ao tempo em que presta concurso de admissão ao Instituto Rio Branco, passando com louvor. Conclui o CPDC (Curso de Preparação à Carreira Diplomática), e dois anos mais tarde forma-se em advocacia. No Itamarati, cumpre todas as etapas de formação e é escalado para servir como diplomata

em Ottawa, no Canadá. Ganhou gosto pela carreira e serviu depois em Nova York, Caracas, Madri, Montevideu e Damasco, onde encerrou a sua missão de representante de assuntos brasileiros no exterior.

Com um texto livre, sem fronteiras, sem óbices, sem obstáculos, com toda a experiência do mundo, que ele percorreu de ponta a ponta, Luiz Cláudio direcionou a sua escrita em princípio ao público jovem, crianças, adolescentes e pessoas de espírito livre.

Ele sempre dizia que nunca se esquivaria em dialogar com a juventude e se esgueirar de temas difíceis para a idade, como preconceito, morte, AIDS e perseguição política. Há o exemplo clássico do seu romance *AIDS: e agora?*, lançado no fim dos anos 80 pela Editora Scipione, que conta a história dos personagens Pedrinho e Lena, crianças que foram hostilizadas no seu meio social em virtude de suspeita de contaminação do pai pelo vírus HIV. Há também a obra *Ter ou não ter*, em que o escritor traz à tona questionamentos recorrentes da adolescência, na voz franca e ágil de uma garota comum.

Um livro que ele escreveu e que foi muito simbólico na sua vida foi o romance inspirado em fatos reais, chamado *Meu pai, acabaram com ele*, que o escritor compôs baseado na sua indignação pelo desaparecimento do então deputado Rubens Paiva, mais tarde, comprovadamente morto pelo regime militar. Nesse livro ele trata do tema, usando figuras de linguagem e fazendo crítica velada ao período sombrio do regime exceção de 1964.

Deu continuidade aos livros juvenis, escrevendo e publicando *Memórias de um vírus*, *Diário de Berê* e o divertido *As desventuras de um sapo*.

Mais tarde, direcionou o foco de sua escrita para o público maduro e publicou livros como *Empedradura ou Empedriada*, *Tantubá*, *Uma banal história de amor*, todos lançados pela Global Editora; o interessantíssimo *Petróleo, do poço ao posto*, pela Quality Mark Editora, em 2005,

em que o autor aborda um tema que nunca deixa de ser atual (agora, mais do que nunca), e o livro comemorativo *Brasil-França: 20 anos de Cooperação*, composto em parceria com Guy Martiniere e lançado pela Alexandre Gusmão Editora, em 1989.

Luiz Cláudio foi membro do Pen Clube do Brasil e da Academia Brasiliense. Ele escreveu bastante, escreveu com qualidade e teve a sua obra devidamente reconhecida ainda em vida. Ganhou os prêmios Coelho Neto, na categoria romance; Afonso Arinos, na categoria contos; e José de Alencar, na categoria novelas, todos outorgados pela Academia Brasileira de Letras.

O escritor Luiz Cláudio Cardoso faleceu em fevereiro de 2019, deixando um rico legado em mensagens positivas, construtivas e didáticas, principalmente para o público jovem, e que muito honrou a cadeira XXXI desta academia, cujo patrono é Graciliano Ramos.

Tributo a Graciliano Ramos

A alegria em ter sido eleito para a cadeira XXXI, e a feliz coincidência de ter a pessoa do escritor Graciliano Ramos como patrono desta cátedra, aumentou exponencialmente a minha responsabilidade em prestar-lhe uma homenagem à altura da sua grandeza aqui nesta noite de festa e júbilo.

Graciliano Ramos nasceu em Quebrangulo, norte de Alagoas, em 27 de outubro de 1892, numa época em que o sertão brasileiro era palco de bandoleiros, policiais corruptos, cangaceiros, coronéis autocratas, muita miséria, pouco trabalho, muita seca, pouca fartura, tudo muito bem retratado na obra *O cabeleira*, de Franklin Távora, peça indispensável para entender o Brasil Nordeste do fim século 19.

O futuro escritor foi o primeiro dos dezesseis filhos de Sebastião Ramos de Oliveira, um comerciante de tecidos, que se dedicava com

muito trabalho e afincos para sustentar a extensa família e que, por necessidade, teve que mudar de domicílio diversas vezes, para cidades como Viçosa, por exemplo, que deixou boas e más lembranças na cabeça do jovem candidato a escritor.

A educação do menino Graciliano, por seu turno, foi complicada e caótica, devido a essas constantes mudanças de residência. Teve que aprender o alfabeto com o próprio pai, que não tinha muita paciência e nem didática para isso. Só para terem uma ideia do caos do processo da educação fundamental do futuro escritor, o terceiro livro que lhe deram para reforçar o aprendizado da língua portuguesa foi nada menos do que *Os Lusíadas*, de Camões, que o confundiu por completo: “*Deram-me Camões em manuscrito borrado...*”, disse ele anos mais tarde. Resultado: Graciliano abominou essa famosa joia da língua lusitana pelo resto de sua vida.

Na cidade de Viçosa, onde ingressou numa espécie de internato, adquiriu o gosto pela leitura de Aluísio Azevedo, Victor Hugo, Daniel Dafoe e Cervantes, seus primeiros autores preferidos. Com o tempo, foi sofisticando o gosto: ousou enfrentar Balzac e Zola, já de olho em Dostoiévski e Tolstói. Ajudou a criar jornais estudantis e neles publicou os seus primeiros textos.

Em 1910, a família muda-se para Palmeira dos Índios, onde Graciliano conclui o ginásio e começa a trabalhar em tempo integral na loja do pai. Nesse período, estudou muito a língua portuguesa e, em pouco tempo, já começava a lecionar avulsamente para alunos da cidade que precisavam de reforço no nosso idioma.

Em 1915, ele resolve tentar a sorte no Rio de Janeiro. Consegue bicos na redação de jornais e chama à atenção de todos pela sua condição de autodidata. Infelizmente a sua primeira estada na então capital federal dura pouco: teve que retornar às pressas para Alagoas, devido ao falecimento de três irmãos e um sobrinho, vítimas de um surto de peste bubônica que assolou a sua terra natal.

No retorno a Alagoas, assume a loja do pai, que havia comprado uma pequena propriedade agrícola; casa-se com Maria Augusta — uma união de conveniência — e tem três filhos com ela. Nessa época ele começa a ter contato com a doutrina comunista e torna-se simpatizante da causa. Mais tarde, através da leitura de jornais da capital e correspondências de amigos, tem ciência das constantes crises econômicas que assolavam o País, das revoltas tenentistas, do impacto cultural da Semana de 22 e tudo isso se inseriu na sua esfera de interesse. Mas chega um tempo em que toda aquela vida prosaica do interior o deixa completamente entediado a ponto de ele pensar até mesmo em suicídio.

Mas, por ironia do destino, a sua vida começa a se tornar relevante no momento em que ele resolve reunir as suas sinopses de ficção, estruturá-las e compor a base do que viria a ser o seu futuro romance *Caetés*. Começa a escrever o livro nas horas vagas, entre um trabalho e outro na loja. No ano de 1925 ele dá por concluída a primeira versão do romance.

Em 1927, a política atravessa por acaso na sua vida. Uma aliança partidária muito competente vê na erudição do jovem lojista um trunfo para ganharem a eleição para a prefeitura de Palmeiras dos Índios. Meio a contragosto, ele resolve concorrer e é eleito prefeito da cidade. Em dois anos de mandato, tudo que Graciliano consegue realizar à frente do comando da cidade é cobrar incansavelmente os impostos; banir os animais vadios da rua e casar-se com Heloísa Medeiros, uma jovem esbelta, filha do Secretário do Tribunal de Justiça de Alagoas, que ele conhecera em uma de suas visitas oficiais à capital. Foi amor à primeira vista. Como ele já estava separado de Maria Augusta, a primeira mulher, não demorou muito para seduzir; trazer a aristocrática Heloísa para o interior e casar-se com ela, em curto espaço de tempo.

Em 1929, antes de entregar o comando da prefeitura, Graciliano escreveu um extenso, insólito e espirituoso relatório para o governador do Estado de Alagoas, documento que teve enorme repercussão pelo

uso da verve literária na composição de um documento formal. Eis alguns trechos da prestação de contas do relatório, que foram reproduzidos no seu livro póstumo *Viventes das Alagoas*:

“Se eu deixasse em paz o proprietário que abre cercas de um desgraçado e lhe transforma em pasto a lavoura, deveria enforcar-me”

“Dos funcionários que encontrei ficaram poucos; alguns faziam apenas política; outros, nada faziam”

“A iluminação da cidade custou uma fortuna ... Não tenho culpa se o negócio referente a claridade foi feito às escuras na gestão anterior. Colocaram até a luz da lua no contrato”

“... No cemitério enterrei milhares de réis”

Em 1929, nasce o seu filho Ricardo, o primeiro com Heloísa. Em março de 1930 o governador de Alagoas, Álvaro Paes, seu amigo, o convida para assumir a Imprensa Oficial do Estado, em Maceió. Devido em grande parte ao seu insólito relatório de prestação de contas ao governo do Estado, o seu nome repercute e vários órgãos de comunicação de Alagoas (e até de outros estados) disputam a publicação das suas crônicas.

Chegam do Rio de Janeiro as primeiras notícias sobre o interesse da publicação de *Caetés*, pela editora Schmidt. Graciliano vacila. Ele não está seguro da qualidade do texto e continua a trabalhar na obra.

Caetés é um romance típico da fase regionalista e que teve a classificação de naturalista e pessimista. A rigor, é um romance realista com forte influência dos escritores russos e franceses.

Um trecho de *Caetés* reflete bastante o estilo que o romance adota. João Valério, o narrador, uma pessoa introvertida e fantasiosa, apaixonado por Luísa, a mulher de Adrião, o seu patrão, diz:

“Tão linda, branca e forte, com as mãos de longos dedos bons para beijos, os olhos grandes e azuis... De Adrião Teixeira, um velho-

te calvo, amarelo, reumático, encharcado de tisanas. Outra injustiça da sorte. Para que servia homem tão combalido, a perna trôpega, cifras e combinações de xadrez na cabeça? Eu, sim, estava a calhar para marido dela, que sou desempenado, gozo saúde e arranho literatura. Nova e bonita, casada com aquilo, que desgraça”

Graciliano finalmente envia os originais do livro para a Schimdt Editora, no Rio, e aguarda a publicação que nunca vem. Meses depois resolve cobrar de Augusto Frederico Schimdt, o editor, que simplesmente havia esquecido os originais em algum lugar e não achava de forma alguma. Dias mais tarde, mexendo em sua capa de chuva, Augusto Schimdt, afortunadamente, encontra os originais do romance, que é publicado, finalmente, em dezembro de 1933.

Acontece que entre uma polêmica e outra em torno da publicação de *Caetés*, Graciliano já havia escrito um outro livro e que já estava em fase de revisão. Era *São Bernardo*, um romance de realismo bruto e crítico, de qualidade bem superior à obra primogênita.

Em São Bernardo, somos apresentados a Paulo Honório, menino órfão de infância pobre, cuja trajetória poderia ser cotejada com um personagem de uma história de Charles Dickens, não fosse a sua ambição desenfreada, a falta de escrúpulos, os métodos antiéticos que ele utiliza para subir de vida; tornar-se rico e adquirir finalmente a fazenda São Bernardo, o símbolo da prosperidade e da volta por cima, visto que ele já havia sido empregado daquela propriedade no passado.

Já mais velho e amargurado, Paulo Honório resolve narrar a sua vida, revisitando dramas de seu passado e conflitos internos que permanecem inexplicáveis até o momento em que suas memórias estão sendo escritas. O livro *São Bernardo* é, portanto, um memorial de Paulo Honório, que deseja através de sua escrita resgatar de volta a sua paz há muito perdida, ou a paz que ele nunca teve.

Resulta que o texto da obra é riquíssimo, com destaque para metáforas surpreendentes:

“Deve-se escrever da mesma maneira como as lavadeiras lá de Alagoas fazem seu ofício. Elas começam com uma primeira lavada, molham a roupa suja na beira da lagoa ou do riacho, torcem o pano, molham-no novamente, voltam a torcer. Colocam o anil, ensaboam e torcem uma, duas vezes. Depois enxáguam, dão mais uma molhada, agora jogando a água com a mão. Batem o pano na laje ou na pedra limpa, e dão mais uma torcida e mais outra, torcem até não pingar do pano uma só gota. Somente depois de feito tudo isso é que elas penduram a roupa lavada na corda ou no varal, para secar. Pois quem se mete a escrever devia fazer a mesma coisa. A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como falso; a palavra foi feita para dizer”

Esse livro teve uma publicação mais célere, pois o editor Gastão Cruls, da carioca Ariel Editora, não titubeou e o lançou em 1934, com uma tiragem de mais de 2.000 exemplares, expressiva, para um autor razoavelmente desconhecido.

Nessa época, Graciliano viria a ser promovido ao cargo de diretor de Instrução Pública, cargo equivalente hoje a secretário estadual de educação.

Angústia, o terceiro romance de Graciliano, mereceria um capítulo à parte. Tornar-se-ia uma autêntica angústia na vida dele. É um livro que reúne introspecção e crítica social. Escrito em primeira pessoa, o livro tem estrutura temporal não linear, seguindo o fluxo de consciência do narrador e aproximando o leitor dos sentimentos despertados pelos conflitos vividos por Luís Silva (o narrador e personagem principal).

Anos mais tarde, o crítico e ensaísta Antônio Cândido, contextualizava esse romance num dos capítulos do seu livro sobre a obra do

escritor alagoano, intitulado *Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*, editora José Olympio, 1956.

“Técnicamente, Angústia é o livro mais complexo de Graciliano Ramo. Senhor dos recursos de descrição, diálogo e análise, emprega-os aqui num plano que transcende completamente o Naturalismo, pois o mundo e as pessoas são uma espécie de realidade fantasma, colorida pela disposição mórbida do narrador. A narrativa não flui, como nos romances anteriores. Constrói-se aos poucos, em fragmentos, num ritmo de vaivém entre a realidade presente, descrita saliência naturalista, a constante evocação do passado, a fuga para o devaneio e a deformação expressionista”.

Em *Angústia*, Graciliano titubeou mais do que em *Caetés* para chegar até o texto final. Vale frisar que Maceió na época, por motivos diversos, em destaque para a revolução de 30, se tornou uma espécie de quartel-general dos intelectuais do Norte. Por lá andava gente como José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Ledo Ivo, Aurélio Buarque de Holanda e outros. E o rascunho de *Angústia*, que andava de mão em mão, passou a ser tema de polêmica entre Rachel de Queiroz e o dicionarista Aurélio Buarque. Rachel levantava a bandeira de que Graciliano deveria publicá-lo imediatamente, pois considerava a obra de grande qualidade, “O Dostoiévski dos trópicos”, dizia ela. Aurélio, por seu lado, na qualidade de filólogo e guardião da gramática, via erros crassos no texto de *Angústia* e entrava em embate constante com Graciliano.

A polêmica foi tanta que Graciliano ficou desgostoso e chegou a enterrar o original da obra no fundo do seu quintal da casa de Maceió e se sua mulher Heloísa não descobrisse, estaria inédito até hoje.

Mas a publicação do romance esperaria algum tempo, pois um acontecimento político de extrema gravidade, a chamada Intentona Comunista de 35, viria a mudar a vida de muita gente de ponta a cabeça, principalmente a de Graciliano.

Alguns dias depois desse golpe político frustrado, começou a caça às bruxas em todo o País e Graciliano era um dos nomes mais visados em Alagoas, tanto pela sua simpatia com a doutrina de Marx, quanto pelo seu cargo de diretor da Instrução Pública, visado por muita gente inescrupulosa.

Em princípio começaram a aparecer bilhetes esquisitos no seu gabinete; conselhos atravessados; rumores. A prisão de amigos e cor-religionários começaram a deixá-lo preocupado. Finalmente, no dia 3 de março de 1936, ele recebe a ordem de prisão por atentado à ordem pública. É preso, conduzido ao Recife, onde se junta a outros presos no Nordeste, e depois é conduzido para o Rio de Janeiro em um navio da Lloyds Brasileiro.

Para se ter uma ideia, na mesma época em que Graciliano foi preso, cerca de 35.000 pessoas foram detidas em todo o País, sendo que mais de 10.000 foram indiciadas e cerca de 4.100 encarceradas.

No Rio, Graciliano se junta a presos de todo o País em uma prisão temporária e depois é transferido para o temido presídio de Ilha Grande, onde definha durante longos nove meses, e só é libertado graças ao movimento bem-sucedido de intelectuais, que se manifestaram perante o chefe da polícia política de Vargas, Filinto Muller, em prol da liberdade do escritor. Há de se ressaltar, também, o empenho de Alzira Vargas, colega de colégio da maioria daqueles intelectuais, que persuadia o pai diuturnamente em favor da liberação de presos do naipe de Graciliano.

Durante o período de prisão, a sua mulher muda-se definitivamente para a Capital Federal e o seu livro *Angústia* é lançado com relativo sucesso, merecendo o elogio de literatos de prestígio.

Toda a história da prisão de Graciliano, o período que precede a detenção, os sofrimentos do cárcere, o trauma, os relacionamentos, tudo isso é retratado com muita propriedade no seu livro *Memórias do Cárcere*, que seria publicado poucos meses após a sua morte.

O livro é quase integralmente memorialista, exceto em alguns trechos, que propositadamente ou não, o autor insere trechos de ficção, talvez para preservar alguém ou evitar algum contratempo no futuro. O sentimento que ele resgatou da sua prisão não foi ter sido penitenciado por ter feito alguma coisa errada. Ele sentiu na realidade uma imensa amargura e grande descrédito pelo futuro do País e de sua família. Graciliano faz uma análise sombria sobre o assunto no seguinte trecho de *Memórias*:

“O mundo se tornava fascista. Num mundo assim, que futuro nos reservariam? Provavelmente não havia lugar para nós, éramos fantasmas, rolaríamos de cárcere em cárcere, findaríamos num campo de concentração. Nenhuma utilidade representávamos na ordem nova. Se nos largassem, vagaríamos tristes, inofensivos e desocupados, farrapos vivos, fantasmas prematuros; desejaríamos enlouquecer, recolhemo-nos ao hospício ou ter coragem de amarrar uma corda ao pescoço e dar o mergulho decisivo. Essas ideias, repetidas, vexavam-me; tanto me embrenhara nelas que me sentia inteiramente perdido”

Após a liberdade, Graciliano fixa residência no Rio de Janeiro, vai morar numa pensão, e sobrevive com ajuda de amigos como Schimdt, Otto Maria Carpeaux, Rachel de Queiroz, José Olympio e outros. Meses depois, o escritor Prudente de Moraes, neto, arranja-lhe uma vaga como secretário geral da Universidade do Distrito Federal.

Em 1938, publica, pela José Olympio Editora, o que viria a ser a sua obra mais célebre, *Vidas Secas*, em que ele pincela sob a forma de letras um retrato realista da vida do homem do sertão, mais precisamente do sertanejo do seu tempo de vivente das Alagoas, traçando uma história crua e cruel, bem ao seu estilo seco, sem trocadilho; a sua forma de escrever com orações e períodos calculados matematicamente, mas com muito lirismo e poesia delirante inseridos no contexto, como nesse trecho, em que o personagem Fabiano delira:

“Quando fosse homem, caminharia assim, pesado, cambaio, importante, as rosetas das esporas tilintando. Saltaria no lombo de um cavalo brabo e voaria na catinga como pé de vento, levantando poeira. Ao regressar, apear-se-ia num pulo e andaria no pátio assim torto, de perneiras, gibão, guarda-peito e chapéu de couro com barbicacho. O menino mais velho e Baleia ficariam admirados”

Vidas secas teve grande aceitação pelos críticos literários, mas não teve sucesso imediato de público.

Após o cárcere, durante os anos 40, ele consolida a sua amizade com José Olympio e publica outros livros como *Infância*, uma coletânea de contos, na realidade um mergulho multifacetado e complexo de suas lembranças do tempo de criança, e *Alexandre e outros heróis*, histórias do folclore do sertão, como ele próprio define.

Ironicamente a sua vida financeira ganha fôlego quando é empregado como editor da revista de Cultura Política, publicação patrocinada pelo famigerado DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) da ditadura do Estado Novo (o mesmo órgão que o prendera).

Os seus livros escritos no período pós-cárcere são publicados pela José Olympio, e os mais antigos, republicados pela mesma editora, não vendem muito e ele tinha uma explicação para isso:

“O único gênero popular é o folhetim, que a massa vai aceitando como entorpecente. Nas massas iletradas, o romantismo é de mais fácil êxito, e por isso Jorge Amado as tenha tocado, por que ele é, principalmente, um romântico”.

Ele também tinha outra resposta pronta para a eterna questão “Poderia um escritor manter-se alheio à guerra, ao desemprego e às crises econômicas”. Segundo ele, “não há arte fora da vida, não acredito em romance estratosférico. Logo, não pode. O escritor está dentro de tudo que se passa. Se ele está assim, como poderia esquivar-se de influências”.

Com o fim da Segunda Grande Guerra, mudanças consideráveis ocorrem no Brasil e no mundo. Por aqui, o governo Vargas, que se desintegrava e tentava se moldar numa democracia, derrete de vez e o presidente gaúcho é obrigado a renunciar. A doutrina comunista reaparece no País e o PCB (Partido Comunista Brasileiro) torna-se entidade partidária legal e oficial e os seus adeptos concorrem a cargos políticos nas eleições de 1946.

Graciliano, talvez traumatizado pela experiência de privação de liberdade e de sofrimento, vacila em aderir incondicionalmente ao partido comunista. Luís Carlos Prestes praticamente o obriga a se filiar. “Não poderia abrir mão de tão importante figura”, justifica Prestes, o presidente do PCB.

A adesão de Graciliano ao partidão foi meramente figurativa. Tinha-se a impressão de que os socialistas precisavam mais dele do que ele do partido. Tanto que, sem fazer muito esforço, ele foi um dos poucos a integrar a delegação brasileira convidada a fazer uma visita à então União Soviética, uma excursão que pouco lhe agradou; pouco acrescentou e, pelo contrário, o deixou extremamente frustrado com a engrenagem comunista e o culto exagerado à personalidade de Stalin, coisa que ele considerava completamente descabida.

A partir da década de 50, a saúde já combalida de Graciliano começa a esvanecer, devido, em parte, ao aumento do consumo de tabaco, e em 1952 ele começa a sentir fortes dores no peito. É diagnosticado com câncer na pleura. Falece na manhã de 20 de março de 1953.

Desfecho

Graciliano era um homem simples, que não chegou a fazer curso superior, era um autodidata por natureza e levava a arte de escrever a sério. Rigoroso até consigo mesmo, poucos escritores, bra-

sileiros e estrangeiros, passavam pelo crivo rigoroso do seu conhecimento literário.

Fico imaginando uma pessoa íntegra e sincera como Graciliano vivendo nos dias atuais. Acho que ele não conseguiria sobreviver. Ele, que não se considerava um romântico, mas era na realidade um utópico, ficaria espantado com tanta mediocridade, com tanta mentira, com tanta ignorância e com tanta irresponsabilidade que predomina nos dias atuais. Ele não conseguiria respirar num mundo que caminha a passos largos para a distopia, pleno de ambientes extremos, com a perspectiva de a sociedade viver em constante sofrimento, sob o comando de regimes autoritários e sem a esperança de um cenário melhor.

Para encerrar, reproduzo as seguintes palavras de Jorge Amado, escritas na apresentação do livro *Viagem*, obra em que o velho Graça discorre sobre o seu périplo em terras soviéticas.

Disse Jorge Amado na apresentação do livro:

“Graciliano foi entre os escritores do Movimento de 30 o que mais se aproximou da perfeição. Ante a justeza, a correção da língua portuguesa por ele escrita, nós, os autores ficcionistas do Nordeste, somos uns bárbaros. Esse sertanejo de Palmeiras dos Índios nasceu clássico. Um clássico brasileiro. Sertanejo feito de uma só peça de caráter, ele não foi só um grande escritor. Foi um grande homem”

Faço as palavras de Jorge Amado as minhas palavras. Uma noite maravilhosa para todos e fiquem com Deus!

Muito obrigado!

* Brasília, DF, 9 de junho de 2022

DISCURSO DE RECEPÇÃO A GILMAR DUARTE ROCHA

DANILO GOMES

Senhor Presidente da Academia Brasiliense de Letras, Fabio de Sousa Coutinho, ilustres componentes da Mesa, Senhoras e Senhores Acadêmicos, Senhoras e Senhores, minhas saudações, nesta noite tão especial.

Noite especial esta, sim, de literatura e de confraternização. Aqui estamos para receber um escritor inteiramente dedicado ao seu ofício e um solidário e querido amigo, que tem o dom de fazer da amizade uma arte cultivada em seus mínimos detalhes.

Fui contemplado com o privilégio de ser escolhido por Gilmar Duarte Rocha para recebê-lo nesta noite de gala, na sede da Associação Nacional de Escritores-ANE, que nos foi amavelmente franqueada pelo seu Presidente, Fabio de Sousa Coutinho. Essa escolha é fruto da leal amizade que, há anos, nos une. É também resultado da generosidade em distinguir-me com esse destaque. Fico muito honrado e feliz com a deferência a este velho escriba, dentre tantos nomes ilustres que compõem os quadros acadêmicos.

Gilmar Duarte Rocha foi eleito sucessor do saudoso escritor carioca Luiz Claudio Cardoso, diplomata de carreira e eminente embaixador. E passa a ser agora, oficialmente, titular da cadeira nº XXXI, que tem como patrono Graciliano Ramos. Nosso empossando de hoje completará 64 anos de idade no próximo dia 7 de dezembro, pois que nasceu naquela data, no ano histórico de 1958, quando o Brasil foi,

pela primeira vez, campeão de futebol na Copa do Mundo, vencendo o valoroso e poderoso time da Suécia por memoráveis 5 x 2.

A cidade natal do acadêmico hoje empossado é Jitaúna, na Bahia. Filho do policial rodoviário Pedro Novaes Rocha, já falecido, e da servidora pública Julita Duarte Santos, Gilmar passou a infância e a adolescência na região sudoeste da Bahia, cuja economia se ampara na cultura do cacau e do café, bem como na criação de gado bovino e caprino. Morou em diversas cidades da região e conviveu com pessoas de todas as classes sociais do chamado baixo sertão baiano. Em Jequié concluiu o ensino médio e especializou-se em Contabilidade, ocasião em que se tornou vitorioso num concurso anual de redação promovido pelo modelar Instituto Régis Pacheco. Concorriam mais de quatrocentos alunos de toda a região. Já era o escritor despontando, alicerçado em boas leituras. Começava a criar vida uma vocação insopitável para as letras. Em Salvador graduou-se em Economia pela Universidade Católica, em 1985. Trabalhou no Banco Econômico. Especializou-se em Tecnologia da Informação e concluiu o curso de pós-graduação em Engenharia de Sistemas, pela Escola Superior Aberta do Brasil. Trabalhou também na Prefeitura Municipal de Salvador.

Permeando essas atividades profissionais, Gilmar jamais descuidava do exercício da literatura. Leitor infatigável, lia bons autores e dedicava-se ao estudo da História Universal. Da leitura de suas obras de ficção e de seus artigos, crônicas e *ensaios* na imprensa, depreende-se que têm sido alentadas suas incursões pelos vastos territórios da literatura e da História Universal. Nota-se que a cultura humanística sempre foi um farol a iluminar os caminhos do nosso colega acadêmico. Ele bem sabe que o escritor não pode ficar longe das livrarias e das bibliotecas. Ele conhece a frase de Jorge Luis Borges: “Sempre imaginei o Paraíso como uma grande biblioteca.” Conhece também a observação otimista de Cícero, há dois mil anos: “Se tens um jardim e uma biblioteca, tens tudo.”

A propósito, ocorre-me aqui lembrar os ensinamentos do escritor e historiador francês Jean Marie Goulemot, em seu livro *O amor às bibliotecas*, que Maria Leonor Loureiro traduziu para a Editora Unesp. O autor faz sempre a apologia do tradicional livro de papel, que manuseamos, que acariciamos, não lhe sendo agradável a leitura de um livro eletrônico, virtual, de computador (o tal *e-book*), embora lhe reconheça certas utilidades, no mundo tecnológico de hoje. À pág. 225 ele escreve:

“Espero que meu neto, quando tiver idade para isso, possa preferir, à leitura seca na tela, espremido entre os metros quadrados de seu escritório, o espaço aberto de uma biblioteca, o contato material com os livros que lerá, que terá carregado nos braços até a sua mesa. Que ele saiba que o livro não é uma sequência de páginas dispostas verticalmente, um espaço de duas dimensões, mas, como para as gerações que o precederam, um volume que se toma na mão e cujas páginas se viram sem precisar para isso apertar a tecla de um computador.”

Jean Marie Goulemot é um devoto do gutemberguiano livro impresso, de papel.

Do amor às bibliotecas e às livrarias (sebos inclusos), nasceu em Gilmar Duarte Rocha a paixão pelos livros, que alegrou a vida de intelectuais como José Mindlin, Plínio Doyle, o casal Octavio Tarquínio de Sousa e Lúcia Miguel Pereira, Eduardo Frieiro, Vivaldi Moreira, Rubens Borba de Moraes, Pedro Calmon, Antonio Carlos Villaça, Almeida Fischer, Brito Broca, para ficarmos apenas em alguns que já deixaram este mundo.

Em 2003 Gilmar transfere-se para Brasília, onde se tornou funcionário efetivo do Banco do Brasil, mediante prestação de concurso aberto. Aqui, na cidade de Juscelino Kubitschek, ele vê deslanchar sua carreira de escritor. Publica, em 2005, seu primeiro livro, o romance *Um morto na minha cama*. A esse livro, que teve uma versão em inglês, seguiram-se outros, sendo seis de ficção e um de impressões de viagem. O autor publica

crônicas, artigos e ensaios literários no *Jornal da ANE* e em outros jornais e revistas, como *Lítera Livre*, *Conexão Literatura* e *Divulga Escritor*. E começa a receber prêmios pela sua obra, como o do Concurso Literário Paulo Setubal. Sua última láurea, em maio de 2022, foi um Certificado de Honra ao Mérito, concedido pela revista *Conexão Literatura*, “por sua magnífica e relevante contribuição em prol da literatura brasileira”.

Cumprе mencionar os títulos de seus livros de ficção, além de *Um morto na minha cama*. São eles: *Dúplice*; *O retrato de Píer Alcoforado*; *O berço de Judas*; *Caminhos sombrios, tochas ardentes*; *Cabeças cortadas*; *A mais branca sombra do pálido*; *O mistério da afogada da Lagoa Rodrigo de Freitas*.

Nos seus livros de ficção, temos sempre um clima de mistério, de magia, segredos, tormentos do espírito, histórias fantásticas, às vezes meio góticas, mergulhos abissais nos arquétipos da alma, muita ação, como nos filmes. O autor é um cinéfilo, logo se vê. Há também ingredientes de tecnologia, semiótica e cibernética, num amálgama que prende o leitor. O campo em que nosso empossando de hoje mais gosta de atuar é o da ficção, em que dá vazão à sua criatividade e seus dons de tecer tramas e potencializar situações dramáticas e surpreendentes. Nesse infinito campo da ficção, Gilmar Duarte Rocha capta, em amplos voos, o efêmero e o eterno, o trágico, o poético, o suspense, o mistério, o fantástico, o histórico, o político, o onírico e o sobrenatural. É esse o clima geral de sua criação ficcional.

Nos infinitos descampados da ficção, Gilmar Duarte Rocha tem construído uma obra peculiar, original, importante, considerada mesmo um marco pioneiro no Brasil. Em alguns casos, seu foco são as instituições de Estado, com envolvimento das áreas civis, policiais ou militares, campo largo para teorias de conspiração gratas, palatáveis ao às vezes delirante imaginário popular.

Vário é o destino cósmico dos personagens do nosso autor: a afogada na famosa lagoa do Rio de Janeiro, em 1910; as cabeças cortadas de

gênios do Renascimento e da época elisabetana; o martírio do sequestrado Pedro Valadares; as vítimas dos crimes em série na cidade de São Paulo; morte, vingança, demência, delírios góticos e situações terríveis e fantásticas permeiam outras obras de ficção do nosso novo acadêmico, com sua fertilíssima imaginação.

O livro de impressões de viagem intitula-se *Up & in New York*, que saiu pela editora Chiado, em 2017. Insere-se nosso autor na linha de escritores de viagens, como Albert Camus, Graciliano Ramos, Fernando Sabino e Érico Veríssimo, autores da estima do confrade que ora adentra esta Academia, fundada em 8 de março de 1968.

Gilmar Duarte Rocha é membro e um dos dirigentes da Associação Nacional de Escritores- ANE e da International Writers Association, sediada no estado de Ohio, nos Estados Unidos da América. Cumpre registrar que seu nome consta do *Dicionário de Escritores de Brasília*, de Napoleão Valadares, valiosa obra já em 4ª edição.

Nosso empossando é versado nos clássicos de todos os tempos, de Homero e Plutarco a Mario Vargas Llosa e Guimarães Rosa. No seu arco de leituras, vamos encontrar luminares como Alexandre Dumas, Charles Dickens, Robert Louis Stevenson, Edgar Allan Poe, Jorge Amado, José Lins do Rego, Machado de Assis, Mário Palmério, Graciliano Ramos, João Ubaldo Ribeiro - e também Amós Oz, Bernard Cornwell, Robert Ludlum e Dan Brown.

Romancista, novelista, cronista e articulista: é neste contexto que trabalha nosso astro desta memorável noite acadêmica. O campo de análise e pesquisa de Gilmar Duarte Rocha, no âmbito da não-ficção, é vasto, oceânico. Sua inteligência aguda busca o conhecimento e a verdade. Destaco apenas alguns títulos de seus textos em jornais e revistas: O mito de Sísifo revisitado; Literatura- o testamento de um povo; Qual o futuro da literatura de ficção?; Pós-iluminismo e o grande desafio do século; De janelas, portas, portais e outras passagens; Meu patrão, o robô; Eça de Queiroz, o brasileiro; Lucky Per, um homem de sorte, que é um

estudo sobre a literatura nórdica (escandinava e finlandesa); e há estudos sobre Ezra Pound, sobre Guido Guerra, sobre o romance seminal *Luzia-Homem*, do cearense (de Sobral) Domingos Olímpio, para mencionarmos apenas alguns desses estudos do nosso confrade, que exercita um perene espírito enciclopédico.

Por derradeiro - mas não menos importante -, cabe a meditação do nosso querido amigo e confrade Anderson Braga Horta, um dos maiores poetas deste país. A meditação a que me refiro está no artigo que ele publicou no *Jornal da ANE* de fevereiro/março de 2017, sob o título “O significado das Academias de Letras no século XXI”. A indagação exordial é: “Para que serve uma Academia de Letras?” Após lúcidas observações, Anderson Braga Horta pondera e ensina: “A Academia não é, por definição, nem o deve ser mesmo, sistematicamente contrária ao novo. Nem é atribuição sua defender, indiscriminadamente, isto é, sem critérios valorativos, tudo o que se abrigue sob o rótulo de tradição. Compete-lhe, isto sim, preservar das razias de vândalos e, já hoje, de pseudovanguardas irresponsáveis a integridade linguística e o patrimônio literário nacionais.”

E o poeta e prosador Anderson Braga Horta conclui que, mesmo com o incremento das comunicações, da televisão e sobretudo da internet, a globalização, enfim, “eu diria – diz ele - que tanto basta para justificar a sobrevivência da instituição.” Vale dizer, a instituição chamada Academia.

Senhoras e senhores, estou a concluir.

Querido amigo e ilustre confrade Gilmar Duarte Rocha, a sua festiva chegada é mais que o simples preenchimento de uma vaga, a do saudoso Luiz Claudio Cardoso, pois representa, para todos nós, o reconhecimento de seus méritos de escritor. Sob as luzes desta solene investidura você se alia, oficialmente, às lides e prélios do espírito que sustenta nossa tradicional agremiação literária. Seja muito bem-vindo à Academia Brasiliense de Letras!

DISCURSO DE POSSE DE CRISTOVAM BUARQUE NA CADEIRA Nº XIII*

Floresta de perguntas

Para um escritor, viver é caminhar por uma floresta de perguntas. Duas delas acompanham todo o trajeto. Simples e densas: “por que e para que estou aqui?”

Que feitos, fatos e pessoas me fizeram atravessar o tempo e cruzar montanhas e planícies até este instante. Aqui. Agora.

A primeira resposta é: “Vocês! Os confrades que me escolheram para a Academia Brasileira de Letras!”

Valdir Ximenes me ligou e perguntou o que eu achava de submeter meu nome para a vaga aberta por Lucília Garcez. Minha colega da UnB e esposa do amigo e também acadêmico Vladimir Carvalho. Sem aquele telefonema, eu não estaria aqui.

Logo depois, vim à nossa sede e conversei com o Presidente Fábio Coutinho. A partir daí, busquei quase todos os confrades pedindo apoio. Aqui estou, graças a vocês. Não sei quais votaram em meu nome. Isto não importa. Sem cada um de vocês, eleitor ou não, eu não estaria aqui, agora. Neste lugar, neste momento.

Por isto, muito obrigado a cada um de vocês.

Marcos Vinícios Vilaça; Max Telesca; Carlos Fernando Mathias de Souza; Alberto Bresciani; Francisco Ferreira de Castro; Danilo Go-

mes; Rossini Corrêa; Luiz Gutemberg; José Carlos Brandi Aleixo; Roberto Rosas; Carlos Henrique Cardim; Adirson Vasconcelos; Napoleão Valadares; Vamireh Chacon; Paulo Castelo Branco; Dad Squarisi, que ainda não tomou posse; Ronaldo Costa Fernandes; Fabio de Sousa Coutinho; Hugo Napoleão, que não havia tomado posse ainda, mas me ajudou a conquistar votos; Afonso Ligório; José Sarney; Thiago de Pádua; Edmilson Caminha; Tania Serra; João Carlos Taveira; Ronaldo Costa Couto; José Jeronymo Rivera; Alaor Barbosa; Valdir de Aquino Ximenes; Gilmar Duarte Rocha; Carlos Ayres Britto; Dom Raymundo Damasceno Assis; Anderson Braga Horta; Marcus Vinícius Furtado Coelho; José Alberto Couto Maciel; Margarida Patriota; Vladimir Carvalho, que ainda não tomou posse; Heitor Martins; Victor Alegria.

Cheguei graças a vocês, mas o caminho na floresta começou muito antes, traçado por opções, coincidências, apoios, mistérios que não se explicam, mas respondem à floresta: por que e para que estou aqui, agora.

Começou ao nascer.

Logo depois de receber o Prêmio Nobel de Literatura, Gabriel Garcia Márquez foi perguntado qual o fato mais determinante para chegar àquele nome. Ele respondeu: “Foi ter nascido”. Devo isto a meu pai, Durval Buarque de Lima, e minha mãe, Benedita Cavalcanti Queiroz. Sem eles, nenhum outro passo teria ocorrido na direção desta sala, neste instante, com esta finalidade.

Mas a dívida com eles não é apenas biológica: eles me iniciaram nos livros. Meus pais, que não terminaram a quarta série do ensino fundamental, sempre ofereceram livros, de todos os tipos, a mim, meu irmão e minhas irmãs. Antes mesmo de saber andar, eu ouvia que o presente no meu primeiro aniversário foi uma coleção de livros: “O Tesouro da Juventude”, de W. M. Jackson. Dois dos volumes sobreviveram a sucessivas cheias do Rio Capibaribe e os tenho até hoje. São cúmplices do porquê estou aqui.

Bem antes de aprender a ler, brinquei com livros. Minha avó materna morreu analfabeta, mas na casa onde nasci e vivi até os 26 anos de idade, estante era móvel tão normal quanto cama, mesa e fogão. Cresci com livros em casa. Sem isto eu não estaria aqui. Foi determinante na minha jornada através da floresta. Fez a diferença. Tive a sorte de ter pais que, apenas alfabetizados, colocaram livros em casa e os filhos em boas escolas. Liberdade se escreve com o mesmo “L” de “Livros”.

Não é livre quem não é capaz de ler o mapa dos caminhos da vida e as razões para caminhar. Mesmo quem tem o mapa e sabe o caminho, não desfruta da liberdade se não entende o mundo ao redor, não se deslumbra com suas belezas, nem se indigna com suas injustiças, tampouco é plenamente livre se não luta para fazer o mundo melhor e mais belo. É a escola que oferece o mapa da vida, ensina a perceber a floresta de perguntas, a querer respondê-las, saber embrenhar-se nela, deslumbrando-se com o que vê, replantando a cada dia.

O ser humano nasce duas vezes: quando sai do ventre da mãe e quando entra na escola. Os escravocratas perceberam isto. Tanto que ao se submeterem à Lei do Ventre Livre, negaram escola aos que deveriam ser livres. Vinte anos depois, se submeteram à Lei Áurea, e por mais 100 anos mantiveram os libertos e seus descendentes sem escola. No século XXI, quando a urbanização e a Constituição fizeram impossível negar matrícula, adotou-se a última trincheira da escravidão: a diferença na qualidade da escola conforme a classe social da criança. Casa grande e senzala sobrevivem no sistema escolar brasileiro, diferenciando escolas para os descendentes sociais dos escravos e escolas casa grande para os descendentes sociais dos escravocratas.

Eu não estaria aqui se não fossem as boas escolas em que meus pais me matricularam. Se não fossem as professoras que me ensinaram a ler na idade certa: entre elas, Dona Elsa, no Instituto Castro Alves, onde estudei até a terceira série, antes de ir para o Ginásio São Luís e o Colégio Marista, onde fiquei até concluir o ensino médio.

Adquiri gosto pela leitura na combinação entre minha casa e a escola, os professores e os amigos. Os professores ensinam a ler, mas são os amigos que nos ensinam a gostar de ler. Devo a eles estar aqui. Lembro especialmente de Carlos Médicis Morel, cientista de prestígio mundial, há décadas no Instituto Oswaldo Cruz. Também a meu irmão Sergio, embora ano e meio mais novo que eu. A passagem de leitor a escritor devo a dezenas de outros amigos e mestres: Décio Saes e Jefferson Del Rios são dois especiais. Nos últimos mais de 50 anos, devo à Gladys a base para que eu possa escrever, a crítica, o incentivo e a inspiração ao que escrevo.

Estou aqui porque vocês votaram em mim, mas vocês votaram em mim porque li outros escritores que fizeram a minha maneira de ver, entender, deslumbrar-me e querer mudar o mundo, como professor, escritor e político que eu tento compor, como se fossem sinônimos.

Os ensaios de sociologia, história e economia aprofundam o conhecimento, mas é por meio da ficção que chegamos à realidade. Os filósofos e os cientistas sociais tentam decifrar, mas são os escritores que descrevem os enigmas da realidade. Os mundos que eles construíram me permitiram construir os meus mundos. Ainda muito jovem, li Jorge Amado, José de Alencar, Machado de Assis, Guimarães Rosa, Euclides da Cunha, Érico Veríssimo. Só depois aprendi a lógica perversa da economia e da sociedade do Brasil lendo Gilberto Freire, Josué de Castro, Franklin de Oliveira, Joaquim Nabuco, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Ignacy Sachs, Manuel Bomfim, Vami-reh Chacon. Com mais idade, Ignácio de Loyola Brandão, João Ubaldo Ribeiro, Moacyr Scliar.

Ao mesmo tempo, lia, em português, realistas europeus e norte-americanos como Zola, Balzac, Dickens, Tolstói, Flaubert, Jane Austen, Ernest Hemingway, Chateaubriand, William Faulkner.

Despertei para a maldade da economia capitalista do século XIX, lendo “David Copperfield” de Charles Dickens, “Germinal” de

Émile Zola. Só depois entendi os meandros do capitalismo, lendo Marx.

Foi a literatura que me despertou para o mundo. Estou aqui porque vocês votaram em mim, mas graças ao que aprendi e elaborei em função do que eu li. Por isto escolhi o dia de hoje, para esta posse, aniversário de Joaquim Nabuco, que faria 173 anos.

Anos depois, foi a literatura latino-americana que ampliou minha imaginação com o realismo fantástico de Mario Vargas Llosa, Gabriel García Marquez, Alejo Carpentier, Jorge Luiz Borges, Miguel Ángel Asturias. Mas foi a ficção científica que libertou minha imaginação das amarras deste mundo: Isaac Asimov, Arthur C. Clarke, Stanislaw Lem. Graças a eles, percebi que podia pensar, sem necessidade do que via no mundo real.

Ajudou neste entendimento crítica literária por filósofos, ensaístas, divulgadores: Antônio Candido, Alfredo Bosi, Otto Maria Carpeaux, Harold Bloom, Peter Burke. Morin me influenciou na visão da crise que a humanidade atravessa e também ao me mostrar, inclusive em conversas, como minha maneira de ver o mundo foi formada. Em seu livro “Meus Filósofos”, de 2013, ele desenha a arquitetura de sua mente e mostra como até Beethoven foi um dos construtores de seu entendimento da realidade, como ela é e como desejamos que ela seja. Todos somos influenciados por música, mas recebi mais influência graças à ponte entre música e texto que chamam poesia. Não estaria aqui sem a influência decisiva de Manuel Bandeira, Olavo Bilac, Fernando Pessoa, Carlos Drummond de Andrade, Mario Quintana, Cecília Meireles, João Cabral de Melo Neto, Cora Coralina, Manoel de Barros.

Deste último ouvi uma prova da importância da imaginação poética para nos livrar da tutela da pedagogia: superar os riscos de a escola, mãe da liberdade, ser também sua supressora. Ele contou, e escreveu um poema sobre o fato, que ao redor da casa onde morava com seus pais deslizava uma cobra de vidro. Ao ingressar na escola, aprendeu que a

cobra de vidro era um rio. Por pouco o novo geógrafo não matou ao jovem poeta. A maneira de a escola não aprisionar é promover a literatura entre seus alunos e professores.

Ficção, poesia, teatro e música. Estou aqui graças ao Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil e tantos outros que uniram música e literatura.

Mesmo que o percurso tenha sido decidido pelo acaso, ou decisões impensadas, ou pensadas sem racionalidade, devo a estes autores os desvios que tomei e me trouxeram aqui. O trajeto da vida decorre mais de sussurros e empurrões que de passos escolhidos e conscientes. Foram eles, entre tantos outros, que me ensinaram a caminhar na floresta, me ajudaram a usar o mapa e navegar no mundo para chegar aqui, respondendo às perguntas que as árvores de ideias sussurram.

Cada segundo nos coloca caminhos diferentes em frente. Como disse Robert Frost, “[...] em um momento eu tinha dois caminhos a percorrer. Escolhi o menos percorrido. Isso fez toda a diferença”. Optamos ou tomamos os caminhos, depois chamamos de destino ao labirinto em que nos perdemos. Ou nos achamos. Como neste instante em que me transformo em um de vocês, ao sentar na cadeira onde sentou Lucília Garcez, sucedendo simbolicamente ao patrono Manuel Antônio de Almeida, e mais recentemente Carlos Chagas.

Mas, para que estar aqui?

Salvo quando o propósito do caminhar é o prazer do deslumbramento no caminho, a estrada para algum lugar. Pode ser um destino imprevisto, mas destino mesmo assim. Os atalhos fazem mais sentido quando sabemos aonde queremos chegar. Como aqui e agora. Para que estar aqui.

Uma razão é a vaidade de ser um de vocês. Ser reconhecido por estar em uma elite com mérito literário. Sentir-me imortal no sentido que meu nome ficará escrito na cadeira 13. Ser lembrado a cada vez

que um novo confrade assumir o lugar que ocupei. Tanto quanto hoje lembramos dos que me antecederam. Mas não basta a razão prosaica da vaidade por estar na companhia de vocês.

Sinto-me saudosos com a falta de Lucília Garcez, e engrandecido em substituí-la na cadeira onde por apenas dois anos ela esteve na qualidade de escritora, poeta, sobretudo educadora. Vocês fizeram bem em eleger Lucília por sua obra literária, mas também pela missão educadora que exerceu por toda sua vida adulta. Seus livros são exemplos desta combinação de escritora e educadora.

Lucília publicou o instigante romance “Outono”, para adultos, diversos outros para crianças e jovens, mas não limitou sua contribuição a eles. Escreveu o reputado livro “Técnica de Redação: o que é preciso saber para bem escrever”. Combinando literatura e educação foi uma grande produtora de livros paradidáticos, como “Palavras mágicas”, “Alfinete, o Porco-espinho”, “A primeira vez que vi o mar”, “Eu me lembro do vovô Hermé”. Foi promotora de escritores, inclusive com a realização da Feira de Livros de Pirenópolis.

Com “Outono” ela mostrou seu lado romancista de temas difíceis, velhice, morte, luto, repressão política. Nas palavras de nosso confrade Margarida Patriota, no discurso de recepção da Lucília nesta casa, “‘Outono’ revela uma narradora que se expressa em estilo simples, de timbre suave e sábia literatura; que se revela sensata no uso das palavras, oportuna no dizer, madura no comentar abundante de leituras”. Ou seja, a personagem é o retrato da autora.

Em todos seus textos, o amor por Brasília, que ela descobriu aos 17 anos quando veio de Belo Horizonte, foi se afirmando até sua morte, em 2019. Ela foi se enraizando na paisagem urbana, tanto quanto as árvores que ela amava foram se enraizando no solo. Desde o final do ensino médio, mas sobretudo na UnB, Lucília foi parte desta cidade que ela amava. Começou a carreira de escritora e educadora vinculada à Brasília, que tinha apenas 11 anos, quando ela aqui chegou. Mais do que

habitante, foi participante, construtora, pioneira cultural. Ainda durante o curso de Letras na UnB, foi professora na rede pública de educação de base em uma escola que ela descrevia como “escolinha de madeira encravada na terra vermelha perto do Hospital do Gama”. Lucília era uma mulher de luz, escritora, educadora, parte de Brasília.

Nosso patrono, por sua vez, é exemplo de escritor. Manuel Antônio de Almeida foi capaz de ficar na história da literatura com um único livro. Seu único livro marca o estilo e tema que caracterizariam o romantismo. “Memórias de um Sargento de Milícias” é a história do Rio de Janeiro, acompanhando a vida, desde o nascimento, de um herói que sobrevive no país ainda imperial, escravocrata, onde ganhava a vida na esperteza. Manuel Antônio de Almeida mostrou, antes mesmo de José de Alencar, Taunay e Bernardo Guimarães que o papel da literatura era descrever a vida, sem personagens idealizados, todos de carne, osso, esperteza, sabedoria, bondades, fosse comerciante ou padre. Morreu em 1861, aos 31 anos, como um personagem real do romantismo que praticou na literatura: afogado no naufrágio de um barco com nome de Hermes, no litoral do Rio de Janeiro, onde sempre viveu.

Estar na cadeira 13, com o patrono Manuel Antônio de Almeida e substituindo Lucília Garcez provoca a responsabilidade de querer escrever sobre nossas contradições e manter o compromisso com a educação. Ainda mais quando antes da Lucília, sentou nesta cadeira o amigo jornalista Carlos Chagas. Convivi com Carlos Chagas na UnB, em televisões, onde foi um grande entrevistador e comentarista; na vida social brasiliense, que se confundia com a vida política no final do século XX.

Substituo grandes nomes e espero estar à altura.

Mas, para que estarmos aqui, além do orgulho e da vaidade.

Os políticos organizam ou desorganizam os países, os engenheiros constroem pontes, mas são os escritores e os músicos que fazem um país quando ele está em busca de ideias que lhe deem coesão e rumo. A

França foi feita por Victor Hugo com “Os Miseráveis”, ou por Gustave Flaubert com “Madame Bovary”, ou Alexandre Dumas pai com “Os Três Mosqueteiros”. A Rússia foi feita por Tolstói com “Guerra e Paz”, por Dostoiévski com “Crime e Castigo”. O Brasil foi feito por José de Alencar, mesmo sendo escravocrata, Joaquim Manuel de Macedo, Machado de Assis, Guimarães Rosa, Jorge Amado, João Ubaldo, Ignácio de Loyola Brandão, João Cabral de Melo Neto, Carlos Drummond de Andrade, Caetano Veloso, Chico Buarque, Gonzaguinha, Pixinguinha.

Hoje, por Laurentino Gomes, com suas mil páginas de história da escravidão como nosso país foi construído com os braços dos escravos negros: nossa “desepopeia”, uma epopeia distópica.

Foi bonito o caminho, não tenho o que reclamar. Sinto pouco arrependimento pelos trechos da floresta que não tomei. Mesmo assim, para que chegar até aqui? Para dar força, com o título de acadêmico, ao denunciar injustiças e ineficiências, antecipar ideias que ainda não são aceitas. O político só trabalha com as ideias existentes que estão na boca do povo, aos escritores compete antecipar-se. Fazer aflorar o que ainda são “não-ideias” e espalhar aquelas ainda extemporâneas: colocá-las na boca do povo, esperar que sejam aceitas socialmente e cheguem ao mundo político. Na política, a ideia só é certa quando dita na hora certa. Na literatura, nos ensaios, na filosofia, toda ideia pode ser certa, esta é nossa liberdade. Não temos compromisso com a aceitação delas, mesmo que sejam “não-ideias”.

Por séculos, os brasileiros não conseguiam imaginar liberdade para negros que pareciam ter nascido para a escravidão. A Abolição era uma “não-ideia”. Aos poucos, a “não-ideia” se fez uma ideia extemporânea, existente em falas e palavras restritas a filósofos humanistas, até que um dia, a realidade carente do que a ideia propunha casa com ela, gerando proposta e lei.

Estou aqui para seguir defendendo a ainda “não-ideia”, ou a jovem ideia extemporânea da garantia de educação com máxima quali-

dade para todos: abolição no Brasil do analfabetismo para a contemporaneidade – alfabetizarmos a todos para o mundo contemporâneo fazê-los saber ler os mapas que orientam a sobrevivência no mundo atual: conhecer a realidade, ter um destino utópico a construir, saber e sentir o deslumbramento com o caminho.

Há tempos de ação e tempos de reflexão. Estou chegando por reconhecer na Academia um espaço mais favorável para aprimorar a ideia de que o futuro do Brasil depende de ter os descendentes da senzala na mesma escola dos descendentes sociais da casa grande.

Estou aqui para ajudar na transformação de ideia ainda extemporânea em ideia-aceita, de que educação é o vetor do progresso de uma nação, e o Brasil precisa adotar um Sistema Único Nacional Público de Educação de Base com a mesma qualidade para todos, independente da renda e do endereço. E por meio desta educação de todos criar uma mente brasileira não mais escravista, capaz de valorizar um país educado para a contemporaneidade e para o futuro: todos sabendo ler e escrever muito bem a língua portuguesa e analisar nossa literatura, falando pelo menos mais um idioma, conhecendo as bases da matemática, física, história, filosofia, geografia, conscientes dos problemas do mundo, comprometidos com a construção de um país melhor e mais belo, mais eficiente e justo, sustentável, democrático, em liberdade.

E isto está faltando.

Onde estão nossos escritores para descreverem o mundo das empregadas domésticas que cuidam dos filhos dos patrões em escolas casa grande, enquanto seus filhos estão matriculados em escolas senzala.

Onde estão os escritores dos moradores de rua, das mães de presidiários, das irmãs e irmãos dos desempregados, das gerações futuras que nascerão sem matas queimadas? Onde estão nossos escritores dos pobres, como já tivemos Graciliano Ramos dos retirantes? Onde está nosso Castro Alves da escravidão moderna. Não vemos os escritores

que descrevem a realidade presente e o futuro previsível dos que estudam hoje em escolas senzala, ao lado das escolas casa grande onde estudam os filhos dos ricos.

Raros os escritores do século XIX que viam a escravidão como perversão, raros são aqueles que hoje veem as maldades da escravidão moderna, rios moribundos, das cidades monstruosas, da infância abandonada, da apatidão, que percebem a crueldade social de negar escola de qualidade a jovens com potencial, mas sem renda para pagar boa escola, cujos pais nem mesmo percebem o direito a esta escola por não terem dinheiro, tanto quanto os escravos não viam o direito à liberdade, por serem negros.

Antes dos políticos perceberem os rumos, Castro Alves se antecipou a Luís Gama e a Joaquim Nabuco. Nós precisamos nos antecipar descrevendo a realidade que os olhos despertam graças a descrições literárias. Machado de Assis conclui seu conto “Pai contra Mãe” com a frase “nem todas as crianças vingam”, em relação ao filho do negro escravo e o filho de branco livre, mesmo que pobre. Mais de 100 anos depois, a frase permanece válida: algumas crianças vingam cuidadas nas escolas, outras não, desescolarizadas.

Precisamos de Castro Alves da apatidão social, da escravidão contemporânea, do apartheid social brasileiro.

Não esperemos pelos políticos em busca do voto do eleitor amarrado à necessidade e visões do momento, nem pelos líderes sindicais em busca de benefícios para sua corporação. Não esperemos dos militares, nem dos economistas. A esperança está nos escritores que despertarão a população para a maldade da sociedade e formularão retratos de utopias que, um dia, o povo sonhará. São os escritores que mostram pesadelos com a realidade e que despertam sonhos a serem sonhados por todos. Os políticos e sociólogos podem ser bons construtores de barcos e de bússolas, mas não são guardiões dos faróis. Nós estamos aqui para que a realidade apareça em nossas ficções e sonhos utópicos que repudie

a desigualdade escolar conforme a renda e sonhe com um Brasil onde o filho do mais pobre tenha acesso a uma educação com a mesma qualidade do filho do mais rico. E que estes filhos da educação construam o que não fomos capazes de construir até agora. Lembrando a frase da ex-senadora Heloisa Helena, “bastaria que o Brasil adotasse uma geração de brasileiros, para que eles adotassem o Brasil”.

Estou aqui em busca de companhia para descrever, indignado, o Brasil que vemos, e para escrever, esperançoso, o Brasil que desejamos. Este não é tempo de partidos eleitorais, mas de aglomerações acadêmicas, porque é um tempo mais de reflexão do que de ação. Tempo de filósofos, escritores, poetas. É para isto que estou aqui, ao lado de vocês, que me escolheram e agora me acolhem.

Somos caminhantes em floresta de perguntas, e estou feliz por caminhar até aqui ao lado de vocês, com esperança de que vamos construir um caminho em frente.

Obrigado, muito obrigado por terem me escolhido e me acolhido. Espero merecer. Muito obrigado por caminharmos juntos a partir de agora. O caminho é longo, mas a floresta nos pergunta e nos deslumbra.

DISCURSO DE RECEPÇÃO A CRISTOVAM BUARQUE

VAMIREH CHACON

Cristovam Buarque sabe matemática e gosta de literatura. Mais uma ótima combinação para a nossa Academia Brasileira de Letras.

A literatura também tem esta magia.

A própria Academia Brasileira de Letras, nosso padrão nacional, recebeu, entre seus membros permanentes, tanto o economista Celso Furtado quanto o médico Ivo Pitanguy, ambos de renome nacional e internacional. Também outro tanto com Rui Barbosa, jurista e escritor.

Cristovam Buarque também tem renome nacional e internacional nos seus livros e artigos de economia e educação. E mesmo nos seus ensaios de História do alto nível da sua pesquisa histórica sobre os dez últimos dias da escravidão oficial. Abolição oficial parcial, o que era muito, porém não tudo na época e hoje, faltando-lhe ir muito adiante.

A ironia de Guimarães Rosa disso e muito mais concluía: realmente o Brasil é feito por nós. Só falta desatá-los. É o que o Brasil vem só muito lentamente tentando. Também Cristovam Buarque o faz muito bem e cada vez mais.

Joaquim Nabuco, nas suas memórias **Minha Formação**, afirma a necessidade de educação do escravo só parcialmente liberto. E de terras pela reforma agrária textualmente por Nabuco reivindicada em discurso na Câmara de Deputados poucos meses antes da votação e aprovação da Lei Áurea.

Cristovam Buarque está entre os que terminam vencedores, depois de muitos embates. É um nato cavaleiro cavalheiro nas suas saudades sem saudosismo. Inclusive em nossas lembranças suas, mais jovem, e eu mais velho em nosso sempre lembrado Recife. Sempre o acompanhei mais de perto que de longe.

Cristovam, quando estava com um ano de idade, recebeu o primeiro presente, a coleção de livros **O Tesouro da Juventude**. Antes mesmo de lê-lo, brincava com o livro de vários volumes.

Seus pais nunca tinham ido além da quarta série do primeiro grau do ensino fundamental, mas, na sua casa, onde viveu até os vinte e seis anos, “a estante foi um móvel tão presente, quanto mesa e fogão.” Cresceu na companhia dos livros. Determinantes na sua vida. “Fiz a diferença” nas suas próprias palavras: “Escapei da escravidão. Liberdade se escreve com o mesmo L de livros”.

Sua professora no Instituto Castro Alves, onde começou os estudos, e o Colégio Marista São Luís foram sua primeira rota escolar no Recife.

Formou-se engenheiro mecânico pela escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco e doutor em economia pela Sorbonne, Universidade de Paris.

Seu livro **Avaliação Econômica de Projetos**, resultado de tantas suas experiências internacionais, é considerado um clássico em escala e escola também internacionais.

Engenheiro e matemático por vocação e profissão, Cristovam Buarque sempre teve e sempre exerceu tanto a crítica quanto a auto-crítica, como se induz e deduz dos próprios títulos dos seus livros e ensaios de livros. Lembremos **Mediterrâneos Invisíveis (Os Muros que excluem Pobres e Aprisionam Ricos)**, autênticos sucedâneos da derrubada Cortina de Ferro Ideológica. Conforme outros dos seus títulos, é **A Desordem do Progresso** resultante de **O Erro do Sucesso**. O paradoxo também é fonte da verdade.

Títulos que muito dizem dos seus conteúdos.

Já de volta ao Brasil, Cristovam Buarque torna-se primeiro reitor eleito da Universidade de Brasília, quando a transformou em multidiversidade pela multidisciplinaridade e interdisciplinariedade. Nela criando o Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT) e o Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM).

Ao mesmo tempo era o grande pacificador da Universidade de Brasília, descontraindo as tensões e reconciliando os extremos antes tão exaltados.

Ao terminar seu mandato de retorno na UnB, Cristovam Buarque recebeu, por unanimidade, o título de professor emérito da Universidade de Brasília.

Além de doutor honoris causa em várias universidades brasileiras e de várias instituições educacionais também estrangeiras.

Com tanto justo renome, Cristovam Buarque em seguida foi eleito, pelo voto direto, governador de Brasília, do Distrito Federal.

Entre suas várias realizações, aqui e agora nos limitando ao educacional, foi o governador Cristovam Buarque quem criou o projeto Bolsa-Escola, barato e eficiente base para o programa com o mesmo nome pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, estendendo-o a todo o Brasil. Transformado em Bolsa-Família na presidência Lula. Usado inclusive em países da África, sempre na linha do nacional ao internacional.

Para divulgá-lo e muito mais, candidatou-se a presidente da República no ano de 2006, percorrendo o Brasil e recebendo dois milhões e meio de votos.

Depois eleito duas vezes senador, recebeu três prêmios especiais em cinco diferentes anos. Premiado pela defesa da democracia, da ino-

vação tecnológica e da defesa da educação. Incansável defensor da democracia plena.

No Senado foi membro e presidente da Comissão de Educação e da Comissão de Direitos Humanos, além de outro tanto na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sempre na linha da cultura, Cristovam Buarque, por tantos justos títulos e ainda outros mais, toma posse em nossa, e de agora em diante também sua, Academia Brasileira de Letras, na cadeira que tem um dos pioneiros romancistas nacionais, Manuel Antônio de Almeida, por patrono e, até recentemente, Lucília Garcez ocupante. Nossa também sempre lembrada colega, professora na Universidade de Brasília e esposa do nosso também confrade, o cineasta Vladimir Carvalho.

Também numa Academia de Letras Cristovam Buarque está em casa. Confessa e reconhece que foi a literatura que o despertou para o mundo.

Pois “os ensaios de sociologia aprofundam o conhecimento, mas é por meio da ficção que chegamos à realidade”. Ótimo paradoxo e profunda verdade.

Blaise Pascal, matemático e filósofo, dizia e demonstrava que o coração tem razões que a própria razão desconhece. Cristovam Buarque também sabe distinguir ciência e sapiência: o conhecimento cerebral e o mais completo conhecimento pelo sentimento.

Termino como começo e termino esta saudação de boas vindas a Cristovam Buarque, sempre nosso amigo e de agora em diante também nosso confrade.

Cristovam Buarque sabe matemática e gosta de literatura. Entre nós está mais uma vez em casa, em nossa Academia Brasileira de Letras.

ACADEMIA BRASILIENSE DE LETRAS - ABrL

Quadro acadêmico e patronos

Adirson Vasconcelos

Cadeira n.º XII
(Vicente de Carvalho)

Cristovam Buarque

Cadeira n.º XIII
(Manuel Antônio de Almeida)

Afonso Ligório

Cadeira n.º XXI
(Rui Barbosa)

Dad Squarisi (não empossada)

Cadeira n.º XVII
(José de Alencar)

Alaor Barbosa

Cadeira n.º XXIX
(Hugo de Carvalho Ramos)

Danilo Gomes

Cadeira n.º VI
(Tomás Antônio Gonzaga)

Alberto Bresciani

Cadeira n.º IV
(Eduardo Prado)

Edmílson Caminha

Cadeira n.º XXIV
(José Veríssimo)

Anderson Braga Horta

Cadeira n.º XXXIV
(Álvares de Azevedo)

Fabio de Sousa Coutinho

Cadeira n.º XIX
(Castro Alves)

Carlos Ayres Britto

Cadeira n.º XXXII
(Mário de Andrade)

Francisco Ferreira de Castro

Cadeira n.º V
(Euclides da Cunha)

Carlos Fernando Mathias de Souza

Cadeira n.º III
(João Ribeiro)

Gilmar Duarte Rocha

Cadeira n.º XXXI
(Graciliano Ramos)

Carlos Henrique Cardim

Cadeira n.º XI
(Farias Brito)

Heitor Martins

Cadeira n.º XXXIX
(Martins Pena)

Hugo Napoleão

Cadeira n.º XX

(Sílvio Romero)

Margarida Patriota

Cadeira n.º XXXVII

(Raimundo Correia)

José Alberto Couto Maciel

Cadeira n.º XXXVI

(Joaquim Manuel de Macedo)

Max Telesca

Cadeira n.º II

(Antônio de Alcântara Machado)

José Carlos Brandi Aleixo

Cadeira n.º IX

(Augusto dos Anjos)

Napoleão Valadares

Cadeira n.º XIV

(Artur Azevedo)

João Carlos Taveira

Cadeira n.º XXVI

(Cruz e Sousa)

Paulo Castelo Branco

Cadeira n.º XVI

(Gonçalves Dias)

José Jeronymo Rivera

Cadeira n.º XXVIII

(Olavo Bilac)

Raymundo Damasceno Assis, Dom

Cadeira n.º XXXIII

(Jorge de Lima)

José Sarney

Cadeira n.º XXII

(Simões Lopes Neto)

Roberto Rosas

Cadeira n.º X

(Da Costa e Silva)

Luiz Gutemberg

Cadeira n.º VIII

(José Lins do Rego)

Ronaldo Costa Couto

Cadeira n.º XXXVII

(Raul Pompeia)

Marcos Vinícios Vilaça

Cadeira n.º I

(Alberto Torres)

Ronaldo Costa Fernandes

Cadeira n.º XVIII

(Cláudio Manuel da Costa)

Marcus Vinicius Furtado Coêlho

Cadeira n.º XXXV

(Coelho Neto)

Rossini Corrêa

Cadeira n.º VII

(Joaquim Nabuco)

Tania Rebelo Costa Serra

Cadeira n.º XXV

(Graça Aranha)

Vamireh Chacon

Cadeira n.º XV

(Machado de Assis)

Thiago Aguiar de Pádua

Cadeira n.º. XXIII

(Aluísio Azevedo)

Victor Alegria

Cadeira n.º. XL

(Afonso Arinos)

Valdir de Aquino Ximenes

Cadeira n.º XXX

(Monteiro Lobato)

Vladimir Carvalho (não empossado)

Cadeira n.º XXXVIII

(Raul de Leoni)



REVISTA DA
ACADEMIA BRASILIENSE DE LETRAS - ABrL
Ano II, fase 2, nº 4, 2022